

Literatura afro-brasileira e identidades

CULTURA E OUTROS SABERES



Organizadores

Rute Maria Chaves Pires

Gilberto Freire de Santana

César Alessandro Sagrillo Figueiredo



EDITORA
UEMASUL

**Literatura afro-brasileira
e identidades**

Cultura e outros saberes

Rute Maria Chaves Pires
Gilberto Freire de Santana
César Alessandro Sagrillo Figueiredo
(Organizadores)

**Literatura afro-brasileira
e identidades**
Cultura e outros saberes



EDITORA
UEMASUL

2025

Todos os direitos reservados à Editora UEMASUL. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Projeto Gráfico: Editora UEMASUL

Catalogação na publicação Seção de Catalogação e Classificação.

L776 Literatura afro-brasileira e identidades: cultura e outros saberes. Rute Maria Chaves Pires, Gilberto Freire de Santana, César Alessandro Segrillo Figueiredo. (Orgs.) /. – Imperatriz: EDUEMASUL, 2025.

253 p.; il.

ISBN 978-65-89274-34-6

1. Literatura afro-brasileira. 2. Educação antirracista. 3. Decolonialidade. IV. Título.

CDU 821.8(81:9)

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Mateus de Araújo Souza CRB13/955**



Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Reitora

Profa. Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves

Vice-reitora

Profa. Dra. Lilian Castelo Branco de Lima

Organizadores

Rute Maria Chaves Pires
Gilberto Freire de Santana
César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Conselho Editorial

Profa. Dra. Aichely Rodrigues da Silva
Profa. Dra. Camila Perez da Silva
Profa. Dra. Gabriela Guimarães
Jeronimo
Prof. Dr. Gutierrez Rodrigues de
Morais
Profa. Dr. Luciana Oliveira dos Santos
Prof. Dr. Marcelo Francisco da Silva
Profa. Dra. Niara Moura Porto

Comitê Científico

Profa. Esp. Bruna Alves Maciel de
Sousa (Faculdade Anhanguera)
Profa. Dra. Cristiane Matos da Silva
(UEMASUL)
Prof. Dr. Francisco Eduardo Aragão
Catunda Junior (UEMASUL)
Profa. Ma. Jocelia Martins Cavalcante
Dantas (UNICEUMA)
Prof. Dr. Julio Rodrigues
(UEMASUL)
Profa. Dra. Lisis Fernandes Brito de
Oliveira (UFRJ)
Profa. Dra. Patrícia Ferreira Cunha
Sousa (UEMASUL)
Profa. Dra. Regina Célia Costa Lima
(UEMASUL)
Profa. Dra. Rosimary Gomes Rocha
(UFMA)
Prof. Dr. Wellyson da Cunha Araújo
Firmo (UEMASUL)

Coordenação da Editora

Profa. Dra. Aichely Rodrigues da Silva

Diagramação

Jeciane da Silva Chaves

Capa

Marcus de Arruda Marinho
Rafaela Vitória Nascimento de Oliveira

Revisão Técnico-Científica

Wilian Sousa dos Reis

Revisão Textual

Carolina Akemi Suetto Moreira
Fernanda Suelen Freitas da Silva
Gilmei Francisco Fleck
Isaque Pereira dos Santos
João Paulo Costa Alves
Saulo Lopes de Sousa
Wilian Sousa dos Reis

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o livro **Literatura afro-brasileira e identidades: cultura e outros saberes**, que possui como objetivo principal revelar a literatura afro-brasileira e as suas conexões com a cultura e educação em seus vários matizes. Nesse amplo recorte palmilhado na obra, enfatizamos a importância de evidenciar, primeiramente, a cultura brasileira em sintonia com a literatura, demonstrando, pois, o quanto esse gênero literário contribui para realçar uma face extremamente importante do Brasil.

Consideramos que, durante um grande período da literatura brasileira, via de regra, a produção nacional deu destaque para o padrão eurocêntrico ou nortecêntrico, ainda com grande ênfase da sua herança beletrista do século XIX. Os processos irruptivos e as novas discussões ao longo da viragem do século XX para o XXI, de modo muito pródigo, evidenciou novas narrativas a partir de sujeitos outrora subalternizados, mas que, em virtude do clamor da resistência, tornaram-se vozes audíveis com grande ressonância. Assim, reforçamos que a literatura afro-brasileira, tanto do passado quanto do presente, comporta esses processos de rupturas, resistências e protagonismo de grandes personagens dispostos a mostrar um outro recorte e protagonismo na cultura nacional.

Nesse cenário em disputa, incorporando novas linguagens e discursos potentes, é evidenciada uma literatura afro-brasileira que estava outrora subterrânea, mas que emerge com força, nessas últimas décadas. Partindo dessa mirada, podemos dialogar com o referencial frondoso dos discursos decolônias, que intenciona descortinar “novas” narrativas da América Latina e de seus povos, a despeito de todo o processo secular de

subjugação – que não foi sem resistência. Igualmente, esse recorte epistemológico incorpora novos saberes, culturas e autores que outrora estavam silenciados, na maioria das vezes pela força. Portanto, nesse mosaico extremamente plural, aquilatamos que os livros perfilados nesta obra, por meio dos artigos, cumprem esse papel pelo denso diálogo com esses pressupostos teóricos, haja vista almeja trazer à tona autores e autoras intencionalmente esquecidos por uma cultura hegemônica e em virtude do racismo estrutural brasileiro.

Do mesmo modo, evidenciamos que os artigos em tela possuem essa sintonia fina entre o passado e o presente, sobretudo buscando, nas novas artes, como no cinema, esses caminhos entre arte e literatura, com muito vigor. Ainda, destacamos a importância dessas faces literárias apresentadas para refletirmos sobre a educação antirracista, discussão de fundamental importância, uma vez que as obras trabalhadas neste livro se prestam com maestria para o uso no processo de ensino-aprendizagem, logo, convergindo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei 10.639 (Brasil, 2003).

Mediante o delineamento, iniciamos o livro com o texto de autoria de Brenda Lima Rodrigues Vieira e Rute Maria Chaves Pires, com o título *As faces da fome em Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria De Jesus*, que possui como objetivo um debate acerca da desigualdade social, a fim de compreender a dura realidade da fome no Brasil, buscando, a partir da força da escrita e resistência de Carolina, as questões voltadas à literatura afro-brasileira. No mesmo gradiente, focando como objeto de discussão o exame da mesma obra e autora, temos o texto de César Alessandro Sagrillo Figueiredo e João Paulo Costa Alves, *A literatura afro-brasileira de Carolina Maria de Jesus: reflexões para uma educação antirracista*, discutindo

também a importância da sua escrita para o ensino, visando a uma educação antirracista.

Na sequência, apresentamos o texto de Yoná Milhomem de Oliveira e Edna Sousa Cruz, cujo título é *Memória e diáspora africana no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*, visando desenvolver um estudo acerca das contribuições de Maria Firmina dos Reis ao pensamento social brasileiro, destacando sua importância no cenário literário maranhense, a partir do romance **Úrsula**. Também dialogando com autoria feminina negra, temos o texto de Mariana Soares dos Santos e Ana Crélia Dias Penha, com título *Corpos em trânsito: uma leitura do corpo pela autoria de Beatriz Nascimento e Sônia Sultuane*, que versa sobre o corpo negro no fazer poético da escrita e na apreciação de poemas.

Dando continuidade às discussões do feminino, apresentamos o artigo de Kezia da Silva Calixto, Wallace Rodrigues e Márcio Araújo de Melo, intitulado *Terra-mulheres e (ecos)feminismos em Torto arado*. O trabalho possui como objeto de análise o romance *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior, e busca evocar um discurso ecofeminista a partir da relação das personagens Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira com seus territórios.

Procurando dialogar com a literatura e o cinema, temos o artigo de Ariane Ferreira de Lima e Gilberto Freire de Santana, com o título *(Des)Medida Provisória: racismo estrutural e olhares negros em cena*. O texto possui como objetivo demonstrar como a leitura do filme promove a conscientização antirracista, reconhecendo o cinema negro-brasileiro como lugar de experiência estética, reflexões críticas e práticas pedagógicas. Na mesma mirada, procurando discutir sobre o apagamento intencional da intelectualidade brasileira em face do racismo estrutural, temos o texto de Eronilde dos Santos Cunha e Deivanira

Vasconcelos Soares, cujo título é *Tessituras negras: uma cronologia invisibilizada*. O estudo visa evidenciar nomes que foram invisibilizados na história da nossa literatura, apagados, quase em sua totalidade, da cultura nacional, com destaque para Maria Firmina dos Reis e Abdias do Nascimento.

Finalizando esta obra, trazemos o artigo de Rosângela Margarete Scopel da Silva e Gilmei Francisco Fleck, possuindo o seguinte título: *Ressignificações dos escravizados em narrativas híbridas de História e ficção infantis: A princesa Zacimba de Cabinda (2022), de Renata Spinassé – uma heroína africana no Brasil*. O texto possui como objetivo da escrita demonstrar como a obra literária impulsiona viáveis discussões sobre os impactos do racismo e as discriminações, por meio de uma prática leitora decolonial junto aos educandos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Rute Maria Chaves Pires
Gilberto Freire de Santana
César Alessandro Sagrillo Figueiredo

(Organizadores)

Ler e experienciar a literatura negra

Há certos livros que precisam ser experienciados. Literatura afro-brasileira e identidades: cultura e outros saberes é um deles. Toma-se experienciar no sentido de executar e praticar, mas que carece, antes, de uma apreciação e uma preparação. Em se tratando da temática que o título sugere, pressupõe a emergência que se tem, hoje em dia, de experienciar a literatura afro-brasileira. Uma necessidade que está além da leitura e da divulgação; há que se fazer um investimento nela como exercício de ensino e reflexão. Algo que se aproxima de uma mirada que atrele empenho pedagógico a esforço de pesquisa, que atrele o prazer da leitura à formação social. Nesse sentido, o gesto de ler não está deslocado das ações sociais e transformadoras.

O convite que a obra **Literatura afro-brasileira e identidades: cultura e outros saberes** faz é para que se adentre nessa temática objetivando uma discussão sobre os escritores e escritoras afrodescendentes; que se aprofunde no debate teórico-analítico de suas produções literárias; bem como se repense os valores literários, muitas vezes centrados em pressupostos eurocêntricos. Ademais, as discussões estão bordeadas de uma agenda que deve estar sempre em pauta, que inclui a diáspora forçada a que os povos africanos foram submetidos; o longo período de escravidão e seus desdobramentos, que incluem, entre outras coisas, racismo, miséria, analfabetismo, desvalorização cultural, social e econômica.

Como se sabe, a Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), ao estabelecer obrigatoriedade no currículo oficial da

temática História e Cultura Afro-Brasileira, impõe alteração nos documentos que legislam a Educação Básica e nos materiais didáticos. Contudo, sua promulgação não é garantia de mudanças nas práticas educativas, visto que tais mudanças pressupõem relações complexas de disputas nas dinâmicas escolares. Assim, a publicação de **Literatura afro-brasileira e identidades: cultura e outros saberes** se constitui como uma proposição dentro desse embate. O que se tem é um gesto teórico-crítico aguçado por olhares que percebem também modos de ler e de se apropriar dessa literatura, traduzindo-se por uma reinterpretação positiva de leituras que, em algum momento, foram fossilizadas como verdades.

O primeiro capítulo, *As faces da fome em Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, de autoria de Brenda Lima Rodrigues Vieira e Rute Maria Chaves Pires, propõe compreender a obra de Carolina Maria de Jesus pela perspectiva da fome. Na luta diária da narradora com as várias fomes/precariedades, há um enfrentar dolorido de Carolina Maria. Em todo seu diário, a autora se vê envolvida por ausência de alimentos, moradia digna, políticas públicas voltadas para o bem-estar social. Ao longo da narrativa, a fome, segundo as autoras, se “faz personagem, fome de quem tem intimidade com a dor e luta por direitos básicos”.

Essa fome é mais que uma vontade e necessidade física, é mais que necessidade de sobrevivência. Ela se apresenta como reflexão, como espaço político e social. Está marcada, no texto de Carolina de Jesus, como “uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: – Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!”. Para as autoras, há mais que uma “olhar de quem sentiu na pele tudo o que escreveu”, há uma compreensão

da “falta de políticas públicas governamentais”. E, nesse sentido, seu diário é uma denúncia das “mazelas sofridas na favela”, o que faz dele “uma importante crítica social, ao expor os dramas vivenciados na favela, o cotidiano de pessoas que lutavam diariamente contra o preconceito racial e social, uma difícil realidade de miséria e fome”.

Trabalhando também com os diários de Carolina Maria de Jesus, César Alessandro Sagrillo Figueiredo e João Paulo Costa Alves optam por uma discussão voltada para o viés da formação. Assim, no capítulo *A literatura afro-brasileira de Carolina Maria de Jesus: reflexões para uma educação antirracista*, os pesquisadores apresentam um olhar que propõe ler a obra de Carolina pela perspectiva da educação antirracista, marcada pela teoria do testemunho. Para eles, a Lei 10.639 de 2003 é marco para um repensar sobre os modos de se perceber o literário e suas configurações.

Dentre elas, está a presença de autores negros e negras circulando no ambiente escolar, inclusive para uma abertura que renegocie os valores literários dentro desse espaço. Ou seja, “a partir da institucionalização legal houve a necessidade das discussões de mudanças curriculares, com as suas devidas revisões e, particularmente, havendo a necessidade imperiosa de (re)descobrir autores, personagens e perfis a serem trabalhados em sala de aula com vistas a cobrir essa temática na grade escolar”. O redescobrir de Carolina Maria de Jesus está ligado a dois processos de questionamento. O primeiro deles, a partir da década de 1960, é o debate sobre o cânone universal e, por extensão, sobre o brasileiro e as políticas públicas de valorização da história e cultura afro-brasileira.

A conclusão a que os autores chegam, ao final do capítulo, apresenta, de modo exemplar, as possibilidades de observar a obra de Carolina capaz de reorganizar

modos de se perceber as relações da escola com o debate antirracista: tendo “como objetivo principal examinar a obra de Carolina Maria de Jesus, **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (2014) e a importância da sua escrita para o ensino visando a uma educação antirracista, verificamos, de fato, que obra serve de maneira primorosa para o estudo em tela, dando suporte como material de estudo. Ainda, realçamos o destaque do seu exame com fundamentação em consonância com as intencionalidades da BNCC, servindo como lastro e instruindo as práticas didáticas. Por fim, cabe o olhar comprometido dos docentes apontando cenários, comparações e valorização étnico-racial, com vista a demonstrar que a cultura afro-brasileira não é apenas um fragmento histórico, mas sim parte integrante e que soma, de modo qualitativo e robusto, a formação histórica e cultural da nação brasileira”.

Mantendo o debate voltado para as escritoras negras, Yoná Milhomem de Oliveira e Edna Sousa Cruz trazem, no capítulo *Memória e diáspora africana no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*, questões voltadas para a memória e diáspora africana em *Úrsula*, sobretudo pelas memórias de Susana, Túlio e Antero. O capítulo aponta o livro de Maria Firmina dos Reis como possibilidade de romper com a visão dominante da época, principalmente no que se refere ao processo de naturalização da escravidão. A obra é espaço de resistência, apresentando discurso antiescravagista, “construído pela perspectiva do sujeito escravizado”. Por outro lado, *Úrsula* apresenta situações em que memória e diáspora são fundamentais para a compreensão desse momento histórico brasileiro. A obra situa-se como um fazer político, pela ação de narrar as injustiças do Brasil do século XIX, bem como proporcionando às mulheres negras uma voz de resistência.

Assim, é importante pensar que *Úrsula* se institui

como espaço de enunciação emancipadora para mulheres negras, em um gesto de resistência contra o processo de escravidão. Essa obra é um *balbucio narrativo*, apropriando-se de Hugo Achuga, para os negros e negras que viviam à margem do Brasil oitocentista. Para as autoras do capítulo, “ao construir os personagens escravizados como sujeitos falantes, a autora contribui para a visibilidade do povo negro e de sua história, tanto em sua época, quanto atualmente, quando ainda ecoam questões problemáticas do passado, como o racismo, a desigualdade social e o patriarcalismo”.

O capítulo 3, *Corpos em trânsito: uma leitura do corpo pela autoria de Beatriz Nascimento e Sónia Sultuane*, de Mariana Soares dos Santos e Ana Crélia Dias Penha, discute os espaços de significação literária a partir do corpo. Ele articula memória coletiva e histórica na produção de figuras de um sujeito que procura compreender as próprias questões existenciais e identitárias, pensando o corpo negro dentro do fazer poético da escrita. Os poemas escolhidos para a análise são *Sou estrangeira*, da poetisa moçambicana Sónia Sultuane, e *Entrada I*, da escritora brasileira Beatriz Nascimento. A ideia é que, nessa escrita performativa, há “a construção de significados que expandem os sentidos do signo e da linguagem ao colocar em cena aspectos de uma realidade social latente”. Nesse sentido, o texto poético se apresenta realidade dentro da linguagem. Essa linguagem recheada de poética organiza um locus de apreciação e resistência capazes de construir o belo, a reflexão e o questionamento dos aspectos sociais.

Segundo Mariana Soares dos Santos e Ana Crélia Dias Penha, os corpos “é a materialização de um campo conflitante e uma extensão dos confrontos internos, identitários e subjetivos do ser. Na literatura dirigida por e para um leitor que compartilha das posições raciais,

históricas e sociais do povo negro, como é o caso dos poemas de Beatriz Nascimento e Sónia Sultuane, temos ainda a presença de um corpo poético que assume as cicatrizes de processos seculares de violação colonialista". Há, nesses poemas, a presença de uma voz poética, que se apresenta como resistência e reivindicações de espaços de afirmação.

Assim, "os poemas *Sou estrangeira*, de Sónia Sultuane, e *Entrada I*, de Beatriz Nascimento, imaginam o corpo como extensão de discussões que tocam os movimentos diaspóricos a que povos de diferentes partes do continente africano foram submetidos forçosamente. O corpo negro inscrito em ambos os poemas ultrapassa os limites da retórica combativa e põe em visibilidade o corpo negro em trânsito, tomando consciência do passado histórico atribuído a ele e reivindicando um espaço discursivo para se (re)imaginar sob perspectivas afetivas, memorialísticas e ancestrais".

O próximo capítulo, *Terra-mulheres e (ecos) feminismos em Torto arado*, de Kezia da Silva Calixto, Wallace Rodrigues e Márcio Araújo de Melo, objetiva analisar o discurso ecofeminista a partir da relação das personagens-narradoras Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira com seus territórios. Essas personagens evocam discursos ecológico-feministas que são marcados por lutas femininas quilombolas, mas que podem ser desdobrados, na mesma perspectiva, nas lutas dos povos originários e dos camponeses. Assim, a partir da necessária pauta climática, o capítulo anuncia que é "imprescindível que ponderemos, questionemos e lutemos a favor da questão climática". Por outro lado, também é importante pensar que a crítica ecofeminista nos ajuda nos processos de leitura do texto literário, sobretudo em narrativas, como é o caso de **Torto arado**, em que olhares socioecológicos

refinam as percepções.

Bibiana é uma personagem-narradora que circula para além das fronteiras de Água negra. Nesse sentido, tem contato, juntamente com o marido Severo, com movimentos sociais que possuem pautas como a luta pela terra, por uma sociedade mais justa e ecológica, bem como acesso às discussões sobre patriarcalismo. Belonísia, por outro lado, constitui-se como a personagem-narradora que permanece na fazenda e, por conseguinte, é a detentora dos saberes tradicionais. É aquela que conhece os medicamentos naturais, saberes da agricultura, da compreensão das leis da natureza etc., de modo a produzir processos de resistência a partir desses conhecimentos. Finalmente, Rita Pescadeira é guardiã da história do povo negro, pelos corpos das mulheres que habitou: “muito mais antiga que os cem anos de Miúda. Antes dela, me abriguei em muitos corpos desde que a gente adentrou matas e rios”.

Assim, segundo os autores do capítulo, “**Torto arado** traz à tona elementos da cultura e identidade afrobrasileira, como religiosidades e agroecologias, ao mesmo tempo em que promove discussões ecofeministas e ecossociais. A obra também reafirma a resistência cultural e de identidade negra. As questões abordadas nela nos convidam a refletir criticamente sobre problemas sociais como o patriarcado e a crise climática, destacando a capacidade da literatura e de outras artes em desenvolver uma consciência crítica essencial para a superação da opressão”.

O quinto capítulo, *(Des)Medida Provisória: racismo estrutural e olhares negros em cena*, de Ariane Ferreira de Lima e Gilberto Freire de Santana, propõe discutir o filme **Medida Provisória**, dirigido por Lázaro Ramos. A proposta apresentada é que o filme “pode promover a conscientização

antirracista. Especificamente, busca-se refletir sobre a dimensão pedagógica do cinema, discutir a representação do negro no cinema brasileiro e compreender o racismo estrutural e o lugar de fala”. Levando em consideração que, dado que “o cinema negro, ao reivindicar o direito à autodefinição e à autorrepresentação, enfatiza o lugar de fala no desenvolvimento das questões identitárias e na construção da imagem do negro”, pode-se pensar que **Medida Provisória** é um projeto que desenvolve um olhar que resiste, que apresenta uma perspectiva que contradiz as propostas de uma estética branca, constituindo, assim, uma ação crítica e transformadora da realidade.

O filme critica a estratificação social e a segregação racial como consequências da discriminação direta e indireta contra a população negra, que se pode ver, por exemplo, quando propõe o branco com a regra e a régua a partir das quais o Outro é racialmente definido. Assim, segundos os autores, **Medida Provisória** “ilustra as relações estruturais do racismo ao expor as limitações e entraves das reformas alcançadas pela luta antirracista”, explorando as funções do racismo associadas ao poder do Estado. Ele “recria cinematograficamente as dolorosas memórias do tráfico de escravizados e do projeto de branqueamento que visava à erradicação da população e cultura negras. Promove, assim, a autorrecuperação política da comunidade negra. O caos encenado no enredo escancara as fissuras raciais profundamente enraizadas no Brasil. Lázaro Ramos projeta um futuro distópico que reflete o passado e sintetiza o presente, evidenciando as complexas interações entre discriminação, desigualdade, segregação racial e necropolítica”.

Eronilde do Santos Cunha e Deivanira Vasconcelos Soares são as autoras do sexto capítulo, *Tessituras negras: uma cronologia invisibilizada*. Nele há uma proposta de

realçar escritores negros e escritoras negras que foram invisibilizados na história da literatura brasileira. A ideia é fazer uma reflexão que recupera evidenciando tais autores e autoras, a partir de um olhar que anuncia a necessidade de superar a história única. Ou, nas palavras de Chimamanda: “é impossível falar sobre única história sem falar sobre poder”. Para tanto, há um esforço teórico do capítulo em apresentar “que não há, no Brasil, uma única literatura e que o povo negro não tem, também, a única história como escravizado”. Ao contrário, o que se tem é uma história de resistência dos povos que foram submetidos a uma diáspora forçada e objetivados como mercadoria pelo processo de escravidão.

No universo literário brasileiro, a supressão de direitos é “o embargo aos escritores/as negros/as e ao processo de publicação e difusão da literatura negro-brasileira nos mercados editoriais e no cenário literário nacional”. Por outro lado, é importante dizer que, nas disputas pelos lugares de fala, há “diversas/os autoras/os negras/os [que] conseguiram furar o cerco e se embrenhar no universo literário predominantemente branco e elitista”. No processo de redescobrir tais autores e autoras, estão:

- a) Maria Firmina dos Reis, que foi “pioneira não só na criação da primeira escola mista para meninas e meninos no Brasil, mas na produção e publicação de uma literatura feminina e negra permeada por elementos da afro-brasilidade e com forte discurso antirracista”;
- b) Luiz Gama, que foi um “escritor de relevância no processo de afirmação de uma literatura negra, no Brasil. Teve uma articulada atuação profissional em diversos jornais, e tornou-se um ferrenho defensor de negras e negros escravizados, tendo uma atuação marcante como poeta e advogado autodidata”;
- c) Lino Guedes, que se tornou um exemplo de ativista

negro-brasileiro, que se utilizou da arte literária para combater o racismo e manifestar seu olhar e concepção acerca da história social do povo negro;

d) Abdias do Nascimento contribuiu significativamente para marcar a presença e atuação negra no teatro e na dramaturgia nacional;

e) Machado de Assis, que possui narrativas permeadas “por personagens masculinos e brancos, fracos e/ou sem caráter”;

f) Cruz e Sousa, que “transitou em uma sociedade de privilégios do homem branco, por ter sido criado e educado pelo seu ex-senhor, e sofreu as dores de ser um negro retinto como seus pais escravizados, posteriormente alforriado”; e, por último

g) Lima Barreto que “tematizou a sociedade com suas hipocrisias e relações de interesse. Foi um crítico da Primeira República brasileira e atuou fortemente, contestando que aristocráticos e militares alcançassem privilégios impensáveis para a grande maioria da população brasileira”.

O último capítulo do livro é *Ressignificações dos escravizados em narrativas híbridas de história e ficção infantis: A Princesa Zacimba de Cabinda (2022)*, de Renata Spinassé – *uma heroína africana no Brasil*, de Rosângela Margarete Scopel da Silva e Gilmei Francisco Fleck. A partir de uma perspectiva decolonial, o capítulo propõe pensar as resignificações dos escravizados presentes na narrativa híbrida de História e ficção infantil: **A Princesa Zacimba de Cabinda**, de Renata Spinassé. Os autores compreendem que “narrativas híbridas se constituem em um material potencial à formação leitora literária decolonial e à formação continuada dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Superior – mediadores das práticas de leitura no contexto educacional”, visto

que possuem características semelhantes às do romance histórico.

Para eles, é necessária uma formação de leitor literário decolonial, que “ao ser confrontado com a realidade do colonialismo que implementou a escravização em nosso território reconhece os massacres, as explorações e as opressões, e compreende como esses eventos moldaram as dinâmicas sociais e culturais da contemporaneidade”. Nesse sentido, a leitura da narrativa de Renata Spinassé é fundamental, porque, ao transitar nesse espaço híbrido, ela abre possibilidade de revisar o passado histórico criticamente, oportunizando modos de compreensão e apropriação do texto literário pelo viés da resistência. Dessa maneira, tais narrativas podem “estimular uma visão inclusiva e valorativa a respeito do povo negro, social e culturalmente, promovendo a descolonização das mentes, das identidades e do imaginário dos jovens leitores em formação: ação decolonial que urge ser implementada nas escolas públicas brasileiras”.

Boa leitura.

Prof. Dr. Márcio Araújo de Melo

Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT

SUMÁRIO

Capítulo 1

27

As faces da fome em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus

Brenda Lima Rodrigues Vieira

Rute Maria Chaves Pires

Capítulo 2

55

A literatura afro-brasileira de Carolina Maria de Jesus: reflexões para uma educação antirracista

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

João Paulo Costa Alves

Capítulo 3

85

Memória e diáspora africana no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis

Yoná Milhomem de Oliveira

Edna Sousa Cruz

Capítulo 4

111

Corpos em trânsito: uma leitura do corpo pela autoria de Beatriz Nascimento e Sônia Sultuane

Mariana Soares dos Santos

Ana Crélia Dias Penha

Capítulo 5 **137**

Terra-mulheres e (ecos)feminismos em *Torto arado*

Kezia da Silva Calixto
Wallace Rodrigues
Márcio Araújo de Melo

Capítulo 6 **167**

(Des)Medida Provisória: racismo estrutural e olhares negros em cena

Ariane Ferreira de Lima
Gilberto Freire de Santana

Capítulo 7 **195**

Tessituras negras: uma cronologia invisibilizada

Eronilde dos Santos Cunha
Deivanira Vasconcelos Soares

Capítulo 8 **221**

Ressignificações dos escravizados em narrativas híbridas de História e ficção infantis: *A princesa Zacimba de Cabinda (2022)*, de Renata Spinassé - uma heroína africana no Brasil

Rosângela Margarete Scopel da Silva
Gilmei Francisco Fleck

CAPÍTULO 1

AS FACES DA FOME EM QUARTO DE
DESPEJO: DIÁRIO DE UMA
FAVELADA, DE CAROLINA MARIA DE
JESUS

BRENDA LIMA RODRIGUES VIEIRA
RUTE MARIA CHAVES PIRES



AS FACES DA FOME EM QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

RESUMO: O presente trabalho propõe uma análise da obra **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, de Carolina Maria de Jesus (2014), com intuito de compreender o fenômeno da fome em suas diversas faces. Destaca-se o estado de pobreza e invisibilidade em que viviam os favelados, sendo privados do acesso aos direitos básicos, levando-os à exclusão social, em que se encontravam em situação de abandono por parte dos governantes, ficando expostos à miséria e à fome. Com esse objetivo, foi proposta uma discussão acerca da desigualdade social, a fim de compreender a dura realidade da fome no Brasil, buscando, a partir da força da escrita e resistência de Carolina, as questões voltadas à literatura afro-brasileira e, assim, entender como ela e todos da favela do Canindé sobreviviam, diante de tantas mazelas. Para isso, além do estudo em torno da obra, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, a partir de livros, fichamentos, artigos científicos, dissertações e teses. Como resultado desse estudo, percebe-se que a fome, em suas diversas faces, é uma problemática de cunho econômico e político que precisa ser combatida de forma urgente e eficaz.

Palavras-chave: Quarto de despejo. Fome. Exclusão social. Carolina Maria de Jesus.

THE FACES OF HUNGER IN THE TRASH ROOM: THE DIARY OF A FAVELA BY CAROLINA MARIA DE JESUS

ABSTRACT: The present project proposes an analysis of the work **The Trash Room: The Diary of a Favela Dweller** by Carolina Maria de Jesus (2014) with the purpose to understand

the hungry phenomenon on your many faces. We highlight the state of poverty and invisibility which the favela dwellers lived, being deprived of access to basic rights, leading them to social exclusion, in which they found themselves in a situation of abandonment by the government, being them exposed to poverty and hunger. With this objective, it was proposed discussion about social inequality, with the intention of understanding the harsh reality of hunger in Brazil, seeking, through the strength of Carolina writing and resistance, the issues about Afro-Brazilian literature and so understanding how she and everyone in the Canindé favela survived, in front of so many ills. For this, besides to the study surrounding the work, bibliographical research was used, based on books, book reports, scientific articles, dissertations and theses. As a result of this study, it is clear that hunger, in its many faces, is an economic and political problem that needs to be combated urgently and effectively.

Keywords: Trash Room. Hunger. Social exclusion. Carolina Maria de Jesus.

INTRODUÇÃO

A fome possui diversos significados, tanto em um contexto social, quanto na particularidade de cada pessoa atingida por ela. Essa temática ocupa espaço em diversos meios e áreas, no cenário das políticas públicas, governamentais e em registros literários. Este último é o caso da obra **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, de Carolina Maria de Jesus, um diário no qual a autora relata a precariedade vivida por ela e todos que moravam na favela do Canindé, em São Paulo. Na obra, a fome é retratada em suas diversas faces.

A autora tinha fome, não só de comida, mas de

ter uma vida diferente, de possuir uma moradia digna, de ter reconhecimento, de ser valorizada em sua escrita e no desempenho de seu papel, de mulher e mãe solo, com uma fome existencial que a fazia ter sede de justiça. Em **Quarto de despejo**, Carolina aborda a fome e suas consequências, mostrando seu cotidiano na favela, conduzindo o leitor, como se estivesse vivenciando todo o sofrimento relatado. A autora denuncia, reflete, reclama e sofre todas as faces da fome: a tontura, a dor, o pensamento de morte, e por fim, revela a cor da fome, amarela.

Carolina Maria de Jesus (1914-1977) foi uma das primeiras autoras negras publicadas no Brasil, com uma produção de denúncia social e relato de luta pela sobrevivência. Com uma escrita simples, fazendo reflexões sobre sua vida, apresentando suas dores e dificuldades diárias, a escritora buscava acabar com a invisibilidade social que ela e todos aqueles que a cercavam viviam, narrando o descaso do poder público com os menos favorecidos.

Este artigo faz uma reflexão sobre as faces da fome na obra **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, de Carolina Maria de Jesus (2014). Pelos escritos de Carolina, é possível compreender como as pessoas da favela viviam, sem direitos básicos, como saúde, educação, moradia e alimentação negados, sendo excluídas socialmente, deixadas em situação de miséria.

Dessa forma, objetiva-se analisar a obra enfatizando o olhar sobre as faces da fome apresentadas no livro como meio de resistência e consciência política, além de demonstrar a exclusão de pessoas que são socialmente invisibilizadas. Também busca-se apresentar a importância de Carolina Maria de Jesus na construção da literatura afro-brasileira, para, assim, compreender as influências do espaço da favela sobre a condição alimentar

e de vida da autora e dos demais moradores.

Para este trabalho, quanto à perspectiva metodológica que o norteia, optou-se, em relação à abordagem, por uma pesquisa qualitativa. No que diz respeito ao procedimento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, constituída de documentos em livros, fichamentos, artigos científicos, dissertações e teses sobre a fome.

Este estudo, relacionado à fome, que é um dos pontos de maior relevância na obra, mostra como viviam as pessoas em situação de exclusão social, sem o mínimo para sobrevivência, depositando suas expectativas em promessas de período eleitoral, que não eram cumpridas no decorrer dos mandatos. Assim, faz-se importante estudar sobre a temática, pois, no Brasil, antes de ser uma problemática social, a fome é uma questão de ordem política.

Desigualdade social: a dura realidade da fome no brasil

A desigualdade social é uma problemática enraizada em nossa sociedade. A falta de oportunidades, no que diz respeito a direitos básicos como saúde, educação, moradia, trabalho, participação política e alimentação, são elementos que deixam grande parte da população em condição de extrema miséria. A pobreza, por sua vez, é um fator que dificulta que boa parte da população de nosso país tenha acesso à uma alimentação digna. Assim, a fome ocorre quando o indivíduo não tem uma alimentação diária, habitual, rica em energia e suficiente para o funcionamento do seu organismo e para a aptidão de suas rotinas diárias, o que resulta em uma desnutrição alimentar.

De acordo com Monteiro (2003), a pobreza está

ligada às necessidades básicas da humanidade como comida, moradia, vestimentas, educação, assistência à saúde, entre outras. Por isso, em suas diferentes formas, a desigualdade social torna a fome uma das maiores problemáticas sociais existente no mundo. Nesse contexto, a falta de oportunidades na oferta de emprego e as desigualdades nas taxas de crescimento econômico tendem a criar evasão populacional, com famílias migrando de sua cidade origem em busca de melhores condições e oportunidades de vida.

Barros (2019), entre outros pesquisadores, fez um estudo sobre os migrantes que saíram com destino a São Paulo, entre os anos 1973 e 2001, que tinham essa cidade como possibilidade de um futuro melhor. Esses migrantes, chamados de retirantes, que se deslocaram de sua terra natal com destino a São Paulo no fim do século XX, partindo de seu território, todos eles filhos de agricultores, optaram por retornar depois de certo período vivendo na grande metrópole paulista e descreviam que a cidade de São Paulo, no fundo, só tem ilusão, pois as pessoas pensam que lá encontrarão melhores empregos, formação educacional e, conseqüentemente, condição de vida melhor. No entanto, a vida na cidade grande era uma correria, era só trabalhar e tentar sobreviver diante de uma realidade difícil.

Essa migração é contada em várias obras, que apresentam famílias que migram em busca de melhores condições de vida e encontram uma realidade totalmente diferente do que se espera. No lugar de direitos preservados, moradia digna, crescimento econômico e educacional, encontram lugares onde os direitos básicos à moradia e alimentação são infringidos, a dignidade humana é violada, o Estado é ausente e omissivo.

Na literatura brasileira, há grandes romances que

retratam e marcam um Brasil onde o pobre é excluído, esquecido e passa fome: **Os sertões**, de Euclides da Cunha, **O quinze**, de Rachel de Queiroz, e **Vidas secas**, de Graciliano Ramos. Além da temática em comum abordada, esses romances demonstram a busca de melhores condições de vida dos sertanejos, fugindo da escassez de alimentos e migrando para grandes cidades onde se concentram a urbanização e a industrialização como atrativos financeiro e social.

Os sertões, de Cunha (2003), narra a Guerra de Canudos e aponta a fome e a miséria dos revoltosos. **O quinze**, de Queiroz (2017), retrata mais do que a miséria dos sertanejos que têm fome: a miséria moral a que os sertanejos ficam reduzidos durante o período de privação extrema. Por fim, **Vidas secas**, de Ramos (1973), obra que revela um Brasil ainda atual, ao abordar a vida de uma família de retirantes em busca de sobrevivência no sertão nordestino, mostra a cruel e difícil vida no sertão e suas dificuldades para manter-se diante da pobreza extrema e opressão.

Embora seja bastante debatida atualmente, a fome é uma questão milenar, de complexidade, que se perpetua ao longo da história. É o resultado de um sistema que é economicamente falho, fazendo vítimas. De acordo com os teóricos Silva e Sá (2009, p. 45), “as raízes da fome brasileira encontram-se no processo histórico-político da formação da economia, tendo suas origens no período colonial, nos séculos XVI até o XIX”, uma triste realidade que decorre da desigualdade econômica, que desencadeia um quadro de pobreza extrema em que vivem muitos brasileiros.

A fome pode ter origem em fenômenos naturais como inundações e secas, bem como em acontecimentos sociais, como a guerra, produção agrícola insuficiente, políticas públicas malsucedidas, dentre outros. No

entanto, mesmo diante de vários progressos tecnológicos que ajudam no aumento da produtividade agrícola e dos meios de transporte, assim como a criação de organizações sociais em defesa dos direitos humanos, a questão da fome ainda persiste.

No Brasil, a temática da fome não era debatida em público, durante longos séculos. Pouca ou quase nenhuma intervenção era realizada nas camadas mais carentes da sociedade, devido às censuras pregadas, sobretudo pelas classes mais favorecidas. Da década de 1940 até os dias atuais, mesmo o país tendo passado por várias transformações, a desigualdade permanece a mesma, porém, com novos rumos.

Josué de Castro (1984), em sua obra **Geografia da fome**, abordou a temática da fome no ambiente rural, de onde os trabalhadores, por falta valorização na mão de obra, migravam em busca de melhores condições econômicas e de trabalho. Muda-se o cenário, mas a problemática continua a mesma, alcançando mais ambientes, atingindo, de forma gradativa, a zona urbana.

A fome é um problema de saúde pública, percebido de maneiras diferentes, de acordo com cada região brasileira. Castro (1984) defende a ideia de que a fome, no Brasil, é causada não por fatalidades, mas por questões políticas que levam à desestruturação do país. Para ele, há:

[...] a influência dos fatores sócio-econômicos sobre os próprios fatores biológicos de nossa população, através da deficiência alimentar e da primazia dos interesses privados, junto à incapacidade equilibrante das instituições políticas. E como as causas sociais são sempre correlativas, essa "deficiência alimentar", causada primordialmente por fatores político-sociais, veio afetar indiretamente essas estruturas políticas, sempre intimamente ligadas às subestruturas econômico-sociais (Castro, 1984, p. 25).

Os conceitos da fome são apresentados não somente como uma sensação fisiológica, a vontade de comer, mas também suas condições mais severas, que estão associadas à pobreza e à exclusão social:

Ver os filhos passarem fome é passar fome. Comer lixo é passar fome. Comer o resto do prato dos outros é passar fome. Passar dias sem comer é passar fome. Comer uma vez por dia é passar fome. Ter que se humilhar para receber uma cesta básica é passar fome. Trocar a dignidade por comida é passar fome. Ter medo de passar fome é estar cativo da fome. Estar desnutrido também é passar fome, mesmo que a causa principal não seja falta de alimento (Valente, 2003, p. 57).

Desse modo, a alimentação deve estar ao alcance de todos, como uma condição básica para sobrevivência, alcançando dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas. Estas são aspectos essenciais para uma vida de qualidade, devendo a alimentação ser considerada como um direito humano elementar.

A segurança alimentar e nutricional, no Brasil, está relacionada com o direito fundamental do ser humano ao acesso à uma alimentação essencial para a vida saudável e adequada. Os direitos à dignidade humana são garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 11.346, de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esse último dispositivo legal destaca, no artigo 3º, que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, p. 1).

Castro (1955) defende que a inexistência de uma visibilidade adequada e estruturada por meio dos governos está entre as causas da fome no Brasil. O autor destaca também que a desigualdade de distribuição de renda é responsável pela má alimentação e nutrição humana, relacionando, ainda, o surgimento de doenças como um fato dessa problemática. Logo, o autor define que o problema deveria ser resolvido combatendo os aspectos biológicos, sociais e econômicos.

Como afirma ainda Castro, não há “nenhuma panaceia que possa curar este mal como se fosse uma doença de causa definida. A fome não é mais do que uma expressão [...] é a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico” (1984, p. 305). O combate à fome significa, portanto, sobretudo, combater as causas do subdesenvolvimento.

O enfrentamento da fome deve partir de diversas frentes, a partir de iniciativas que garantam a segurança alimentar da população mais pobre nos planos de desenvolvimento do país. Trabalhar obras como a de Carolina Maria de Jesus é um importante meio para entender a questão da fome no Brasil, do passado e do presente, buscando caminhos para trilhar novos rumos em um futuro menos desigual.

A força da escrita e resistência em carolina maria de jesus

Na literatura brasileira, encontra-se um expressivo número de escritores e escritoras negras que relatam em suas obras e vivências, em um contexto histórico e cultural. Essas vivências apresentadas através de textos, que trazem relatos sobre diversas experiências em relação ao sujeito negro na sociedade brasileira, é uma forma de representar-se a partir de seu próprio ponto de vista, tentando findar

com o estereótipo de como o homem negro e a mulher negra são vistos dentro da literatura.

Trata-se da literatura afro-brasileira, escrita por pessoas que sentem orgulho de sua etnia e que trazem, na escrita, suas experiências e vivências, diferenciando suas produções com a de autores brancos, que, muitas vezes, tratam o negro, em suas obras, apenas com temáticas ou personagens estereotipados. Dessa maneira, a literatura afro-brasileira contribui no processo de conscientização social e racial, pois “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente o problema” (Candido, 2004, p. 175). Por meio da literatura, é possível utilizar a memória e a identidade afro-brasileira, tantas vezes silenciadas.

A obra literária possibilita que o escritor apresente sua visão diante da sociedade, tornando-se um importante meio de análise, com função histórica. Assim, a literatura afro-brasileira é um importante elemento de representação da realidade vivida por tantos escritores negros. Temos exemplos de alguns autores afro-brasileiros que se destacaram com suas obras. São escritores que, assim como Carolina Maria de Jesus, vieram de uma classe social baixa, sofreram diversos tipos de preconceitos, mas resistiram, produziram suas obras e fizeram história no país.

De acordo com Rodrigues e Moraes (2019), a literatura afro-brasileira ajuda a inserir, na sociedade, aqueles que, por muito tempo, foram vistos como incapazes e tantas vezes silenciados – que sempre existiram, mas não tinham o devido reconhecimento. Essa literatura busca compreender e conhecer o autor negro a partir de seus escritos, seus pensamentos de como e quais caminhos devem ser seguidos para uma melhor sociedade, tratando a história do negro através de sua concepção, e não pelo

olhar do outro.

Segundo Duarte (2014), a literatura afro-brasileira se caracteriza por cinco elementos, que são: a *temática*, que ajuda a configurar a narrativa; a *autoria*, de modo que existe uma problemática questionável, pois há autores brancos que escrevem sobre negros, e autores negros que não se engajam como autores afrodescendentes; o *ponto de vista*, isto é, o posicionamento do autor está relacionado à temática; a *linguagem*, importante ferramenta de denúncia, que ajuda o autor a ganhar visibilidade por meio da escrita literária; o *público*, pois o escritor tem como objetivo fazer com que a sua literatura chegue a ele, para que o leitor tenha acesso à literatura afro-brasileira e se identifique com a representatividade de sua realidade.

Desses elementos, a temática é um dos mais importantes para o texto literário, pois é, a partir dela, que virão todos os conflitos da narrativa. Porém, deve-se considerar que ela esteja em interação com outros fatores, como autoria e ponto de vista. Pelas obras de Carolina Maria de Jesus, é possível conhecer a valorização da história e cultura afro-brasileira. Seus escritos apresentam importantes temáticas, entre elas a desigualdade social, a violência contra a mulher, o protagonismo negro, a favela, a pobreza, a fome, assuntos que continuam e tornam seus escritos contemporâneos.

Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, Minas Gerais, em 14 de março de 1914, filha de negros que migraram para a cidade, no início das atividades pecuárias na região. Mudou-se para São Paulo, em 1937, quando a cidade iniciava seu processo de modernização e assistia ao surgimento das primeiras favelas. Em São Paulo, foi morar na favela do Canindé, às margens do rio Tietê, sozinha. Vivia de catar papéis, ferros e outros materiais recicláveis nas ruas da cidade, vindo desse ofício a sua única fonte de

renda. Construiu sozinha seu barracão usando restos de tábua e pedaços de lona reaproveitada. Teve três filhos: João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima.

Leitora voraz de livros e de tudo o que lhe caía nas mãos, logo tomou o hábito de escrever. E, assim, iniciou sua trajetória de memorialista, passando a registrar o cotidiano do *quarto de despejo* da capital nos cadernos que recolhia do lixo e que se transformariam, mais tarde, nos *diários de uma favelada*, nos quais narrava a sua saga diária, a vida na favela e luta pela sobrevivência. A escritora foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, na década de 1950. A publicação de **Quarto de despejo: diário de uma favelada** deu-se em 1960, tendo o livro um recorde de vendas de trinta mil exemplares, na primeira edição, chegando ao total de cem mil exemplares vendidos, na segunda e terceira edições.

Em 13 de fevereiro de 1977, a autora faleceu em um pequeno sítio, na periferia de São Paulo, esquecida pelo público e pela imprensa, deixando importantes obras. Dentre suas publicações, estão: a citada obra **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, de 1960; **Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada**, de 1961; **Pedaços da fome**, de 1963; **Provérbios**, também de 1963. O volume **Diário de Bitita**, de 1986, é uma publicação póstuma também oriunda de manuscritos em poder da autora e foi editado primeiramente em Paris, com o título **Journal de Bitita**, tendo recebido, a princípio, o título de *Um Brasil para brasileiros*.

Além de publicações póstumas nas décadas de 1980 e 1990, foram editadas as coletâneas **Onde estaes felicidade?**, em 2014, e **Meu sonho é escrever... contos inéditos e outros escritos**, em 2018. Mais recentemente, em 2021, os escritos carolineanos foram disponibilizados por

uma grande editora também em e-book, além de contos, peças de teatro, letras de música e escritos esparsos, cujos originais fotocopiados encontram-se já digitalizados e disponíveis para pesquisa no Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fruto de doação do pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy.

Além da obra **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, Carolina escreveu outros diários e continuou falando sobre a pobreza e fazendo críticas políticas e sociais, porém, em seu segundo diário, intitulado **Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada** (1961), Carolina tinha como temática central sua nova vida. Fazia relatos após sua saída da favela, agora residente em um bairro nobre, onde vivia no meio de indivíduos de classe média, com uma escrita *mais leve*, tratando de um sonho realizado, fascinada por sua vivência em um novo mundo, fora da favela. Em comparação com a primeira obra, teve baixa procura e venda, fazendo com que a editora e o agente literário desistissem de suas demais obras inéditas. Carolina, então, lançou sua terceira obra de forma independente, porém fracassou na comercialização e opinião crítica.

Pedaços da fome (1963a) é um romance que, embora seja ficção, é um real retrato do Brasil do início da década de 1960. Aborda a fome daqueles que levam uma vida desumana na capital paulista. Mas, nessa obra, o enfoque não é a vida de Carolina. A protagonista é Maria Clara Fagundes, uma personagem jovem, branca e rica, que mora no interior de São Paulo e se casa com um homem branco *de bem*. A narrativa aborda temáticas como patriarcalismo, desigualdade social e racial.

Já a obra do mesmo ano **Provérbios** (1963b) é um compilado de vários provérbios criados por Carolina e traz a visão da autora sobre sabedoria, amor, injustiça,

fome, más escolhas, trabalho, dignidade, corrupção, espiritualidade. Mesmo escrito há tanto tempo, é possível verificar, em alguns desses provérbios, a atemporalidade e como a autora consegue olhar à frente de seu tempo.

Finalmente, **Diário de Bitita** (1986) faz um resgate da força literária de Carolina Maria de Jesus. A obra trata de memórias da infância e adolescência de Carolina, e divide-se em algumas categorias: os negros, a família, a doença, o racismo, a misoginia, a exploração do trabalho etc. A obra teve sua primeira publicação fora do país, na França, em 1982, e, posteriormente, no Brasil, apenas em 1986. Aborda temáticas da desigualdade social, presentes na marginalização e falta de registros oficiais, e analfabetismo da população negra. Opressão, preconceito racial e abuso de poder são apresentados a partir da perspectiva de quem os viveu.

Carolina lutou para conquistar sua dignidade e se constituir como alguém que resistiu à exploração e à desumanização. Sua obra é o testemunho de uma história de luta e de opressão, vivida por ela e por todos de seu meio. Mesmo tendo publicado muitos títulos, nenhum repercutiu tanto quanto **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, que narra os conflitos vividos por ela, seu sentimento diante do desprezo por sua pobreza, a preocupação com seus filhos, reflexões sobre suas lutas diárias. O que mais chama atenção é sua intimidade com a fome, fome que se faz personagem, fome de quem tem intimidade com a dor e luta por direitos básicos.

(SOBRE)VIVER: as várias faces da fome

Quarto de Despejo: diário de uma favelada é uma leitura dura que apresenta a difícil realidade vivida por Carolina e por todos os moradores da favela do Canindé,

sua trajetória de luta, revoltas, sofrimentos, angústias e fome. A partir de sua narrativa, é exposta a situação crítica de quem não teve o mínimo acesso a uma melhor qualidade de vida, o retrato de um lugar desprovido de direitos básicos como: educação, saúde, alimentação, moradia, transporte e segurança. É uma obra contemporânea que demonstra o cotidiano de muitas favelas pelo Brasil afora, de pessoas que se encontram em um espaço de exclusão, uma situação social de abandono, miséria e fome.

A favela trata-se de um espaço visto como o quarto de despejo de uma cidade, ao contrário do que se vê nos grandes centros, onde vivem as pessoas de classes média e alta: “... Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2014, p. 32). Em oposição à cidade e à prefeitura, a favela é bem representada como o quintal ou quarto de despejo, onde é jogado o lixo da cidade de São Paulo.

A pobreza vivida no “quarto de despejo” é um contraste com a riqueza vivida na “sala de visitas”, a qual por Carolina era desejada:

Às oito e meia eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2014, p. 37).

Utilizando de metáforas para apresentar a favela, seus moradores e a difícil situação vivida naquele ambiente, aponta duas realidades opostas e diferentes, a da classe socialmente privilegiada e da desprivilegiada e abandonada. A favela é como o quintal onde são jogados os lixos ou um quarto de despejo, local em que se põe

aquilo que não tem valor para a sociedade. Enquanto isso, a cidade é onde as pessoas andam bem-vestidas, as casas são floridas e organizadas, retratadas como um paraíso.

Como uma forma de expressar sua experiência nos dois ambientes apresentados na obra, a autora expõe o contraste, declarando a favela como quarto de despejo da cidade. Dessa maneira, a cidade de São Paulo é tida como uma casa, dividida em cômodos. Imaginada uma situação com visitas, a entrada (cidade) seria o jardim; segue-se para a sala de visitas (palácio), e depois a sala de jantar (prefeitura), onde finaliza o espaço da visita. Traz-se, assim, o quintal como lugar sem importância para se conhecer em uma casa, não apresentável, diferente da sala de visitas, sala de jantar e jardim, que são os espaços públicos.

A favela é, muitas vezes, tida como espaço de exclusão, um ambiente em que é jogado aquilo que não serve mais, conforme consta no seguinte trecho: “quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (Jesus, 2014, p. 37). Configura-se, assim, como um lugar invisível e esquecido – não só o ambiente, mas também as pessoas que lá residem, que são despejadas em condições desumanas, como um lixo.

Carolina almeja viver na cidade, não é conformada com a situação que vive. Para ela, a favela é um “lugar sem atração”, sem vida, pois a favela é “sucursal do Inferno, ou o próprio Inferno” (Jesus, 2014, p. 165). A cidade é diferente, o oposto de tudo aquilo que se vive na favela, mas, como seu desejo não poderia ser alcançado naquele momento, conforma-se: “Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo” (Jesus, 2014, p. 37), tendo consciência

de que ela também é parte desse lugar.

O título da obra, **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, já expressa a trajetória de luta, indignação e sofrimento. Carolina escrevia sobre suas dores emocionais e físicas. Carolina escreve não somente para quem convive com ela, como também para as pessoas de uma classe social privilegiada. Ela é a representação de uma realidade em que essas pessoas não têm contato, só ouvem falar.

Sua escrita retrata a realidade dos menos favorecidos e traz reflexões de que há poetas que, assim como ela, sensibilizam-se com a pobreza: “E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em relação ao povo” (Jesus, 2014, p. 53). Carolina percebe que, como escritora, ela terá oportunidade de falar por ela e por todos aqueles que estão ao seu redor.

Carolina descreve diariamente o que acontecia na favela: confusões, falta de direitos e pobreza. Diante de tantos elementos, nenhum é mais central na representação do pobre que a fome. Nesse contexto, o olhar do Estado não é favorável à realidade dos favelados – isso é bem presente nos seus escritos. Os políticos só se preocupam e se interessam por votos. Passadas as eleições, os moradores são esquecidos, e isso era motivo de grande decepção.

A autora faz uma denúncia do sofrimento e da pobreza com a intimidade de quem vivência e com a solidariedade de quem observa. Ao escrever um diário, faz a opção de enxergar suas experiências de vida e pensamentos mais íntimos, escritos com autoridade, atestando a possibilidade de denunciar a pobreza e a marginalidade como seu grande compromisso. Tida como “quarto de despejo” que “as autoridades ignoram” (Jesus,

2014, p. 107), a favela é o lugar dos esquecidos, invisíveis, ignorados pelo Estado, que não oferece políticas públicas para que os moradores tenham boas condições para viver. É um espaço onde são escancaradas as mazelas da sociedade.

Para a autora, esse ambiente de desigualdade existe na sociedade porque “quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria se revoltar, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores” (Jesus, 2014, p. 39). Carolina faz uma analogia com o pobre e o braço, pois ambos se destacam como uma referência à mão de obra em nosso país.

Para obter alimento, Carolina tem uma rotina exaustiva. A falta de comida a deixa deprimida, “tão triste. Com vontade de suicidar. [...] quem nasce e suporta a vida até a morte deve ser considerado herói” (Jesus, 2014, p. 102). Entretanto, enfatiza que “é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: – Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!” (Jesus, 2014, p. 63).

As cores fazem parte da vivência de Carolina, assim como sua realidade, que é preta, “Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia” (Jesus, 2014, p. 43); “A minha [vida], até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro” (Jesus, 2014, p. 167). O roxo está ligado ao sofrimento: “Cor da amargura que envolve os corações dos favelados” (Jesus, 2014, p. 34); “Vi as flores roxas. A cor da agrura que está nos corações dos brasileiros famintos” (Jesus, 2014, p. 141). A fome tem cor amarela, e essa cor só muda após alimentar-se, o que é um desafio todos os dias: “eu que antes de comer via o

céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (Jesus, 2014, p. 44). As cores simbolizam, assim, a existência marginalizada e as lutas da autora.

As maiores tristezas e alegrias vivenciadas por Carolina e os filhos estão ligadas à falta ou à presença de comida. Quando consegue servir algo para alimentar os filhos, emociona-se e sente-se “mais gente”, admirando “como se estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante” da “gordura frigindo na panela, as crianças sorrindo, vendo a comida ferver” (Jesus, 2014, p. 43), perguntando-se, “haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer?” (Jesus, 2014, p. 45). Logo, ter alimento é tão raro que chega a ser um evento, um espetáculo que a faz ficar admirada de como é “surpreendente o efeito que a comida faz no organismo” (Jesus, 2014, p. 44), pois, após se alimentar, tudo normaliza-se.

São acostumados a sobreviver dos restos da cidade, de “macarrão do lixo”, mesmo com “receio de morrer” (Jesus, 2014, p. 39), visto que o lixo era o lugar mais comum para se encontrar alimento, os ossos, como relatado por Carolina: “Quando eu passava perto do frigorífico o caminhão de osso estava estacionado. Pedi uns ossos para o motorista. Ele me deu um que eu escolhi. Tinha muita gordura” (Jesus, 2014, p. 119). Portanto, é ao lixo que grande parte dos favelados recorrem para saciar sua fome e “aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos” (Jesus, 2014, p. 41).

Carolina também aponta a perversidade dos donos de frigoríficos, que “jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne para comer” (Jesus, 2014, p. 44). Ela se questiona: “porque o homem branco é tão perverso assim? Ele tem dinheiro, compra e põe nos armazéns” (Jesus, 2014, p. 148), mas, devido ao alto custo, os alimentos

acabam invalidados e sendo descartados, porém de forma que os mais necessitados não consigam reaproveitar dignamente. Assim, alimentar-se do lixo acaba por ser o “custo de vida que os obriga a não ter nojo de nada e a imitar os animais” (Jesus, 2014, p. 112).

Mesmo passado tanto tempo após a publicação da obra, essa cena se repete em diversas partes do país. A fome continua sendo uma problemática no Brasil, demonstrando-se que é uma condição que atinge milhares de pessoas. Carolina sabia que grande parte dos problemas enfrentados pelos moradores era culpa dos políticos, que abandonam quem mais precisa. Logo, para enfrentar a problemática da fome, em seus escritos, Carolina opina que é necessário que “o Brasil seja dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças” (Jesus, 2014, p. 29).

A obra traz a realidade de quem viveu na favela e sentiu na pele tudo o que escreveu; de quem sentiu a dureza e a dificuldade de viver à margem da sociedade; de quem, após se alimentar, declara, como é “surpreendente o efeito que faz a comida no nosso organismo”; de quem percebeu que “a tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer”, percebendo “que é horrível ter só ar dentro do estômago” (Jesus, 2014, p. 44) e “só quem passa fome é que dá valor a comida” (Jesus, 2014, p. 53), pois é preciso conhecê-la para descrevê-la.

A partir de suas próprias vivências, Carolina relata o quanto o Estado é contraditório, dado que, ao mesmo tempo em que o país se moderniza, produz miséria. Em vez de o homem alcançar um estado verdadeiramente humano a partir do progresso, ele recaiu, por meio desses novos poderes alcançados, em um novo estado de

regressão social. A fome vivida pela população na favela demonstra o descaso do poder público diante dessas pessoas que vivem como excluídas na sociedade.

Carolina descreve sua impossibilidade em comprar alimento, pois “os preços aumentam igual as ondas do mar. Cada qual mais forte. Quem luta com as ondas? Só os tubarões. Mas o tubarão mais feroz é o racional. É o terrestre. É o atacadista” (Jesus, 2014, p. 60). Assim, “o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida” (Jesus, 2014, p. 11), tendo em vista que a autora precisa fazer escolha diária entre se alimentar ou comprar o que a filha calçar, já que os recursos financeiros não são suficientes.

Carolina relata que, ao chegar em casa, “aliás em seu barracão, nervosa e exausta”, pensa “na vida atribulada que levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta”, pois “tem dia que eu não tenho nada para os meus filhos comer” (Jesus, 2014, p. 12, 102). A realidade de Carolina é difícil, porque seu trabalho informal é insuficiente para suprir as necessidades de sua família, que, muitas vezes, não tem nada para comer e, mesmo quando tem, não é o suficiente, de modo que “a escravidão atual é a fome!” (Jesus, 2014, p. 32).

Por meio de sua escrita, Carolina revela como (sobre)viver diante de uma realidade dura e tão difícil, perante um descaso imenso com a população. A obra apresenta, com detalhes, que, apesar das várias dificuldades vividas, frente a tantas mazelas causadas pela falta de políticas públicas governamentais, a principal problemática enfrentada pela autora, dentro da favela, é a fome.

Quarto de despejo: diário de uma favelada é uma obra que representa a realidade social de uma população

sofrida, a partir do olhar de quem sentiu na pele tudo o que escreveu. Carolina escreve para denunciar as mazelas sofridas na favela e para tentar sair daquele ambiente, lutando contra as dificuldades a que os mais pobres estavam sujeitos, em um momento em que a cidade de São Paulo e o Brasil da década de 1960 iniciavam seu processo de modernização. A autora relata a importância de se ter um olhar mais atento para quem vive à margem da sociedade.

É uma obra produzida na década de 1950, porém com dilemas retratados que não se diferenciam da realidade que muitos brasileiros ainda vivenciam. A exclusão social ainda se faz presente na vida de tantos cidadãos de classe baixa. A negação de direitos básicos é um impulso para as desigualdades sociais. Atualmente, há inúmeras Carolinas sofrendo com a falta de políticas públicas de qualidade e eficácia, lutando pela sobrevivência em um país tão desigual.

CONCLUSÃO

Diante da desigualdade enraizada em nossa sociedade, alguns direitos são violados, deixando parte da população em condição de pobreza extrema. Dificulta-se, assim, que essa parcela da população tenha acesso à uma alimentação digna, tornando a fome uma das maiores problemáticas sociais existentes de cunho econômico e político, sendo um problema estrutural que afeta a vida de muitas pessoas.

O desperdício, por sua vez, está relacionado ao descarte de alimentos que ainda têm valor, por parte de comerciantes que deixam esses itens vencerem nas prateleiras, afetando economicamente a população. São alimentos que poderiam ser doados para as pessoas que

vivem em situação vulnerável, porém, muitas vezes, são descartados e contaminados com produtos como a creolina – mencionada por Carolina Maria de Jesus –, para que não sejam consumidos fora do prazo de validade.

A alimentação, como uma condição básica de sobrevivência, deve ser acessível a todos, com iniciativas governamentais que a assegurem à população mais pobre, garantindo, assim, uma melhor qualidade de vida para a sociedade, com a conseqüente diminuição dos índices de desnutrição e pobreza. No entanto, a fome é uma realidade que muitas pessoas vivem na sociedade, e obras como a de Carolina Maria de Jesus, uma das primeiras escritoras negras publicadas no país, faz-nos entender, e até mesmo sentir, a dura e difícil situação de quem viveu tudo aquilo que escreveu.

A obra **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, escrita entre os anos 1950 e 1960, em forma de diário, apresenta uma importante crítica social, ao expor os dramas vivenciados na favela, o cotidiano de pessoas que lutavam diariamente contra o preconceito racial e social, uma difícil realidade de miséria e fome. Carolina Maria de Jesus transforma socialmente sua vida a partir de seus escritos, retratando sua realidade marginal, em seus diários, sua luta constante em busca de alimento e de uma melhor condição de vida para ela e seus filhos.

Nesse sentido, a obra destaca aqueles que viviam em estado de pobreza e invisibilidade, sendo desprovidos do acesso aos direitos básicos, como educação, saúde, moradia, alimentação e segurança. Essa problemática se repete no país até os dias atuais, conseqüência da falta de políticas públicas que assegurem os mais necessitados. O relato da autora quanto à exclusão social, com a população se encontrando em situação de abandono e não tendo o mínimo acesso a uma melhor qualidade de vida, ficando

exposta à miséria e à fome, é uma forma de denúncia do sofrimento e da pobreza presentes nas favelas e bairros periféricos, onde as pessoas vivem à margem da sociedade.

Assim, o livro **Quarto de despejo: diário de uma favelada** é uma obra atemporal, que poderia ser lida por todas as pessoas e que descreve, fielmente, o sentimento de miséria e abandono por parte do poder público. Com uma linguagem simples e própria, a autora nos apresenta seu cotidiano, suas lutas, sua escrita, como forma de fuga daquela realidade difícil e como expressão de seus pensamentos, que causam impacto diante da sociedade, através de suas denúncias e críticas sociais. A obra é uma leitura necessária para que possamos entender sobre a vida nas favelas do Brasil e nos ajuda na construção de um olhar crítico referente às desigualdades presentes em nossa sociedade, que perduram por décadas.

Analisar a fome em suas diversas faces é um importante meio de se compreender a problemática da fome no Brasil, presente na obra **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, e de se identificar caminhos para viver em uma sociedade mais justa, em oposição ao quadro atual de escravidão em que as pessoas vivem em relação ao custo de vida. Igualmente, refletir sobre outras questões que afetam a condição humana, como a pobreza, a falta de acesso à educação, moradia digna, saneamento básico e saúde, é elemento básico para combater a desigualdade enraizada em nossa sociedade.

A obra de Carolina Maria de Jesus é um importante meio para se estudar literatura, visto que nos apresenta diversas vertentes, de modo que podemos compreender as questões abordadas pela autora, considerada uma das principais vozes da literatura negra brasileira. Apesar de ter vivido em um ambiente de miséria e fome, Carolina teve uma visão crítica e um desejo constante de transformação para ela e todos em seu entorno.

A partir deste estudo, podemos concluir que, para uma possível reparação da exclusão social e miséria,

é necessário que haja políticas públicas de inserção social, sendo que mais importante que a distribuição de alimentos é a geração de emprego e renda, para que a população mais pobre tenha maior poder de aquisição. As políticas públicas precisam ser urgentes e eficazes. Não basta conhecer a realidade e mostrar os problemas, é preciso agir, pois quem tem fome tem pressa e dor.

REFERÊNCIAS

BARROS, V. B. **Nos rastros de uma migração**: representações, memórias e sensibilidades. São Paulo: e-manuscrito, 2019.

BRASIL. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 163, n. 179, p. 1-2, 18 set. 2006.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.

CASTRO, J. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CASTRO, J. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e população do mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1955.

CUNHA, E. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

DUARTE, E. A. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Rassegna iberistica**, Veneza, v. 37, n. 102, p. 259-279, dez. 2014. Disponível em: <https://edizionicafoscari.unive.it/it/edizioni4/riviste/rassegna-iberistica/2014/102/por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

JESUS, C. M. **Casa de alvenaria**: diário de uma ex-favelada. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1961.

JESUS, C. M. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, C. M. **Pedaços da fome**. São Paulo: Aquila, 1963a.

JESUS, C. M. **Provérbios**. São Paulo: Luzes, 1963b.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 7-20, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9917>. Acesso em: 30 abr. 2023.

QUEIROZ, R. **O quinze**. 107. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

RAMOS, G. **Vidas secas**. São Paulo: Martins, 1973.

RODRIGUES, W.; MORAIS, P. K. O silenciamento das vozes subalternas na literatura Afro-brasileira: uma análise da obra "Quarto de despejo", de Carolina Maria de Jesus. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 13, n. 3, p. 503-515, 2019. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/9245>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SILVA, J. L.; SÁ, A. J. A fome no Brasil: do período colonial até 1940. **Revista de Geografia**, Recife, v. 23, n. 3, p. 43-53, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/228669>. Acesso em: 29 abr. 2023.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 51-60, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/GXfv6d4vzZxvwTRrh8pFyzD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CAPÍTULO 2

A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS: REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

CÉSAR ALESSANDRO SAGRILLO FIGUEIREDO
JOÃO PAULO COSTA ALVES



A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS: REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

RESUMO: A obra de Carolina Maria de Jesus se insere nas discussões mais prementes da literatura contemporânea afro-brasileira, sendo fortemente abarcada pelos seus testemunhos e pela densidade que a autora estabelece em seus diários. Mediante o exposto, possuímos como objetivo principal examinar a obra da autora, **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2014), bem como a importância da sua escrita para o ensino visando a uma educação antirracista. Quanto ao escopo teórico, apresentamos uma revisão da literatura que alude à Teoria do Testemunho com as discussões de Seligmann-Silva (2018) e Salgueiro (2012), bem como a literatura que discute acerca do conceito Pacto Autobiográfico (Lejeune, 1975). Metodologicamente, tratar-se-á de uma pesquisa qualitativa; e como resultado da pesquisa, constatamos que o livro produz uma discussão pujante acerca do apagamento de autores negros em face do racismo estrutural brasileiro perene em nossa sociedade, tornando, portanto, a obra um importante instrumento de estudo para a educação antirracista.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira. Teoria do Testemunho. Pacto autobiográfico. Educação antirracista.

AFRO-BRAZILIAN LITERATURE BY CAROLINA MARIA DE JESUS: REFLECTIONS FOR AN ANTI-RACIST EDUCATION

ABSTRACT: The work of Carolina Maria de Jesus is part of the most pressing discussions in contemporary Afro-Brazilian literature, being strongly embraced by her testimonies and the density that the author establishes in her diaries. Based on

the above, our main objective is to examine the author's work, **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2014), as well as the importance of her writing for teaching aimed at anti-racist education. Regarding the theoretical scope, we present a review of the literature that alludes to the Testimony Theory with the discussions by Seligmann-Silva (2018) and Salgueiro (2012), as well as the literature that discusses the concept of Autobiographical Pact (Lejeune, 1975). Methodologically, this will be qualitative research; and as a result of the research, we found that the book produces a powerful discussion about the erasure of black authors in the face of perennial Brazilian structural racism in our society, therefore making the work an important study instrument for anti-racist education.

Keywords: Afro-Brazilian literature. Testimony Theory. Autobiographical pact. Anti-racist education.

INTRODUÇÃO

No cenário da literatura brasileira, com suas divisões e categorias, recebemos influência diversas, sobretudo egressa do modelo eurocêntrico beletrista, conseqüentemente, moldando o perfil do cânone brasileiro. Por exemplo, quando trabalhamos com a literatura em sala de aula, há inúmeras referências de autores portugueses, igualmente, demonstrando o nascedouro das letras brasileiras desde suas raízes profundas no Brasil colônia. Porém, em face das críticas recentes nas últimas décadas, essa moldura conflitua com discursos mais ampliados que visam a uma maior diversidade literária a ser trabalhada no ensino.

Acompanhamos esse debate, especialmente a partir dos anos 2000, em que ocorreu uma crescente descoberta de autores que estavam na periferia dos

discursos hegemônicos, melhor dito, não fazia parte do *mainstream* oficial das grandes editoras, tampouco eram utilizados em vestibulares nacionais e no ensino. Entre os nomes esquecidos, conforme podemos destacar, havia muitos escritores que eram ignorados pela mídia, de modo intencional, pois eram reproduzidos apenas o longo receituário bibliográfico que definia o que deveria ser lido, absorvido pela indústria cultural brasileira e, posteriormente, ser utilizado durante o processo de ensino e aprendizado.

Não obstante a existência desse modelo, em 2003 é editado a Lei 10.639 (Brasil, 2003) que estabelece a obrigatoriedade no ensino da história e cultura afro-brasileira, rompendo, portanto, os grilhões que vicejavam há séculos no Brasil. Consideramos que essa política pública afirmativa responde diretamente aos anseios da sociedade civil afrodescendente que, de modo organizado, almejava uma maior representatividade e expressividade na cultura e educação nacional. Nesse sentido, a partir da institucionalização legal houve a necessidade das discussões de mudanças curriculares, com as suas devidas revisões e, particularmente, havendo a necessidade imperiosa de (re)descobrir autores, personagens e perfis a serem trabalhados em sala de aula com vistas a cobrir essa temática na grade escolar.

Tornou-se uma tarefa extremamente ambivalente, pois, de um lado 1) era um labor de fácil manejo de consulta em virtude da abrangência de fontes a ser pesquisada e trabalhada para cumprir esse papel no ensino; porém, de outro lado, 2) seria um trabalho hercúleo para furar o bloqueio do *status quo* nacional e revelar uma diversidade de autores, outrora subestimados e marginalizados. Observamos, portanto, a partir das primeiras décadas do século XXI uma enxurrada de escritores e escritoras

sendo colocados a público, assim como o *deslumbramento* na redescoberta de autores que no limiar do século XX, mesmo com qualidade de suas obras, foram colocados em posição secundária, pois não cumpriam os estoques culturais, estéticos e, sobretudo, de classe, raça e gênero para figurar entre a grande *intelligentsia* brasileira.

Podemos citar diversos autores trabalhados com outros vieses neste início de século, por exemplo, desde o reconhecimento tardio de Lima Barreto (Schwarcz, 2017), até a aceitação sem crítica que o maior escritor brasileiro, Machado de Assis, era de fato afro-brasileiro, contrastando com as cenas de outrora em que era retratado como alvo, num processo intencional de embranquecimento da cultura nacional. Do mesmo modo, há a importância das autoras negras num processo de aclamação pela literatura brasileira, ocorrendo a valorização a partir de um longo caminho que percorre desde Maria Firmina do Reis, negra e primeira mulher a lançar um romance no Brasil no século XIX, confluindo, mais recentemente, à consagração pela academia de Conceição Evaristo com os seus diversos prêmios.

Nesse cenário em disputa pelo reconhecimento entre o *velho* e o *novo*, igualmente, há o debate de autores afro-brasileiros que atingiram uma distinção num período específico da cultura nacional, mas que foram esquecidos e totalmente marginalizados. Dentre esses podemos citar o caso de Carolina Maria de Jesus, em face do sucesso editorial dos seus livros, no período do seu lançamento, mas sendo nos anos *a posteriori* colocada de lado, esquecida e posta numa categoria de não-lugar dentro da literatura nacional canônica, mesmo com a sua ampla abrangência editorial e campeã de vendas.

Mediante o delineamento exposto, o presente artigo possui como objetivo principal examinar a obra de

Carolina Maria de Jesus, **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (2014) e a importância da sua escrita para o ensino, visando a uma educação antirracista. Para melhor compreensão do livro e a abrangência do seu trabalho, de antemão, esboçamos que o livro trata da vida cotidiana de uma mulher favelada, negra, mãe solo e catadora de lixo, causando assombro pelo impacto de sua escrita, tanto pela excelência quanto pela força do testemunho que apresenta. Também, pelo fato da denúncia social que o livro trazia para época, justamente, pela crítica que a autora conseguia fazer acerca de um Brasil que mirava um progresso desenvolvimentista no final dos anos 1950 e início do século XX, mas escondia todas as mazelas da população carente nas favelas brasileiras, que teimavam em existir.

A fim de um melhor trabalho acerca do objeto, cumpre, portanto, refinar o artigo nos seguintes momentos, quais sejam: 1) compreensão da obra de Carolina Maria de Jesus dentro do escopo da Teoria do Testemunho e suas faces; 2) análise do corpus da obra e a discussão do espaço do corpo negro, mais especificamente a compreensão da favela como um *locus de não-lugar* para a autora, sendo enfatizado pela própria narradora em diversas passagens do seu livro; por fim, 3) a utilização do livro no ensino de literatura, assim como as possíveis práticas didáticas que podem ser trabalhadas em sala de aula, partindo da reflexão da obra e as possibilidades de manuseio didático a partir das categorias tempo (passado/presente) e espaço (favela/urbanização/segregação espacial).

Para efeitos metodológicos, trabalharemos por meio de uma pesquisa qualitativa visando a uma revisão bibliográfica do livro através da análise do corpus da obra, bem como uma reconstituição histórica do período em que a produção em tela foi elaborada, visando, precisamente,

construir um painel plural da escritora, da obra e do cenário espacial. Também, procuraremos estabelecer pontes com ensino, de modo a instrumentalizar, por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a importância dessa tipologia literária e o diálogo profícuo que pode ser potencializado entre literatura afro-brasileira, o ensino e a prática docente no magistério.

Quarto de despejo: confluências literárias para além do cânone

Conforme já enunciado, a obra de Carolina Maria de Jesus fica num hiato da cultura brasileira por diversos motivos: 1) mulher negra, 2) favelada, 3) mãe solo, 4) catadora de lixo, 5) escolarização precária, assim como uma série de características tida como não aceitáveis para a época no Brasil na primeira metade do século XX. Ou seja, a autora representava de modo expressivo tudo que era considerado não culto na sociedade brasileira e que a elite cultural tinha o interesse de esconder: a verdadeira face brasileira.

Para endossar nosso argumento, verificamos que o país vivia um processo eugênico de tentativa de embranquecimento institucional por meio de políticas públicas nacionais. Esse intento percorre desde o século XIX com a imigração da população branca e cristã europeia para povoar regiões inóspitas do território nacional, mais especificamente o Sul e Sudeste. Igualmente, a política nacional almejava modificar a cor do país e a densidade populacional que era visivelmente negra em face do processo da escravidão e diáspora africana. Nesse percurso histórico, a partir da abolição da escravidão em 1888 e, sobretudo com a Proclamação da República 1889, o negro passa a não ser mais bem visto, ao passo que o europeu

seria o perfil ideal do novo Brasil moderno e republicano (Seyferth, 1996).

Além da tentativa intencional de uma política eugenista, a população negra não era bem vista por duas razões: 1) temor de uma possível revolta negra, assim como acontecera com Haiti, quando a elite branca foi subjugada pela maioria negra; e, 2) os governantes do período almejavam se desvincular, de fato, do seu passado escravagista colonial, para tanto, colocavam o negro como o símbolo do retrocesso em face da economia agroexportadora atrasada de outrora, deitando a partir do século XX o olhar para a nascente indústria brasileira em vias de desenvolvimento e o europeu como o operário padrão a ser almejado. Em síntese, a crítica não se dava para a elite nacional e as suas opções econômicas que colocaram o Brasil em posição subalterna perante a restante economia mundial, mas sim para a força de trabalho negra, que naquela atual conjuntura, deveria ser colocado em posição mais uma vez de inferiorização social e de lado do novo Brasil que vislumbravam construir com um *apartheid* social institucionalizado.

Nessa moldura de encaixe de um novo Brasil, que intencionava revelar uma nova face, também havia o desencaixe de uma parcela grande da população brasileira que era colocada totalmente à parte da nova configuração social nacional, como se não pudesse integrar a estrutura de classes que se delineava. Ainda, no tocante ao modelo cultural, entre esses encaixes e desencaixes, havia uma visão ainda muito forte beletrista da cultura europeia, sobretudo a produção francófona e o seu modelo emanado ainda pela divulgação cultural do século XIX. Os rasgos de rupturas começaram a se esboçar no Brasil no século XX, sobretudo em virtude da Semana de Arte Moderna de 1922, que seccionava e criticava essa subjugação da cultura

eurocêntrica, tentando imprimir os valores brasileiros e uma cultura mais plural de todo o mosaico do tecido social.

De acordo com o estudo sobre autores modernistas, há uma diminuta representatividade afro-brasileira nesses eventos que vieram a moldar uma nova visão da cultura nacional, com exceção de Mario de Andrade. Também, devemos destacar que a valorização da cultura afro, ainda se dava pelo viés do exótico a ser pesquisado por meio do folclore, das danças, religiosidade e demais representações – que longe de naturalizar a presença do negro como algo intrínseco a cultura nacional, colocavam-no como um ser exógeno a ser estudado. Ou seja, de modo muito contraditório, ao mesmo tempo que procuravam valorizar a cultura nacional em confronto com a visão eurocêntrica, colocavam a cultura afro-brasileira como um elemento diferenciado e desencaixado da sociedade de classe que surgia (Carvalho, 2023).

Nesse sentido, conforme exposto, temos autores que não tiveram o seu reconhecimento e a compreensão da obra, como Lima Barreto, contemporâneo no período, mas subestimado e tendo a sua produção reeditada e festejada no início do século XXI. Do mesmo modo, podemos pensar na importância de Cruz e Souza, como o único expoente da poesia simbolista no Brasil, mas por viver longes dos grandes centros da cultura e por ser negro, foi incompreendido para a sua época (Ianni, 1998). Exemplos não faltam nessa análise de conjuntura social e cultural do Brasil naquele período, logo, sendo Carolina Maria de Jesus mais um dos tantos autores e autoras, artistas, poetas e escritores que não tiveram o seu reconhecimento em face da categoria *exógena* do seu próprio personagem que destoava da sociedade de classe emergente, haja vista rompia com os padrões de classe, raça e gênero dos autores

nacionais.

Carolina Maria de Jesus surge nesse limiar de construção da tentativa de uma sociedade de classe num Brasil emergente, sob os escombros de um passado extremamente cruel, marcado pelo processo de escravidão e da diáspora do povo negro ao território nacional. Registramos que autora nasceu em 1914 no interior de Minas Gerais na cidade de Sacramento, apenas 26 anos após a libertação dos escravos, ou seja, ainda vivendo e sendo contemporânea de seus antepassados que, por infortúnio, tinham vivido o período escravagista (Perpétua, 2000). Logo, a condição do negro estava contida não somente no seu fenótipo físico, mas sobretudo encravado de modo petrificado na sua construção familiar e na sociabilidade durante a formação da sua consciência enquanto mulher negra, sendo portadora, conseqüentemente, de todas as agruras que a condição de subalternidade que a época a condicionava e aprisionava.

O seu processo de multiletramento e aprendizado foi influenciado por todas as dificuldades que impedia uma mulher negra de buscar conhecimento, sendo cerceada pela sociedade em face do racismo, pobreza e, especialmente, pela necessidade da luta pela sobrevivência. Carolina Maria de Jesus adentra no universo das primeiras letras com essa dimensão de ter que lutar para aprender, tornando o momento de aprendizado uma batalha, pois era inconcebível para a sociedade da época uma menina que, *pari passu*, tornava-se mulher com um livro e um lápis na mão. Ao mesmo tempo, tornava-se um feito escrever, rabiscar textos e fazer um diário da sua vida, refletindo sobre a sua própria vivência, a dos seus pares e sobre a condição do negro naquela sociedade de classe permeada pelo preconceito e exclusão social.

Não obstante, não foram os obstáculos que

definiram o impeditivo da consolidação da sua capacidade de conhecimento, muito pelo contrário, foram justamente as dificuldades vividas que deram o tônus vital como forma de resistência para a sua escrita, tornando a autora um *case* muito particular na literatura nacional, precisamente pela densidade da sua escrita e do testemunho que imprimia em cada página do seu diário. Nessa perspectiva, podemos compreender seu processo de escrita como uma afirmação de sua existência enquanto sujeito pensante e ativo na sociedade, apesar das amarras e dos preconceitos que enfrentava, sendo constantemente marginalizada devido à sua raça, classe e gênero.

Assim como Lima Barreto, que teve o seu livro colocado numa categoria de *difícil classificação* enquanto gênero bibliográfico pela literatura brasileira, morrendo ofuscado pelo ostracismo da intelectualidade, também Carolina Maria de Jesus sofre o mesmo roteiro: onde colocar o livro dessa autora negra e favelada? Qual seria o gênero de um diário de uma favelada? Discussões que vicejam desde meados do século XX quando do seu lançamento, mas que não param de esgotar, até mesmo pelo fato de seu livro não se prender a uma filiação específica, tanto que não é objeto de leitura apenas para o universo da literatura, podendo, pois, ser tema de análise tanto para a História, Sociologia quanto Geografia, precisamente pelo fato de aprofundar e revelar o tecido mais espúido do nosso tramado social: o racismo.

Buscando uma mirada teórica, à luz das discussões recentes, poderíamos dialogar com a obra dentro da Teoria do Testemunho, que não é uma chave conceitual nova, mas começou a ser difundido de modo detido no final dos anos 1990 no Brasil como argumento teórico. Esse referencial teórico deita suas raízes em ramificações profundas a partir da Literatura de Testemunho, gênero/face da literatura

que se detém sobremaneira por fundamentar discursos e narrativas de personagens que vieram testemunhar o vivido em primeira ou terceira pessoa. Dentro desse escopo, tornou-se muito difundido o gênero a partir dos relatos das agruras vividas dos judeus nos campos de concentração na Europa, produzindo uma farta literatura e denominando esse ramo do testemunho como *Shoah*. Na América Latina, seu congêneres se chama *Testimonio*, sendo cunhado essa expressão e institucionalizada pelo Prêmio Juri Casa de Las Américas, em Cuba a partir dos anos 1960 (Figueiredo, 2020).

No tocante ao *Testimonio*, de acordo com a perspectiva política implementada por Cuba, possui uma visão para os relatos, memórias e reminiscências de personagens que cumpriram um papel na luta contra as opressões da América Latina, igualmente, delineando biografias e perfis de sujeitos que lutaram, por exemplo, contra as sanguinárias ditaduras latino-americanas, foram presos políticos, tiveram experiência no cárcere, etc. Ou seja, expoentes que possuem um capital cultural e político de distinção com vista a servir como exemplo a sua luta e, principalmente, contar uma nova versão da história, como se fosse recontar uma história a contrapelo do discurso hegemônico, em que seria escrito, de acordo com essa narrativa do *Testimonio* e pela lavra dos oprimidos que se revoltaram. Corroborando com a teoria e o difícil manejo de enquadrar obra e a corrente da Carolina Maria de Jesus, vale o seguinte indicativo de Salgueiro para refletir sobre o testemunho e as possíveis comparação com a obra da autora:

Há, em suma, inúmeras modalidades de testemunho, seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho

(memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc. (Salgueiro, 2012, p. 286).

Portanto, partindo do diálogo com essa corrente teórica, diversos autores começaram a refletir e tencionar pensando a obra de Carolina Maria de Jesus sobre o viés da Literatura de Testemunho e as possibilidades de enquadrar dentro dessa perspectiva, haja vista cumpre os requisitos para compreensão da sua escrita inclusa nesse escopo (Seligmann-Silva, 2018). Conforme a discussão de Salgueiro (2012, p. 291-292) podemos adentrar nesse campo da obra vendo os traços da Literatura de Testemunho mediante a seguinte enumeração/caraterística: 1) registro em primeira pessoa; 2) um compromisso com a sinceridade do relato; 3) desejo de justiça; 4) vontade de resistência; 5) abalo da hegemonia do valor estético sobre o valor ético; 6) apresentação de um evento coletivo; 7) presença do trauma; 8) rancor e ressentimento; 9) vínculo estreito com a história; 10) sentimento de vergonha pelas humilhações e pela animalização sofrida; 11) sentimento de culpa por ter sobrevivido; e, 12) impossibilidade de reapresentação do vivido/sofrido.

Nessa perspectiva, **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2014) cumpre muitos dos condicionantes que podemos colocar incontestemente dentro da Teoria de Testemunho, pensando como um relato pujante da Literatura de Testemunho à brasileira, na medida que autora esgarça a realidade nacional e revela, sem meias palavras através da sua própria biografia, o vivido em primeira pessoa da sua existência. Tecendo um tramado de difícil leitura de todas as dores, agruras, opressão e do racismo vivenciado sobre a sua pele preta no plano individual, ao mesmo tempo, de modo coletivo, desmistificando a falácia da democracia racial brasileira,

uma vez que o seu cotidiano vivido também faz parte do conjunto da sociedade.

Ainda, para além da reflexão sobre o viés testemunhal *stricto sensu*, também podemos construir elaborações dentro do marco teórico sob a perspectiva de estabelecer as condicionantes do denominado *Pacto Autobiográfico* (Lejeune, 1975) contido na sua obra, justamente pelo discurso potente que a autora faz em primeira pessoa sobre a sua difícil vida. No tocante ao *Pacto Autobiográfico*, Lejeune nos dá os seguintes argumentos de análise:

Interrogar-se sobre o sentido, os meios e o alcance de seu gesto, eis o primeiro ato da autobiografia: frequentemente o texto começa, não pelo ato de nascimento do autor (nasci no dia...) mas por um tipo de ato de nascimento do discurso, o "pacto autobiográfico". Nisso, autobiografia não inventa: mas memórias começam ritualmente por um ato desse gênero: exposição da intenção, das circunstâncias nas quais se escreve, refutação de objetivos ou de críticas. [...] Logo, a autobiografia interroga a si mesma; ela inventa a sua problemática e a propõe ao leitor. Esse "comportamento" manifesto, essa interrogação sobre o que se faz, não cessam uma vez o pacto autobiográfico terminado: ao longo da obra, a presença explícita (por vezes mesmo indiscreta) do narrado permanece. É aqui que se distingue a narração autobiográfica das outras formas de narração em primeira pessoa: uma relação constante é estabelecida entre o passado e o presente, e a escritura é colocada em cena (Lejeune, 1975, p. 4).

Corroborando com Lejeune sobre o livro de Carolina Maria de Jesus, ela não discorre sobre uma biografia tradicional e linear de si com início, meio e fim; pelo contrário, vai entremeando através de um diário a sua realidade, vivência e angústia, de modo não ficcional e dando a veracidade das adversidades da vida – dias após dias registrado em forma de um diário. Nessa empreitada,

delineia a difícil arte de ser mulher preta, explorando com pujança e requinte a crueza da vida cotidiana, assim como os malabarismo na luta diária para manter-se e sobreviver contra o fantasma da fome. Nesse sentido, por meio do *Pacto Autobiográfico* estabelecido e pelo testemunho, a autora também passa a ser a personagem/narradora dos dramas descortinados ao longo do livro, explorando o seu testemunho individual de si e do seu entorno social, através do coletivo de moradores da favela que vive as mesmas agruras da autora.

O não-lugar, a obra e a autora: da favela para o mundo

Podemos dizer que a favela também se torna um personagem presente em todo o livro, assim como os seus três filhos, haja vista no embate da vida cotidiana todos são comprimidos pela luta da sua sobrevivência. No tocante à favela, a luta se dá de maneira constante pelo processo de ser uma ocupação periférica, não planejada e a todo momento sendo objeto de constantes tentativas de remoção pelo poder público que tenta fazer uma reforma de modernização urbana. Porém, para que isso ocorra de fato, há a necessidade de remover os indesejados sociais: favelados, pobres, pretos, nordestinos – toda a camada da sociedade que não está de fato incluída dentro das lógicas desenvolvimentista do período em tela.

Devemos lembrar que o livro foi escrito no final dos anos 1950 e lançado no início dos anos 1960, dentro do furor desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek (1956-1960), que como lema tinha seguinte bandeira: *50 anos em 5*, demonstrando o interesse de resolver problemas estruturais brasileiro de 50 anos de República dentro dos 5 anos de seu mandato. De igual dimensão, entre os seus marcos intencionava modernizar o Brasil

através do processo de industrialização acelerada por meio de instalação de multinacionais no país. Fechando a chave para a tentativa de modernidade e fomentar um crescimento acelerado de caráter exógeno, criava uma nova capital federal, como se fosse a marca de novo Brasil que vislumbrava ser o *país do futuro* (Meihy, 1998).

Dentro desse novo país, portanto, era necessário esconder as mazelas, ocultar a pobreza e camuflar a fome, haja vista que tudo isso representava o atraso, isso posto, por meio dos encaixes de uma nova sociedade que aflorava, conseqüentemente, era preciso desencaixar – sem resolver os dilemas de grande parcela da população que vivia abaixo da linha da pobreza. O livro de Carolina Maria de Jesus palmilha esse processo e o seu embate contra os gestores que faziam vistas grossas aos mais necessitados:

Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer. ...Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? Um leito em Campos do Jordão. Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades cortá o afeto do povo pelos políticos (Jesus, 2013, p. 28).

As angústias contidas no seu discurso demonstram uma personagem/autora/ narradora totalmente consciente do seu lugar e revoltada com a realidade política nacional, dando o nome ao prefeito, governador e presidente do país, como os reais responsáveis pelo flagelo em que vivia, não somente no plano individual, mas reiterando em conjuntamente com a coletividade que (sobre)vivia junto nas favelas. Para compreender a feitura da obra, devemos registrar que havia uma luta constante de tentativa de remoção de favelas nesse período com vista a reestruturar os marcos urbanos da cidade e expulsar os indesejados para grotões mais distantes, de modo a torná-

los ainda mais invisíveis. Grosso modo, para o poder público havia os seguintes benefícios: 1) valorização de novas áreas urbanas para especulação imobiliária; e, nesse processo, 2) aproveitava e se via livre de favelados e dos sujeitos indesejáveis para o futuro progresso social que se impunha como nova ordem social.

Foi justamente nesse processo de luta entre a difícil vida na favela, os conflitos entre o poder público e as tentativas de desocupação sem o devido estudo urbanístico, que o espaço físico onde morava Carolina Maria de Jesus passou a ser objeto de notícia nos meios de comunicações, vindo ocupar páginas em face das rusgas diárias na favela Canindé. O jornalista Audálio Dantas, que cobria os acontecimentos na favela Canindé, em São Paulo, lança seu olhar detido sobre o diário de uma mulher preta e favelada, que no meio daqueles escombros conseguia tecer comentários, reflexões e análise sobre a conjuntura que vivia. Mediante o descoberto, antevê em seus diários um potencial de escrita a ser publicado, uma vez que através dos relatos da própria autora iria ser revelado a verdade dos fatos ao grande público – sem a mediação de jornalistas e a despeito da invisibilidade o poder público.

Por meio do olhar minucioso do jornalista, finalmente, autora/personagem consegue conquistar o seu reconhecimento e tendo o seu livro publicado no início de 1960 com grande entusiasmo. Para além das discussões sobre a favela, estava ali, de modo muito acurado, o olhar sofredor de uma mulher que teimava em existir e testemunhava com o verniz da veracidade o que os meios de comunicação, mesmo com toda boa intencionalidade, nunca conseguiriam desnudar com o mesmo apuro factível. Logo, a personagem passa a ser a porta-voz do lócus espacial por meio do seu livro,

desnudando as mazelas, a pobreza, o descaso do poder público, assim como todo o medo de viver num ambiente violento permeado pela instabilidade emocional, fome, desemprego e demais desamparo do poder estatal.

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quanto estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2014, p. 31).

Para a autora, a favela passa a ser um não-lugar, melhor dito, o espaço que a expulsa e que a narradora passa a ter medo, não somente para o que pode acontecer para consigo, mas também para o que pode ocorrer aos seus filhos quando precisa se ausentar para catar lixo. Nessa perspectiva, podemos mobilizar as seguintes dualidades conceituais mediante a acepção teórica de Tuan (1983; 2005): 1) *topofilia*, sentimento de afeto e pertencibilidade ao seu local de moradia, tornando o lócus como um espaço de identidade entre o sujeito; e, de modo contrário, 2) *topofobia*, como lugar do medo, onde os moradores não possuem identidade local, querendo se desvincular geograficamente de onde vivem, com vista a poderem construir outra narrativa para as suas vidas - longe de um lugar que só lhes dá repulsa.

Carolina Maria de Jesus mobiliza de modo muito contundente essas dualidades: “porque eu tenho muito nojo daqui. Isto aqui é lugar para os porcos. Mas se puzessem os porcos aqui, haviam de protestar e fazer greve. Eu sempre ouvi falar na favela, mas não pensava que era um lugar tão asqueroso assim. Só mesmo Deus para ter dó de nós” (Jesus, 2014, p. 41). A repulsa é palmilhada em todo o livro como um sentimento de indignação, discorrido através da

sua escrita o que nenhum gestor público está disposto a resolver e, com mesma intensidade, provoca pelo meio da sua escrita uma sensação de resistência, pois está disposta a fazer justiça para os seus vizinhos que sofrem as agruras conjuntamente e não possuem um veículo de reverberação para descreveram tamanha dor.

Essa ambivalência de estar no lugar (por necessidade) e não querer morar (por revolta) cria nitidamente uma sensação da favela como um não-lugar, um espaço em que há somente tristeza e angústia, permeado pelo conflito do poder público e as rugas cotidianas entre os vizinhos, haja vista Carolina Maria era uma personagem estranha ao local: uma mulher que lia, escrevia e não dependia de homem. Por conseguinte, as suas características sociais e intelectuais a transformavam num ser fora do modelo padrão do que era ser mulher para a época, tanto para quem vivia na favela quanto fora da favela. Melhor dito, o gênero feminino da autora a todo tempo era colocado em estado de contradição com o espaço e com o tempo vivido, como se fosse um personagem que não se encaixava nem na favela, tampouco ao universo dos homens brancos letrados.

Justamente por ser uma personagem rara, causou deveras assombro no jornalista que a *descobriu*, surpreendendo-o pela densidade da sua lavra e pela análise de conjuntura que empreendia da sua realidade. Também, causava espanto pela sua natureza de ser uma mulher negra que elaborava uma obra de denúncia social a partir de cadernos empoeirados achados no lixo. Em face de ser *descoberta* pelo jornalista, a partir daquele momento da divulgação do seu diário, Carolina Maria de Jesus conseguiu ter a projeção letrada que tanto ambicionava, tendo o seu livro lançado para publicação no início de 1960 e sendo recebido com grande publicidade por todos

os meios de comunicação.

Nesse percurso formativo, da passagem da catadora de lixo para uma reconhecida autora/narradora, o seu testemunho potente revela a construção da sua figura como a personagem principal do livro; além dela, também, destacam-se os seus 3 filhos. Na mesma esteira, a própria favela de Canindé torna-se personagem em face das suas inúmeras contradições, demanda e conflitos, que a exemplo do livro **O cortiço**, de Aluísio de Azevedo (2017), o espaço geográfico passa a ser objeto de discussão da obra, para além do *Pacto Autobiográfico* revelado com o testemunho da autora/narradora. Fechando a análise do corpus da obra, conforme indicativo, ainda, cumpre refletir de modo detido sobre a trajetória da autora após o lançamento do livro, seu sucesso e as agruras vividas após passar a euforia do seu protagonismo dentro do universo editorial brasileiro naquele período. De igual maneira, vale a reflexão acerca do seu ocaso, tanto pessoal quanto editorial, vindo a se refletir no seu esvanecimento como objeto de estudo e discussões para o universo de ensino e aprendizagem na academia.

Reflexões críticas para o ensino: possibilidades e desafios para uma educação antirracista

Ao trabalharmos com o livro de Carolina de Jesus, podemos examinar a sua densidade em várias categorias e camadas de análise, assim como observar que o livro se presta com maestria para inúmeras áreas do conhecimento, portanto, não se esgotando num único repertório do conhecimento. Na medida que trabalhamos com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no universo docente, buscamos potencializar o trabalho explorando as habilidades e competência, mediante o delineamento

instrumental da BNCC, respeitando cada área do magistério, igualmente, pensando o desenvolvimento na práxis laboral de acordo com o nível do alunado. Nessa perspectiva, refletimos que a obra da autora pode servir e ancorar diversos trabalhos dentro do ensino de literatura, servindo com precisão para construirmos uma elaboração voltada para a didática de sala de aula e para a construção eficaz de uma educação antirracista.

Para tanto, torna-se importante reiterar que as ações voltadas para a implementação de uma educação antirracista tiveram a sua institucionalização a partir dos marcos da Lei 10.639 (Brasil, 2003), que visa ao seguinte em seus termos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Portanto, mediante a deliberação normativa, o estudo da cultura afro-brasileira deve ser objeto de análise e estudo, tendo, conseqüentemente, a literatura como um dos instrumentos de ensino para o reforço da difusão e valorização da cultura negra. Nesse sentido, conforme as discussões iniciais do artigo, colocamos em destaque o quanto os autores e autoras negras foram, durante parte do percurso cultural brasileiro, objeto de discriminação e subestimação da sua capacidade de fomentar as artes e as letras nacionais, sendo, muitas vezes, objeto de destaque

pela categoria do exótico, folclórico e não sendo *encaixado* pela indústria cultural brasileira.

Escritores negros, igualmente, foram colocados em posição de subalternidade, sobretudo as mulheres negras, mesmo tendo originalidade e distinção acadêmica em suas obras. Porém, nesse novo cenário que se abriu no novo milênio, por meio de um instrumento legal, passou a ocorrer um processo de valorização e redescobrimto de obras e autores - que na maioria dos casos todos já conheciam, haja vista o processo de ocultação era intencional em face do racismo estrutural brasileiro (Almeida, 2019). Também, na esteira da legislação vigente, os anos 2000 se abriram dando lugar de fala e potencializando a voz do movimento negro organizado, de modo que houve uma profusão de intelectuais afrocentradas que se mostraram dispostos a revelar o que antes estava omitido.

Essa conjuntura propícia, portanto, se abriu de modo frondoso para a cultura afro-brasileira, conseqüentemente, sendo o nascedouro para o fomento de novos contornos para a arte, letras e educação. Contudo, devemos registrar que a cultura é um espaço de conflitos, acomodações e contendas, já que é um universo intelectual abarca um jogo muito disputado por demarcar espaços, territórios, capital de distinção e campos simbólicos (Bourdieu, 1983). Nesse processo em constante ajustes, que depende muitas vezes da política e da conjuntura nacional, a educação antirracista se robustece como objeto de resistência, vindo a se consolidar por meio de uma epistemologia afrocentrada baseada na história do povo negro, tendo uma metodologia própria, detidamente, inscrita na luta e nos caminhos trilhados com vista demonstrar uma práxis pedagógica inserida na resistência afrobrasileira.

Devemos relembrar, para melhor refino da

análise dentro do processo de luta histórica, que embora os avanços a partir dos anos 2000, a literatura negra não começou a ser trabalhada somente a partir dessa gênese, haja vista já vinha se estabelecendo como um processo de discussão desde as lutas do movimento negro dos anos 1960. Portanto, sendo os anos 2000 um estuário natural de todos os embates percorrido na difusão da cultura afro-brasileira durante décadas, logo, sendo a legislação vigente tributária do protagonismo de todos os agentes políticos empenhados nesse processo de construção de uma identidade nacional, para além da cultura eurocêntrica.

No que tange a educação antirracista e o seu uso em sala de aula no campo da literatura, pensando na prática cotidiana docente, devemos ter em mente que o seu estudo, pressupõe o seguinte compromisso dos professores no momento da pesquisa no ensino-aprendizagem:

[...] verificar tanto a afro-descendência celebrada, assumida ou apenas admitida (às vezes de modo envergonhado), quanto aquela outra, subalternizada e reprimida socialmente, recalçada ou mesmo explicitamente repudiada. A pesquisa não pode se reduzir a simplesmente verificar a cor da pele do escritor, mas deve investigar, em seus textos, as marcas discursivas que indicam (ou não) o estabelecimento de elos com esse contingente de história e cultura (Duarte, 2002, p. 51)

Em face do enunciado, deve-se, também, ser analisado se o autor possui um compromisso, através dos seus textos, para com a sua comunidade étnica de origem, demonstrando pertencimento e mantendo os elos ancestrais de ligação com a história da diáspora africana e todos os reflexos na vida da população negra. De acordo com a temática do livro de Carolina Maria de Jesus, a autora estabelece esses laços com maestria, dando os contornos da afirmação da sua vida, luta e resistência, também

servindo de porta-voz para os demais membros da sua coletividade, como se por meio do seu diário a autora se multiplicasse naquele cenário de pobreza, denunciado as agruras da coletividade que vivia assim como ela todas o infortúnio de mazelas.

Ainda, ao trabalharmos com o livro de Carolina Maria de Jesus podemos mobilizar várias categorias de análise com a literatura visando a promoção de uma educação antirracista, de acordo com as palavras de Octávio Ianni (1988, p. 98): “A literatura não só expressa como também organiza uma parte importante da consciência social do negro”. Desse modo, nesse tear entre a realidade vigente brasileira e o campo da literatura, podemos dialogar com o campo de habilidades e competência da BNCC de modo a instrumentalizar e apontar os rumos do trabalho didático, justamente com a finalidade de construir um melhor repertório para o ofício em sala de aula:

(EM13LP52) Analisar obras significativas das literaturas brasileiras e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos) ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como dialogam com o presente (Brasil, 2021, p. 526).

Nessa delimitação, portanto, fica o convite feito pela BNCC com vista a trabalhar e valorizar obras literárias de todas as culturas. No tocante ao nosso universo de pesquisa a partir da obra **Quarto de despejo, diário de uma favelada** (2014) serve como reflexão alguns apontamentos que podem ser trabalhados com os alunos, instrumentalizando como ponto de discussão e aprofundamento junto aos discentes: 1) refletir acerca da trajetória histórica da população afrodescendente,

pensando o penoso caminhar da diáspora até os dias recentes: 2) dialogar sobre o que levou a autora a morar numa favela naquele período e comparar se houve mudanças com a realidade atual da população negra brasileira; 3) procurar descobrir se há outros autores que analisaram sobre a condição do povo negro, sua história e herança cultura; por fim, 4) dimensionar sobre o papel da mulher negra como chefe de família a partir do livro, delineando a autora como mãe solo, ao mesmo tempo, convidando os alunos a comparar com os dados do IBGE sobre a realidade e perfil das famílias uniparentais no contexto atual.

Em síntese, por meio da obra de Carolina Maria de Jesus vislumbramos que é possível não somente fazer uma análise crítica da sua obra, mas de modo detido, compreender a história da sociedade brasileira, sua gênese formativa, estrutura do tecido social e de classe, igualmente, a condição da mulher e os preconceitos acerca dessas imbricações quando se sobrepõe de maneira preconceituosa sobre a raça, classe e gênero. Nessa perspectiva de exame, as práticas educativas antirracista podem ser feitas através da literatura servindo com maestria a esse propósito, pois estimulam o fomento da identidade étnica e conseguem proporcionar a elaboração, por meio da fruição literária, do imaginário social de um povo sequestrado de sua história. Sendo que nessa empreitada, imperiosamente, também, requer um professor comprometido com o magistério e com o labor docente, de modo a transformar livros em objetos de sonhos com vista a desconstruir preconceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] os elementos descartados, as memórias dos grupos subalternos, das minorias, que foram alijados do processo de enunciação do relato legitimador da nação, costumam se insinuar pelo vazio e pelo fragmento, como resíduo inclassificável, no arquivo das memórias oficiais da comunidade nacional (Marques, 2008, p. 107)

A obra de Carolina Maria de Jesus é o exemplo mais bem acabado da utilização de um objeto cultural construído pela população afro-brasileira e, após o uso, subalternizado pela sociedade patriarcal branca e extremamente estratificada do século XX no Brasil, em face que vivíamos em um país marcado pelas diferenças baseada em virtude da raça e pela herança perversa do processo escravagista. Não obstante a esses marcadores petrificados pelo tempo, houve diversas medidas normativas no final do século passado e início deste a fim de modificar a conjuntura estrutural da sociedade, obviamente, fruto da luta do movimento negro organizado com vista a aumentar a sua representatividade e diminuir o racismo. Dentro desse prisma, as legislações vigentes serviram como instrumento para canalizar esses anseios, de modo a promover a cultura e a identidade afro-brasileira.

A literatura se insere nesses cenários em constantes disputas, acomodando autores, revelando outros e promovendo novos escritores, conforme podemos ver na profusão de livros lançados nas primeiras décadas do século XXI. Ainda, a academia cumpre um papel muito profícuo, pois por intermédio de pesquisa e extensão realizadas, conseguem trazer à tona muito nomes, que outrora eram intencionalmente esquecidos pelo *mainstream* acadêmico. No momento atual, com as políticas e ações afirmativas, torna-se por excelência um momento proveitoso para colocar em destaque essas memórias (re)veladas, que não são exclusivas de uma única parcela étnica, mas sim são memórias coletivas omitidas de uma nação que precisa, no atual cenário, impreterivelmente serem resgatadas.

Ao analisar a obra de Carolina Maria de Jesus, sua autobiografia e a vida na favela não são um caso à parte, uma vez que há diversas produções extremamente valorosas realizadas pela população afro-brasileira na cultura nacional que desnudam essa ambiência. Do mesmo modo, o ocaso final da autora/personagem/narradora, novamente sendo colocado na miséria no final da sua vida, não destoia de outros personagens negros que conquistaram o seu espaço, mas foram esquecidos conforme enunciado

neste artigo. Logo, o livro e autobiografia da personagem convida para essa crítica, para além da análise do corpus da obra, refletindo sobre o racismo estrutural brasileiro e o quanto ele impacta na vida de personagens individuais e de maneira coletiva na cultura brasileira.

Também, torna-se de fundamental importância, por meio do testemunho potente da autora, decifrar os caminhos trilhados pela população afro-brasileira no pós-abolição e suas estratégias de resistência com vista a romper a pobreza e as mazelas de uma sociedade extremamente racista. Ao mesmo tempo, através da leitura do livro pode ser estimulado em sala de aula aos alunos a pesquisarem, em perspectiva comparada e com dados oficiais, a situação da população negra no momento atual, conseqüentemente, questionando se houve mudanças estruturais e ascensão social, bem como se as políticas afirmativas do governo nas últimas décadas, em convergência com o movimento negro organizado, realmente estimularam transformações e mudança na cultura nacional no que tange a população afro-brasileira.

Concluindo nosso artigo, tínhamos como objetivo principal examinar a obra de Carolina Maria de Jesus, **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2014) e a importância da sua escrita para o ensino visando a uma educação antirracista, verificamos, de fato, que obra serve de maneira primorosa para o estudo em tela, dando suporte como material de estudo. Ainda, realçamos o destaque do seu exame com fundamentação em consonância com as intencionalidades da BNCC, servindo como lastro e instruindo às práticas didáticas. Por fim, cabe o olhar comprometido dos docentes apontando cenários, comparações e valorização étnico-racial, com vista a demonstrar que a cultura afro-brasileira não é apenas um fragmento histórico, mas sim parte integrante e que soma, de modo qualitativo e robusto, à formação histórica e cultural da nação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AZEVEDO, A. **O cortiço**. São Paulo: Panda Books, 2017.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2021.

CARVALHO, F. O. Modernidade negra: trilhas para pensar o modernismo brasileiro. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 29 n. 45, p. 198-214, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/60669>. Acesso em: 15 fev. 2025.

DUARTE, E. A. Notas sobre a literatura brasileira afrodescendente. *In*: SCARPELLI, M. F.; DUARTE, E. A. (org.). **Poéticas da diversidade**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2002.

FIGUEIREDO, C. A. S. Literatura do testemunho: a literatura da era das catástrofes. **EntreLetras**, Araguaína, v. 11, n. 1, p. 7-27, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreltras/article/view/8333>. Acesso em: 10 fev. 2025.

IANNI, O. Literatura e consciência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 28, p. 91-99, 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70034>. Acesso em: 4 fev. 2025.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LEJEUNE, P. **Le pacte autobiographique**. Paris: Seuil, 1975.

MARQUES, R. Memória literária arquivada. **Aletria**: Revista de Estudos de Literatura, Belo Horizonte, n. 18, p. 105-119, jul. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18210>. Acesso em: 4 fev. 2025.

MEIHY, J. C. S. B. Carolina Maria de Jesus: o emblema do silêncio. **Revista USP**, São Paulo, n. 37, p. 82-91, mar./maio, 1998. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/27047>. Acesso em: 11 fev. 2025.

PERPÉTUA, E. D. **Traços de Carolina Maria de Jesus: gênese, tradução e recepção de Quarto de despejo**. 2000. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

SALGUEIRO, W. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 284-303, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/22610>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SCHWARCZ, L. M. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SELIGMANN-SILVA, M. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Ed. 34, 2018.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. p. 41-45.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Y.-F. **Paisagens do medo**. Trad. L. Oliveira. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

MEMÓRIA E DIÁSPORA AFRICANA NO ROMANCE *ÚRSULA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS

RESUMO: A presente pesquisa objetiva desenvolver um estudo acerca das contribuições de Maria Firmina dos Reis ao pensamento social brasileiro, destacando sua importância no cenário literário maranhense. O objeto de estudo é o romance *Úrsula* (2018), lançado em 1859, e o corpus, excertos desse romance. A investigação discute questões acerca da memória e diáspora africana, a partir da narrativa dos personagens do romance em pauta. Por meio das lembranças de mãe Susana, Túlio e Antero, analisa-se a construção do sujeito diaspórico no contexto de escravidão do século XIX, pontuando imagens e representações exploradas na narrativa por eles construída. A leitura analítica dos dados sinaliza que Maria Firmina dos Reis, em seu romance *Úrsula*, constrói uma narrativa que rompe com a visão dominante da época sobre a naturalização da escravização humana, para dar lugar a um discurso antiescravagista, construído pela perspectiva do sujeito escravizado, que, mesmo em condição de silenciamento e invisibilidade, tem, no romance firminiano, lugar de fala.

Palavras-chave: Memória. Diáspora africana. Maria Firmina dos Reis.

MEMORY AND AFRICAN DIASPORA IN THE NOVEL *URSULA* BY MARIA FIRMINA DOS REIS

ABSTRACT: This research aims to develop a study of Maria Firmina dos Reis' contributions to Brazilian social thought, highlighting her importance in the Maranhão literary scene. The object of study is the novel *Ursula* (2018), released in

1859, and the corpus is excerpts from this novel. The research discusses questions about memory and the African diaspora, based on the narrative of the characters in the novel in question. Through the recollections of Mother Susana, Tulio and Antero, the construction of the diasporic subject in the context of 19th century slavery is analyzed, highlighting the images and representations explored in their narrative. The analytical reading of the data shows that Maria Firmina dos Reis, in her novel **Ursula**, constructs a narrative that breaks with the dominant view of the time on the naturalization of human enslavement, to give way to an antislavery discourse, constructed from the perspective of the enslaved subject, who, even in a condition of silencing and invisibility, has a place of speech in the Firminian novel.

Keywords: Memory. African diáspora. Maria Firmina dos Reis.

INTRODUÇÃO

A colonização do Brasil foi marcada pela tensa relação de poder entre colonizador e colonizado. Segundo Thomas Bonnici (1998), o período de dominação europeia constitui um momento histórico em que mais de três quartos do mundo estavam submetidos a uma ideologia de alteridade e inferioridade. Na relação dicotômica entre colonizador e colonizado, a cultura deste foi subjugada por aquele, conjuntura na qual a cultura europeia lhe foi imposta como uma cultura superior, modelar. Um dos efeitos ideológicos deste processo de colonização inclui o linguístico. Ao impor sua língua, o colonizador não apenas reforça seu domínio sobre os povos por ele colonizados, como também submete o colonizado a uma posição subalterna (Kilomba, 2009) efetivada pelo silenciamento de seus ancestrais, memória, história e política.

Para Grada Kilomba (2009), o emudecimento linguístico do colonizado estaria ligado à máscara do silenciamento, instrumento que, por representar as políticas sádicas tanto de conquista quanto de dominação, tornou-se parte do projeto colonial europeu que perdurou por mais de três séculos. Essa teórica cultural explica que a máscara tinha duas funções. Uma delas era impedir que os escravizados africanos que trabalhavam nas plantações comessem cana de açúcar ou cacau, mas a principal razão de seu uso era disseminar um senso de mudez e medo, uma vez que a boca era um lugar de silenciamento e de também de tortura.

Por meio da política do medo, característica forte da política colonialista, o discurso hegemônico europeu foi colocando em prática o objetivo de levar a civilização a territórios ideológica e oportunamente considerados incivilizados. A ideia era fazer da Europa o centro do mundo, detentora de toda a ciência. Este projeto de superioridade cultural europeia, como informa Bonnici (1998), era baseado no sistema de diferença hierárquica, desigual por considerar como periféricas as outras nações e povos colonizados, os quais foram marginalizados e rotulados de selvagens e culturalmente subdesenvolvidos.

Pode-se perceber a influência da colonização na produção de textos literários dos povos colonizados. Para Bonnici (1998), a construção da literatura desses povos se deu inicialmente como uma imitação da literatura europeia e, depois, com a proximidade de uma emancipação política, efetuou uma ruptura definitiva, dando origem às literaturas pós-coloniais. Na literatura brasileira, esse afastamento do padrão eurocêntrico possibilitou o surgimento da literatura afro-brasileira.

A literatura brasileira oitocentista fornece exemplos de obras que validaram a hierarquia, ao

inscreverem o negro sob o ponto de vista dominante, reforçando estereótipos que reduziam o sujeito negro a uma representação daquilo que a sociedade branca rejeitava e considerava ameaçador (Kilomba, 2019; Proença Filho, 2004). A título de exemplificação, pode-se citar o estereótipo de escravo nobre representado na figura de Isaura, do romance **A escrava Isaura** (1872), de Bernardo Guimarães, e de Raimundo, na obra **O mulato** (1881), de Aluísio de Azevedo. Essa representação associava a ideia de nobreza com o branqueamento do personagem negro, fosse este cativo ou liberto, de modo a repercutir uma ideia dominante, qual seja, associava a cor branca a características virtuosas, e a cor negra a características negativas (Proença Filho, 2004).

Em contraponto a esse cânone brasileiro discriminatório, a literatura afro-brasileira não retrata o negro como ser menor em razão de sua negrura, mas o posiciona como sujeito enunciador que rompe com os discursos da ideologia dominante, demonstrando uma consciência social, ao mesmo tempo em que afirma sua identidade cultural, conforme sustentam Eduardo Duarte (2008) e Domício Proença Filho (2004). Desse modo, a literatura afro-brasileira atua como elemento emancipador político que promove a visibilidade do povo negro brasileiro e escancara realidades escondidas acerca da desigualdade racial.

De acordo com o pesquisador Proença Filho (2004), o negro é retratado na literatura brasileira por duas perspectivas distintas: como objeto, em uma visão distanciada, a partir da perspectiva do homem branco; e como sujeito, em uma atitude de engajamento social, sendo enunciador de sua realidade. Sobre a primeira perspectiva, Proença Filho (2004, p. 161) afirma que:

A visão distanciada configura-se em textos

nos quais o negro ou o descendente de negro reconhecido como tal é personagem, ou em que aspectos ligados às vivências do negro na realidade histórico-cultural do Brasil se tornam assunto ou tema. Envolve, entretanto, procedimentos que, com poucas exceções, indiciam ideologias, atitudes e estereótipos da estética branca dominante.

O retrato do negro enquanto objeto, no dizer de Proença Filho (2004), caracteriza-se por uma representação da vivência do negro que parte de uma visão branca dominante e que, portanto, estaria repleta de ideologias, atitudes e estereótipos próprios da estética branca dominante. A segunda perspectiva destaca-se por se contrapor a essa concepção, como evidencia o trecho a seguir:

Em sentido restrito, considera-se negra uma literatura feita por negros ou por descendentes assumidos de negros e, como tal, reveladora de visões de mundo, de ideologias e de modos de realização que, por força de condições atávicas, sociais, e históricas condicionadoras, caracteriza-se por uma certa especificidade, ligada a um intuito claro de singularidade cultural (Proença Filho, 2004, p. 185).

No excerto acima, Proença Filho (2004) explica que a perspectiva do negro, enquanto sujeito, envolve uma escrita feita por negros ou por seus descendentes. Deriva dessa concepção o que ele chama de uma literatura “reveladora de visões de mundo”, uma vez que essa representação do negro expressa modos de pensar e de agir no mundo derivados da experiência e da identidade negra.

A presente proposta de investigação se insere em uma concepção da literatura enquanto uma forma de desmascaramento e denúncia social. Este estudo tem como ponto de ancoragem a literatura afro-brasileira, que, durante muito tempo, foi uma produção à margem no

cenário literário nacional. Entretanto, consoante Proença Filho (2004), essa literatura tem buscado estratégias para romper com discursos hegemônicos, ao renarrar a história e a cultura do sujeito negro, abrindo espaço de visibilização para suas vozes e existências.

A literatura afro-brasileira, ao apresentar o sujeito negro a partir de seu próprio olhar sobre o mundo, torna-se importante instrumento na reconstrução da identidade do povo afro-brasileiro, uma vez que, como assinala Stuart Hall (2000), a identidade é um processo em constante construção. Para Hall (2006), a identidade é construída pelo modo como o sujeito se define e é definido pela dinâmica das narrativas do passado em diálogo com o presente, além de ser formada tanto pelas raízes históricas, quanto pela possibilidade de transformação de um povo. O autor afirma que essa possibilidade de transformação pode ser influenciada pelas formas como se é representado. Com base nessa perspectiva de identidade e representação, depreende-se a importância de estudar o romance **Úrsula**, de Maria Firmina dos Reis (2018), pois essa obra apresenta o negro sob um novo olhar, considerando a ruptura com o silenciamento desse sujeito e abertura de espaço na narrativa para que ele possa assumir sua voz.

A pesquisa tem como objetivo desenvolver um estudo da obra **Úrsula**, de Maria Firmina dos Reis, publicado em 1859. De caráter bibliográfico, esta investigação concentra-se nas temáticas que envolvem a construção do sujeito diaspórico, como raça, gênero e memória. Sob a perspectiva interdisciplinar, articula-se, nesta investigação, as problemáticas do sujeito diaspórico com as ideias de teóricos pós-coloniais, como Kilomba (2019), e teóricos do pensamento social brasileiro, como Duarte (2004; 2008; 2013). Procedemos a uma leitura de imersão no romance, a qual envolveu uma análise da obra,

examinando sua estrutura interna e como ela dialoga com a externa.

Esta investigação divide-se em quatro seções, nas quais se inclui a introdução. A segunda parte discorre a literatura maranhense oitocentista, enquanto a terceira se ocupa da análise do romance **Úrsula**, considerando as temáticas predominantes. A quarta trata das considerações finais, nas quais sintetizamos as principais ideias que permeiam o romance firminiano em pauta.

A literatura maranhense oitocentista

Em 1755, o Marquês de Pombal criou a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, o que ocasionou um período de enriquecimento da província do Maranhão. A demanda da Companhia por mão de obra aumentou o tráfico humano, o que resultou no envio de milhares de africanos para a capital da província com o fim de trabalhar nas lavouras de algodão, arroz e cana-de-açúcar. Esse trabalho escravo, como apontam Régia Silva (2013) e Rafael Zin (2019), foi o responsável por fazer de São Luís, na primeira metade do século XIX, a quarta cidade mais importante do Império.

A segunda metade do século XVIII e o início do século XIX foram considerados a *idade de ouro* para o Maranhão, em questão de economia, conforme Yuri Costa (2018). Ele informa que a Companhia monopolizou a exportação de algodão, além da entrada de escravos e produtos metropolitanos, conseguindo, assim, controlar a produção. De acordo com Zin (2019), São Luís ocupava uma posição de destaque na produção econômica, política e cultural brasileira, nas primeiras décadas do século XIX. Esse momento foi de enriquecimento e urbanização, além de um grande fluxo populacional causado pela prosperidade do plantio de arroz, cana-de-açúcar e,

principalmente, algodão.

O período de bonança, assinala Matthias Assunção (2000), começou a cessar, minando, de modo gradativo, a estabilidade econômica da província maranhense. O algodão era o principal produto exportado para a Inglaterra pelo Maranhão. Anteriormente, a Inglaterra exportava algodão dos Estados Unidos, mas a produção algodoeira estadunidense estava escassa durante a Guerra de Independência (1776-1783) e a Guerra de Secessão (1861-1865). Após a Guerra da Secessão, os Estados Unidos voltaram a exportar algodão para a Inglaterra, fato que contribuiu para a decadência da economia maranhense, contribuindo para a eclosão de revoltas populares e rebeliões, sendo mais conhecida a Balaiada (1838-1841).

A Balaiada foi uma revolta considerada popular, mesmo tendo a participação de fazendeiros, comerciantes, juizes e políticos, uma vez que a maioria dos envolvidos pertenciam às classes baixas da organização social, como lavradores, vaqueiros, artesãos, desertores e pessoas sem ocupação (Costa, 2018). Os escravos atuaram, em especial, sob o comando de Cosme Bento das Chagas, chamado *Negro Cosme*. Ele liderou os quilombolas e foi responsável por articular um dos últimos pontos de resistência contra as autoridades imperiais. Nesse contexto de declínio econômico, os trabalhadores livres, os trabalhadores do campo e os cativos sofreram com essa conjuntura mais acentuadamente. Segundo Costa (2018, p. 246):

Do ponto de vista econômico, o Maranhão oitocentista é tradicionalmente lido pela historiografia como um contexto marcado pelo desmantelamento do sistema agroexportador, como visto, desenvolvido na segunda metade do século XVIII e em vigor até as primeiras décadas do século seguinte, e por uma incessante e fracassada tentativa de se reerguer a economia ao longo do Oitocentos.

Como aponta o fragmento anterior, o Maranhão oitocentista enfrentou uma profunda crise econômica. Essa decadência logo se associou a uma derrocada da própria província. As elites maranhenses propagavam o discurso de decadência com um forte sentimento de falta, em comparação ao passado colonial. Zin (2019) aponta que, no entremeio desses momentos de crises e de novos investimentos na urbanização do Maranhão, desencadeou-se um debate acerca da substituição da mão de obra escrava pela mão de obra de imigrantes. A elite sustentava a ideia de que os trabalhadores estrangeiros eram também um elemento civilizador, ao passo que os trabalhadores brasileiros eram relacionados à preguiça e ao ócio.

Segundo Ricardo Nóbrega e Verônica Daflon (2009), o estímulo à migração dos estrangeiros pretendia incorporar uma ética do trabalho à sociedade brasileira, branquear a população e suprimir a presença negra e indígena do país. A utilização da mão de obra de imigrantes brancos, em vez do trabalho dos escravizados e dos brasileiros livres, deu-se pela crença que associava o desenvolvimento das nações ao caráter de seus povos, o que se ligava também à constituição racial dos povos. No contexto dessas dinâmicas sociais, as estruturas que regiam a sociedade brasileira começaram a ruir. Por volta de 1860, discursos abolicionistas irrompem no Maranhão e no resto do país, na literatura romântica.

Silva (2013) analisa a obra **Meditação** (1849), de Gonçalves Dias, como o texto mais exemplar das manifestações literárias que elegiam o sujeito escravizado e a escravidão como tema. **Meditação** critica o império brasileiro, que se conservava por meio do regime escravista e da desigualdade social. Ao mesmo tempo, sob o olhar do estrangeiro, a escravidão é descrita como algo vergonhoso,

porque aproximava a nação brasileira da África, situando os cativos como vilões que atrasavam o progresso do império. Em contraponto a essa visão preconceituosa, o poeta Gonçalves Dias apresenta um outro olhar com relação à África, em seu poema *A escrava* (1848). Em seus versos, o eu-lírico descreve a África de modo idealizado, relacionando-a com a liberdade, contrastando-a com o Brasil escravocrata. Como aponta ainda Silva (2013), é essa perspectiva de uma África virtuosa e de atributos positivos que auxiliou na construção de discursos antiescravistas, na segunda metade do século XIX. Silva (2013, p. 64) defende também que:

Mais uma vez, o discurso antiescravista emerge e se faz forte principalmente através de uma literatura romântica, à qual Maria Firmina dos Reis estava inserida. Uma literatura que pretendia formar um ideário de nação, de pátria e de civilização. Uma literatura que se dizia, pela primeira vez, essencialmente brasileira. Que buscava, como apontou Machado de Assis, um “instinto de nacionalidade”. Ora, esse “instinto de nacionalidade” fez os românticos pensarem e repensarem a nação; ao fazerem isso, repensaram a condição do cativo e da escravidão.

A literatura romântica, no dizer de Silva (2013), está atrelada à consolidação de uma ideia de nação, de modo que a literatura buscava ser *essencialmente brasileira*. Essa busca pelo nacional proporcionou aos escritores reflexões acerca do escravizado e do sistema escravocrata que geria o país. A ênfase nessas temáticas destaca-se na obra de Maria Firmina dos Reis, uma vez que, ao tratar os escravizados como tema, ela o faz de modo a humanizá-los e valorizá-los. O cenário social em que Firmina estava inserida contribuiu para a formação do olhar da escritora sobre sua realidade, propiciando que atuasse politicamente por meio de seus escritos, no Maranhão oitocentista.

Memória e diáspora africana no romance *Úrsula*

A obra *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, é precursora da literatura afro-brasileira, visto que apresenta personagens negros a partir da perspectiva de uma autora negra, de modo a humanizá-los e valorizá-los. O romance conta a história de um amor que não pôde se concretizar entre a protagonista que dá nome ao romance, *Úrsula*¹, e o jovem Tancredo.

A narrativa se inicia com o casal *Úrsula* e Tancredo conhecendo-se por meio de um infortúnio: Tancredo cai de um cavalo e fica adoentado. Ele é socorrido por Túlio, um rapaz em condição de escravização que, ao vê-lo caído, apressa-se em socorrê-lo. Tancredo é cuidado na casa de Luiza B., uma mulher doente que vive sob os cuidados de sua filha *Úrsula*. A moça recebe Tancredo e estende seus cuidados ao novo visitante. Em sua estadia na casa de Luiza B., Tancredo apaixona-se pela filha de sua anfitriã e é por ela correspondido. O amor do casal, no entanto, é impedido de se concretizar pelo tio da moça, Fernando P., o qual, por nutrir uma obsessão por sua sobrinha, decide casar-se com ela a qualquer custo.

Com a morte de Luiza B., *Úrsula*, por não poder mais contar com a proteção de sua genitora, esconde-se em um convento, para não ter de se casar com o vilão Fernando P. Inconformado com a rejeição e a preferência de *Úrsula* por Tancredo, ele inicia uma perseguição ao casal, resultando na morte de Tancredo e na loucura de *Úrsula*. O romance finda com Fernando P. arrependendo-se de seus terríveis atos e enclausurando-se em um mosteiro, em busca de redenção.

No entremeio desse enredo, destacam-se três

1. De modo a nortear o leitor, nesta investigação, *Úrsula*, em negrito, refere-se à obra de Firmina, enquanto *Úrsula*, sem o grifo, diz respeito à personagem do romance homônimo.

personagens secundários: Mãe Susana, Pai Antero e o jovem Túlio. Eles possuem em comum a condição de servidão forçada, contribuindo, de forma ímpar, para a narrativa de Maria Firmina, com seus relatos acerca de suas experiências em uma sociedade escravagista. Esses personagens apresentam um discurso de alteridade e resistência por manifestarem suas perspectivas com relação à escravidão e às injustiças advindas dela.

O romance **Úrsula**, escrito pela maranhense Maria Firmina dos Reis, tensiona questões de memória e diáspora, posicionando-se como atitude política ao denunciar as injustiças presentes no Brasil do século XIX. A narrativa dá voz às mulheres e aos negros que, inseridos naquela conjuntura social de subalternização, padeciam sob um sistema que os excluía e maltratava.

A memória é um elemento marcante na urdidura do texto de Firmina, trazendo à tona a ideia de pertencimento ao lugar de origem e, portanto, constitui a identidade dos personagens. Segundo Michael Pollak (1992), a memória preserva um sentimento de continuidade e coerência que possibilita a construção da identidade, ou seja, a construção de uma imagem de si próprio, tanto para si quanto para os outros. É algo que influencia a forma como nos vemos e como os outros nos veem. Pollak (1992) explica que a memória é construída tanto socialmente quanto individualmente, isto é, ela se forma tanto pela interação com os outros quanto pelas próprias experiências de um indivíduo. Essas memórias guardadas por uma pessoa são fundamentais para o desenvolvimento de uma identidade, uma vez que auxilia as pessoas e os grupos sociais a se sentir pertencentes e coerentes ao longo de sua vida.

Por seu turno, o termo *diáspora*, segundo Lúcia Silva e Regina Xavier (2018), foi originalmente retirado da Bíblia para se referir à migração dos judeus após o

cativeiro da Babilônia, mas também é utilizado para falar de outras migrações forçadas, como as diásporas grega e armênia. A partir da década de 1960, George Shepperson cunhou a nomenclatura *diáspora africana* para se referir explicitamente à experiência dos africanos que foram dispersos por causa do tráfico de escravos. Shepperson deliberadamente concebeu esse termo para evidenciar a relação de semelhança entre a diáspora judaica e a africana, as quais passaram pela dispersão forçada. O termo *diáspora* também pode ser usado de forma mais ampla, referindo-se a diferentes deslocamentos que ocorreram na história do mundo, de modo a reconhecer as vivências de grupos que foram obrigados a deixar suas nações de origem (Silva; Xavier, 2018).

A questão da diáspora, em **Úrsula**, é tensionada por meio da personagem Susana, pois ela narra a dura trajetória diaspórica que a trouxe para o Brasil, na condição de escravizada. Sua fala problematiza a história oficial e se contrapõe à narrativa dominante da literatura nacional, como se evidencia no excerto a seguir:

Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava - pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus, o que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!
Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis formentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura, até que abordamos às praias brasileiras (Reis, 2018, p. 88).

Por meio de suas lembranças, Susana conta a Túlio a crueldade e a barbárie que vivenciou ao ser capturada e traficada para o Brasil. Sua memória reconstrói detalhes acerca dos horrores vivenciados pelos negros, na travessia transatlântica (Duarte, 2004). A linguagem

traumática que a personagem utiliza expressa sua inconformidade com os novos rumos que sua vida passou a ter a partir do momento em que fora capturada. O uso do vocábulo “arrancaram” denota a violência e a brutalidade com que se efetuou sua saída forçada de sua terra natal. A utilização da palavra “sepultura”, para tratar do navio tumbeiro em que foi colocada, traz, em sua semântica, a imagem de morte, apodrecimento e esquecimento, representações que se aplicam à situação em que o sujeito negro se encontrava.

Para Simião Mendes Júnior (2022), o relato de Susana atua como uma denúncia da situação à qual os sujeitos negros foram submetidos na travessia transatlântica, como aponta o excerto já mencionado: “Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura” (Reis, 2018, p. 88). E, ao mesmo tempo, o relato demonstra resistência aos maus-tratos sofridos nas mãos dos europeus: “Não sei ainda como resisti – é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam” (Reis, 2018, p. 89). A memória que mantém esses traços do passado ainda presentes é uma memória coletiva, visto que não somente Susana passou por essa experiência. A personagem foi uma dentre várias pessoas advindas da África forçadamente, e seu relato descreve um momento traumático que fez parte da formação de diversos outros negros. Portanto, Susana não fala somente de sua trajetória – narra também a história de todos os africanos que foram submetidos ao tráfico, em um processo migratório forçado.

Susana expressa sua angústia em contrapartida à alegria que vivia na África. Acusa as condições insalubres em que os sujeitos em condição de escravização se encontravam, sendo tratados como mera mercadoria

pelos europeus traficantes. Entretanto, não apenas dos momentos de tristeza a personagem recorda. No seguinte trecho, Susana conta a Túlio sua vida antes de ser traficada para o Brasil:

Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor; eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah, meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma. Uma filha que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. É esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah, Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! (Reis, 2018, p. 87).

No excerto acima, ao recordar a vida antes da escravidão, Susana evoca imagens de regozijo, relacionando-as à África. Esse continente, que tem sido representado, pela cultura hegemônica, como um lugar assolado por secas, fomes e guerras, ganha novos matizes ao ser apresentado ao leitor pela ótica da personagem Susana. É nesse lugar de “sol rutilante e ardente” que Susana experiencia a felicidade. Nas “brancas areias daquelas vastas praias”, a personagem corre, brincando, com o sorriso nos lábios. O ato de correr associa-se a liberdade que ela tinha nesse lugar, contrapondo-se enfaticamente ao cárcere da escravidão. Ao falar da África com saudade, contando a vida feliz que lá possuía, a personagem apresenta uma perspectiva inovadora do continente, que adquire um olhar afetuoso no seu discurso. Sua visão sobre esse lugar dá novos contornos à África, a

qual é descrita como o espaço onde estão suas raízes e seus laços familiares.

Em outra passagem, Susana diz estar sempre se lembrando, que as lembranças de seu tempo, na África, estão sempre com ela, atuando de forma a preservar a memória de sua terra natal e do tempo que nela vivia: “- Ah! Pelo céu! - Exclamou o jovem negro enternecido. - Sim, pelo céu, para que essas recordações!/? / - Não matam, meu filho. Se matassem, há muito que morreria, pois vivem comigo todas as horas” (Reis, 2018, p. 87). Sobre as lembranças da personagem, Mendes Júnior (2022) sustenta que Susana tem o papel de guardiã da memória do povo africano. Susana leva o leitor até os territórios africanos onde ela vivia com sua família e se comprazia da mais plena felicidade, além de descrever a experiência de ter sido traficada. Em sua fala, é possível presenciar a conexão entre passado e presente, de modo que ela ainda mantém laços com as suas raízes. Ela carrega consigo o sentimento de pertencimento de alguém ao seu lugar de origem.

Conforme exposto, por intermédio da memória de Susana, a narrativa informa que ela nasceu na África e foi trazida à força para o Brasil. Já o personagem Túlio havia nascido no Brasil, logo, não passara pela mesma situação de tráfico que Susana. Túlio nasce escravizado. Contudo, em suas falas, transmite o mesmo anseio por liberdade que está presente no discurso de Susana, como afirma o seguinte trecho:

Túlio obteve, pois, por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes, - era livre como o ar, como o haviam sido seus pais, lá nesses adustos sertões da África; e como se fora a sombra do seu jovem protetor estava disposto a segui-lo por toda a parte. Agora Túlio daria todo o seu sangue para poupar ao mancebo uma dor sequer, o mais leve pesar; a sua gratidão não conhecia limites. A liberdade era tudo

quanto Túlio aspirava; tinha-a - era feliz!
(Reis, 2018, p. 33).

Quando Túlio obtém sua liberdade, é dito que “obteve pois por dinheiro aquilo que Deus lhe dera”, enfatizando a condição da liberdade enquanto direito de todo ser humano, desde seu nascimento. Entretanto, a realidade brasileira do século XIX não era de liberdade no que diz respeito aos escravizados. E até mesmo a compra de liberdade dos africanos traficados atuava, por vezes, como um mecanismo para reforçar a escravidão.

Daylana Lopes (2013) explica que o ato de alforriar fazia parte da tradição da Igreja Católica na Península Ibérica e que, antes de ser aplicada aos negros, havia sido aplicada aos povos mouros e indígenas. Um dos modos mais comuns de alforria era a chamada *carta de liberdade*, por meio da qual os senhores validavam a liberdade *anuída* aos escravizados. O Estado interferia o mínimo possível. O preço era acordado com base nos valores de mercado vigentes da época, entre o proprietário e o escravizado. Parafrazeando Jalila Ribeiro, Lopes (2013, p. 52) aborda que havia diversas formas de alforriar, destacando-se duas: *alforrias compradas ou plenas pagas* e *alforrias pagas por terceiro, gratuitas, condicionadas*.

Analisando os números de alforrias ocorridas na cidade de São Luís, na segunda metade do século XIX, Lopes (2013) conclui que a justiça não foi o meio principal pelo qual os escravizados obtiveram sua liberdade. Para a autora, o âmbito jurídico, muito provavelmente, era o último recurso utilizado para lograr a liberdade. Infere-se, portanto, que a situação de sujeito livre de Túlio era uma exceção em meio à situação de outros escravizados que continuavam submissos àquele regime.

Ao tratar do paternalismo escravista na literatura, José Lucas Benevides e Bruno Fagundes (2018) explicam

que, para alforriar Túlio, Tancredo precisou primeiramente comprá-lo. Sendo proprietário de Túlio, ele teria plenos poderes para fazer o que quisesse, incluindo libertá-lo. Os pesquisadores esclarecem que, conforme era costume da época, mesmo após a obtenção da liberdade, o escravizado ainda poderia perdê-la, se não cumprisse os requisitos estabelecidos no acordo da alforria. Mesmo estando em liberdade, os alforriados ainda poderiam retornar à condição de cativos, de modo que a liberdade ainda não era plena, mas condicionada. Por isso, Mãe Susana não acredita quando Túlio lhe diz que é livre. A fala da personagem aponta sua descrença na liberdade de Túlio:

- Tu! Tu, livre? Ah, não me iludas! -
Exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre?...
- Iludi-la! - Respondeu ele, rindo-se de felicidade - e para quê? Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo, sou hoje livre, livre como o pássaro, como as águas: livre como o éreis na vossa pátria (Reis, 2018, p. 86).

Susana diz a Túlio para não criar falsas expectativas, pois possui como referência sua liberdade na África, a qual não devia a nenhum senhor. Em contraste, Túlio estaria sempre em dívida com seu libertador, preso a ele por sua eterna gratidão, a qual, mais tarde, na narrativa, o leva à morte.

O personagem Antero aparece na narrativa descrito da seguinte forma: "Antero era um escravo velho, que guardava a casa, e cujo maior defeito era a afeição que tinha a todas as bebidas alcoolizadas" (Reis, 2018, p. 120). A partir do trecho que o apresenta ao leitor, é possível perceber que Antero busca, na bebida, uma forma de escape de sua condição de escravizado. Antero comporta-se de duas formas distintas: na frente do seu senhor, mostra-se rígido e empenhado no serviço, porém, assim que este dá

as costas ao escravizado, ele se entrega à bebida.

Antero não se limita a um bom ou mau-caráter. Na verdade, situa-se entre os dois, ora assumindo uma posição empática com relação a Túlio, ora tirânica ao obedecer às ordens do Comendador. Todavia, no limiar entre o bem e o mal em que suas ações se concentram, ele expressa sua consternação para com Túlio ao se apiedar dele e de sua mãe, pois ambos acabaram nas mãos de Fernando P. “- Coitado! - Dizia eu lá consigo - Sua pobre mãe acabou sob os tratos de meu senhor. E ele, sabe Deus, que sorte o aguarda. Pobre Túlio...” (Reis, 2018, p. 154). Seu murmúrio denota um sentimento de compaixão com a situação alheia, mostrando que Antero não é um ser humano cruel, a exemplo do seu senhor. Não obstante, seu pesar não é suficiente para libertar Túlio, o qual foge por sua própria conta e risco.

O personagem Antero também guarda lembranças da África, como Susana, mas, diferentemente dela, não suporta os horrores vividos no regime escravocrata e encontra, na bebida, uma forma de distração. Para Antero, a África também é rememorada com afeto, como um lugar de alegria e festa que se contrapõe à condição de escravo: “- Pois ouça-me, senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca e bebe. Oh, lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira” (Reis, 2018, p. 156).

As lembranças de Antero são de um tempo em que trabalhava e podia pagar por sua própria bebida. O vinho, em sua terra, recebe o sentido de comemoração e de alegria na chamada “festa do fetiche”, diferentemente da bebida que ele consome no Brasil, com o objetivo de embebedar-se somente. Nota-se que, apesar dos anos vividos no Brasil, o velho homem continua a manter laços

de pertencimento com a África, quando diz “na minha terra”. Ademais, Antero utiliza o tempo presente, falando como se ainda estivesse na África: “a gente diverte-se, brinca e bebe”. Novamente, a África descrita do ponto de vista de um personagem negro, que tem a sua humanidade devolvida pela rememoração do seu lugar de origem. A África por ele descrita é um lugar alegre, em que o sujeito tem o direito de celebrar a vida conforme os costumes locais.

Juntamente com Susana, Antero agrega à narrativa um pouco da sua história, permitindo ao leitor conhecer, em parte, o que ele viveu antes de ser levado cativo para o Brasil, ao passo que Túlio exprime seu ponto de vista enquanto alguém que já nasceu escravizado e conhece somente a realidade brasileira à qual está sujeito. Assim, as falas de Susana e Antero contribuem para um panorama mais amplo acerca da história do povo negro, da diáspora africana e da experiência afro-brasileira no contexto da escravidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve em vista discutir **Úrsula**, de Maria Firmina dos Reis, com base em uma análise da obra norteadada por leituras teóricas para o aprofundamento nas temáticas que o romance sugere, como memória e diáspora africana. A análise dessas categorias é fundamental para que se compreenda o olhar de Firmina acerca do sujeito marginalizado na sociedade brasileira oitocentista.

Fundamentando-se na estrutura interna e externa do romance, foi possível construir um diálogo interdisciplinar, relacionando a obra com o seu contexto histórico, bem como com os temas emergentes, de memória e de diáspora. A

leitura analítica dos dados sinaliza que o romance **Úrsula**, de Maria Firmina dos Reis, constitui um lugar de enunciação emancipadora para os personagens negros, por criar um espaço de fala que, por muito tempo, foi negado ao sujeito negro. Ao construir os personagens escravizados como sujeitos falantes, a autora contribui para a visibilidade do povo negro e de sua história, tanto em sua época, quanto atualmente, quando ainda ecoam questões problemáticas do passado, como o racismo, a desigualdade social e o patriarcalismo.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, M. R. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 32-71, abr. 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/168>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BENEVIDES, J. L. G.; FAGUNDES, B. F. L. O paternalismo escravista em perspectiva na literatura: contrapontos entre o Demônio Familiar e Úrsula. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 4, n. 2, p. 107-126, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/10490>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BONNICI, T. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. **Mimesis**, Bauru, v. 19, n. 1, p. 7-23, 1998. Disponível em: https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v19_n1_1998_art_01.pdf. Acesso em 16 fev. 2025.

COSTA, Y. M. P. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 10, n. 20, p. 241-263, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10769>. Acesso em: 14 fev. 2025.

DUARTE, E. A. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 31, p. 11-23, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9430>. Acesso em: 16 fev. 2025.

DUARTE, E. A. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira [Posfácio]. In: REIS, M. F. **Úrsula**. 4. ed. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. p. 266-281.

DUARTE, E. A. O negro na literatura brasileira. **Navegações**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/navegacoes/article/view/16787>. Acesso em: 13 fev. 2025.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora [Trad. R. Afonso]. **Comunicação e Cultura**, Lisboa, n. 1, p. 21-35, 2006. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/comunicacaoecultura/article/view/10360>. Acesso em: 15 fev. 2025.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Trad. T. T. Silva. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133. (Educação pós-crítica).

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. J. Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOPES, D. C. S. **Direito e escravidão**: embates acerca da liberdade jurídica de escravos na província do Maranhão (1860-1888). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1455>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MENDES JÚNIOR, S. O corpo, o colonialismo e a diáspora feminina nas obras *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e *Desmundo*, de Ana Miranda. **TEL: Tempo, Espaço e Linguagem**, Irati, v. 13, n. 2, p. 433-447, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/20192>. Acesso em: 14 fev. 2025.

NÓBREGA, R.; DAFLON, V. T. Da escravidão às migrações: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil. *In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION*, 36., 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Pittsburgh: Latin American Studies Association, 2009.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Trad. M. Augras. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 161-193, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9980>. Acesso em: 15 fev. 2025.

REIS, M. F. **Úrsula**. 2. ed. Jundiaí: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018. (Acervo brasileiro, 2).

SILVA, L. H. O.; XAVIER, R. C. L. Pensando a diáspora atlântica. **História (São Paulo)**, Franca, v. 37, p. e2018020, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/NYnTzkbFH4TB44xScnBXJ3K/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SILVA, R. A. **A escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e a representação sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tdê-14032014->

094659/pt-br.php. Acesso em: 14 fev. 2025.

ZIN, R. B. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. São Paulo: Aetia, 2019.

CAPÍTULO 4

CORPOS EM TRÂNSITO: UMA LEITURA DO CORPO PELA AUTORIA DE BEATRIZ NASCIMENTO E SÓNIA SULTUANE

MARIANA SOARES DOS SANTOS
ANA CRÉLIA DIAS PENHA



CORPOS EM TRÂNSITO: UMA LEITURA DO CORPO PELA AUTORIA DE BEATRIZ NASCIMENTO E SÓNIA SULTUANE

RESUMO: No plano das representações, o corpo é campo de simbolização e de materialização das complexidades culturais, raciais, sociais e políticas. Dentro dos espaços de significação literária, o corpo é um universo que articula memória coletiva e histórica na constituição da imagem de um sujeito que busca o entendimento das estruturas coletivas e históricas para compreender as próprias questões existenciais e identitárias. Esse é o pressuposto que toca a constituição do corpo negro dentro do fazer poético da escrita e que é possível apreciar nos poemas *Sou estrangeira*, da poetisa moçambicana Sónia Sultuane, e *Entrada I*, da escritora brasileira Beatriz Nascimento. Dessa maneira, este artigo tem por objetivo analisar o corpo negro em deslocamento nos poemas mencionados, de autoria feminina negra de Língua Portuguesa. Para este artigo, é adotado o método da pesquisa bibliográfica a partir dos estudos de Benedict Anderson (2008), Homi K. Bhabha (2013), Lélia Gonzalez (1988a; 1988b), bell hooks (2017) e Aníbal Quijano (2005). Constatou-se, a partir deste estudo, que o corpo negro, revelado no fazer poético tanto de Beatriz Nascimento quanto de Sónia Sultuane, transita entre espaços geográficos, históricos, discursivos e culturais e que, a partir disso, suas questões identitárias e memorialísticas são postas em discussão pelas vozes poéticas em ambos os poemas. Dessa forma, conclui-se que o corpo, afirmado pelas vozes poéticas nos poemas de Beatriz Nascimento e de Sónia Sultuane, apresenta-nos a heterogeneidade de sua formação e os movimentos deslocadores e diaspóricos a que o corpo negro foi, e ainda é, submetido.

Palavras-chave: Corpo negro. Poesia. Beatriz Nascimento. Sónia Sultuane.

BODIES IN TRANSIT: A READING OF THE BODY BY BEATRIZ NASCIMENTO AND SONIA SULTUANE

ABSTRACT: The body is a field of symbolization and materialization of cultural, racial, social and political complexities. Within the spaces of literary significance, the body is a universe in itself that articulates a collective and historical memory in the constitution of the image of a subjective subject who seeks to understand collective and historical structures in order to comprehend his own existential and identity issues. This is the theoretical framework that touches on the constitution of the black body within the poetic work of writing and that can be appreciated in the poem *Sou estrangeira [I am a foreigner]*, by the Mozambican poet Sónia Sultuane, and in the poem *Entrada I [Entrance I]*, by the Brazilian writer Beatriz Nascimento. Thus, this article aims to analyze the black body in displacement in poems written by black women in Portuguese. This article adopts the bibliographic research method based on the studies of Benedict Anderson (2008), Homi K. Bhabha (2013), Lélia Gonzalez (1988a; 1988b), bell hooks (2017) and Aníbal Quijano (2005). This study found that the black body revealed in the poetic work of both Beatriz Nascimento and Sónia Sultuane moves between geographic, historical, discursive and cultural spaces and that from this, its identity and memorialistic issues are put into discussion by the poetic voices in both poems. Thus, it is concluded that the body affirmed by the poetic voices in the poems of Beatriz Nascimento and Sónia Sultuane presents us with the heterogeneity of its formation and the dislocating and diasporic movements to which the black body was, and still is, subjected.

Keywords: Black body. Poetry. Beatriz Nascimento. Sónia Sultuane.

INTRODUÇÃO

Em 1988, a filósofa Lélia Gonzalez inaugura o debate sobre o que denominou amefricanidade, uma reflexão composta da interseção entre os conceitos que colocava em perspectiva a discussão sobre o colonialismo, o imperialismo, o racismo e os movimentos hegemônicos nos países sul-americanos e demais países lidos como terceiro-mundistas pela geopolítica mundial (Gonzalez, 1988a). A tese de Lélia Gonzalez aponta que os eixos hegemônicos de poder ao longo da história produzem efeitos e determinam relações desiguais de poder que violam corpos socialmente vulneráveis, como o corpo negro, por exemplo.

Recorrendo um pouco aos pensamentos de Aníbal Quijano (2005), quando este discute as articulações do colonialismo para a conservação dos padrões de poder hegemônicos, percebemos que a influência da diferenciação fenotípica foi determinante para classificar os lugares sociais e políticos do colonizador e do subalternizado. Os traços negros e indígenas, tomando como recorte a América Latina, passam, a partir dos processos colonialistas, a exercer um papel definidor para o segregacionismo racial.

A contribuição de Lélia Gonzalez (1988a) e Aníbal Quijano (2005) ajuda a compreender um pouco do complexo percurso que mobilizou, e ainda mobiliza, o deslocamento de grupos sociais historicamente violados pelos processos de colonização, que estabeleceram a branquitude como uma centralidade de poder político e simbólico. A diáspora, a partir das discussões de Gonzalez e Quijano, é encarada como uma condição imposta principalmente aos nativos nos territórios colonizados, e é a partir dela que a internalização do não pertencimento se alastra pelo imaginário coletivo.

A colonização significou, então, não só a suplantação do outro em detrimento de um pensamento racialmente posicionado a favor da branquitude, mas também, como bem aponta Lélia González (1988a), a vilipendiação de pensamentos heterogêneos, nativos e afro-diásporos como promoção e internalização de teorias raciais que hierarquizam a branquitude, tanto como uma demarcação racial quanto como um lugar a ser ambicionado.

Entender o lugar ocupado pelo sentimento de deslocamento diaspórico, que o sujeito não branco ocupa em sociedades colonizadas, como é o caso do Brasil e de Moçambique – países de onde os objetos de estudo deste artigo surgiram –, é uma tentativa de enxergar o impacto dos ecos provocados pelos muitos movimentos colonialistas, imperialistas e globalizantes na construção social e cultural desses grupos dentro desses territórios, que ainda os enxergam como rejeitos sociais.

É mediante esse cenário conflituoso que a cultura, a arte e a linguagem são mobilizadas para repensar, questionar e discutir essas complexidades identitárias e sociais, ordenando as memórias coletivas e as internalizações sociais em espaços de confronto com a historicidade (Cornejo Polar, 2000). É o que pretendemos fazer neste artigo, analisando os poemas *Sou estrangeira*, da autora moçambicana Sónia Sultuane, e *Entrada I*, da poetisa e ativista brasileira Beatriz Nascimento, a partir das estratificações do corpo negro em diáspora.

O corpo na poesia

A escrita performativa é a construção de significados que expandem os sentidos do signo e da linguagem ao colocar em cena aspectos de uma realidade

social latente. Isso significa dizer que “mais que portadora de sentidos, a literatura é presença” (Pavani, 2019, p. 104), e isso também significa dizer que ela, a literatura, também possui uma presença política.

Antonio Candido, em sua **Formação da literatura brasileira** (1997), afirma que a reunião de três importantes elementos da circulação literária – o leitor, o receptor e os meios transmissão – operam um sistema simbólico que leva o leitor a experimentar realidades sociais diferentes, em que a linguagem consegue não só alcançar, mas também aproximar ou confrontar o leitor com o texto literário. Isto posto, a leitura do texto poético preconiza a compreensão da palavra em acontecimento, sendo revelada, pensada e refletida mediante uma realidade social que interpela o leitor, se insinuado por meio da linguagem, como podemos pensar a partir de Ferraz e Medeiros (2022):

Se na obra ficcional há a disputa entre desvelamento e velamento, cujo fundo é justamente o abismo sem fundamento, o velamento do ser, o trabalho ficcional busca elaborar o que se desvelou em linguagem poética, pensada, imagética e referencial à linguagem do ser (o silêncio que vigora), está repousando e habitando naquela à medida em que se retira o caráter comunicativo-usual para então buscar ser simples, ou seja, desdobrar-se de todas as camadas de cinzas que a recobre. A obra interpretativa ficcionaliza-se neste sentido, isto é, para ser também este desencobrimento que dissemelha, que desrealiza pelo desvelamento, pela verdade operante na obra ficcional. O que se torna ficção busca, como esta, dar uma forma, dar um corpo, ao que se desvela na figuração (Ferraz, Medeiros, 2022, p. 35).

O texto poético, dessa maneira, manifesta uma realidade que existe dentro da linguagem e que precisa ser confrontada, ou, como Medeiros e Ferraz (2022) destacam, desvelada, despida de sentido categórico para existir como texto ficcional. Nesse sentido, a linguagem poética cria

um espaço de apreciação e confronto em que é possível contemplar, refletir e questionar aspectos da realidade social, em que “a poesia celebra e comemora. Celebração do sagrado, que atende ao seu apelo, e comemoração das divindades ausentes, a poesia manifesta o pathos do sofrimento, mas também da alegria e da esperança – que abre através da palavra nomeadora” (Nunes, 1992, p. 27). Seguindo os pressupostos de Benedito Nunes (1992), existe a criação de um espaço de conflito causado pelo ensejo da palavra poética, mas o conflito aqui não significa um combate intransigente entre ideias, mas sim a celebração de provocações da linguagem que mobilizam e “que separa o pensamento, como pensamento do ser, da poesia como nomeação das coisas” (Nunes, 1992, p. 27).

Entender as vicissitudes da linguagem literária, tomando como um de seus aspectos a compreensão de uma realidade social, pressupõe que “interpretar uma obra é, portanto, desdobrar o mundo a que ela se refere, mas na modalidade do *como se* da ficção, que também se abre, através da linguagem” (Nunes, 1992, p. 27). Sendo assim, a linguagem poética revela o que é dito na construção do fio da escrita ficcional e exige que um jogo mimético se estabeleça na intersecção entre linguagem e realidade, que, por sua vez, significa um entendimento dessa realidade enquanto manifestação; dessa forma, “à medida em que a interpretação é um movimento de apropriação do que se mostrou na e pela ficção, ela se torna ficção porque o seu corpo, seu tecido, é um ato de diferir que se construiu em contato com o próprio da ficção” (Ferraz; Medeiros, 2022, p. 34).

Nessa perspectiva, a literatura que coloca em cena o eu-poético feminino, além de interagir com a linguagem enquanto acontecimento e diálogo com uma realidade social, também se posiciona enquanto produção

que visualiza o corpo em trânsito. Deslocamentos, aliás, profusos e em colisão constante com os lugares esperados e inesperados ocupados pelo papel social feminino. O deslocamento na literatura feminina brasileira é um trânsito constante entre os espaços conflituosos e preestabelecidos socialmente, atribuídos ao ser feminino e espaços ambicionados, desejosos, por esse ser (Pavani, 2019). Ao mesmo tempo, esse aspecto ganha contornos mais complexos quando o peso da historicidade e das posições raciais/sociais entra em cena, como é o caso das literaturas de autoria negra que transitam entre a construção identitária, subjetiva, cultural e histórica do eu-lírico por meio da linguagem literária.

Colocando em diálogo os elementos da circulação literária de Candido (1997) com a presença política da literatura, proposta por Pavani (2019), é possível compreender que existe uma mobilização da linguagem literária em prol de repercussão da realidade social, operada pela escrita. Para Lúcia Castelo Branco, a literatura de autoria feminina é uma literatura que lida com o paradoxo “do que é demais porque é demasiadamente pouco, do que é prolixo, mas também lacunar. A lógica não toda do feminino, a lógica não toda do impossível, também ele contido nos limites de uma possibilidade” (1997, p. 78-79). Ocupar o não-lugar, que é uma repercussão opressiva das violências de gênero, é atravessar os interditos das opressões simbólicas e tornar presente o corpo como materialização das subjetividades que tocam o eu-lírico feminino, manifestando aquilo “que me é próprio, realidade vivida e que determina minha relação com o mundo. Dotado de uma dignificação incomparável, ele existe à imagem de meu ser: é ele que eu vivo, possuo e sou, para melhor e para o pior” (Zumthor, 2014, p. 27).

O corpo, dessa forma, é a materialização de um

campo conflitante e uma extensão dos confrontos internos, identitários e subjetivos do ser. Na literatura dirigida por e para um leitor que compartilha das posições raciais, históricas e sociais do povo negro, como é o caso dos poemas de Beatriz Nascimento e Sônia Sultuane, temos ainda a presença de um corpo poético que assume as cicatrizes de processos seculares de violação colonialista. Como bem aponta Zélia Amador Deus, “[...] o corpo negro carrega consigo a história de muitos povos. No corpo de cada um de nós, onde quer que estejamos, existem muitas histórias nele gravadas que pode ser tanto uma história de negação, quanto uma história de luta de resistência” (2011, p. 4-5). Nesse sentido, o corpo negro imaginado e afirmado pela linguagem poética também é registro de uma complexa historicidade que circunscreve esse corpo enquanto campo discursivo e simbólico.

Trata-se de um corpo poético que, também, reivindica uma posição histórica, que questiona os esquecimentos e os silêncios que são reproduzidas por uma memória coletiva manipulada (Le Goff, 1994), e, aqui, vista pela perspectiva dos apagamentos gerados e pensados pelos processos colonialistas, imperialistas e globalizantes, como bem discute Lélia Gonzalez (1988b), ou ainda, pelo que nos diz Beatriz Nascimento, quando destaca que a realidade histórica não está somente no que foi e é escrito, pois, antes de qualquer coisa, a verdade histórica “está registrada nos nossos corpos, enquanto corpo físico oriundo de uma cadeia de outros corpos na natureza” (2018, p. 267). O corpo, dessa forma, é o registro da história, e sua presença no texto literário repercute a profundidade dos conflitos pessoais e coletivos produzidos pelas intempéries da opressão racial.

A diáspora poética

Segundo Lélia Gonzalez (1988b), o lugar de exclusão atribuído a corpos negros e, em específico, ao corpo da mulher negra, é um espaço de subserviência, resultado de intensos processos históricos de violação que constituem as estruturas de dominação e discriminação racial. Para Gonzalez (1988b), apenas a discussão aprofundada sobre classe, sexo, raça e poder, poderia elucidar as organizações estruturantes da violência física, social e simbólica sobre corpos negros, e, principalmente, sobre corpos negros femininos, pois, também tomando as palavras de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), em **Pode o subalterno falar?**, as mulheres não brancas são duplamente violadas pelas heranças dos processos coloniais na sociedade moderna, seja pelo gênero ou seja pela raça.

Tendo essas disposições em vista, a reivindicação da voz poética nos poemas de Beatriz Nascimento e Sônia Sultuane é também uma afirmação de gênero e raça, mediante o silenciamento histórico imposto à figura da mulher negra e que é absorvido por uma vivência compartilhada. Por si só, a presença dessa voz poética em manifestar a sua condição permanente de transeunte já presume uma forma combatente de questionar o não-lugar a ela atribuído, como reivindicação de espaços de afirmação frente ao epistemicídio ainda fortemente internalizado no imaginário coletivo; em síntese, o epistemicídio, na concepção de Sueli Carneiro, significa:

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material

e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2005, p. 97).

O desenvolvimento de ambas as vozes poéticas dos poemas aqui estudados se sua vez, convergiu com a disseminação das teorias raciais em prol do estabelecimento da segregação colonial (Young, 2005). Ademais, tomando Franz Fanon (2008), autor muito estudado pelo próprio Homi K. Bhabha, como aporte para essa discussão, o que o discurso de autoria negra quer, nesse contexto moderno de emancipação e ocupação de espaços, é o confronto objetificador com a alteridade, um confronto entre o papel objetificado relegado ao negro historicamente e as configurações opressivas dos processos coloniais ainda vigentes.

A experiência causada por esse encontro preconizado por Franz Fanon, em **Pele negra, máscara branca** (2008), cria um confronto entre um passado internalizado e um presente disruptivo, que ressignifica os lugares comuns de um passado estático e mobiliza um presente revisionista. É o que Homi K. Bhabha chama de *o entrelugar*, em que:

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, reconfigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. o “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia de viver (Bhabha, 2013, p. 29).

Para Homi K. Bhabha (2013), o entrelugar do passado e do presente cristalizam uma autoimagem que virtualiza as desigualdades e as lacerações provocadas

pelas violências dos processos de dominação homogêneos, aqui também raciais. O lugar enunciativo em que tanto Beatriz Nascimento quanto Sônia Sultuane se mobilizam para darem vazão às ambições de suas vozes poéticas confrontam, tocam, o imaginário coletivo e histórico, que lê o corpo negro como um dejetivo a ser expelido, como um corpo que, mesmo aludindo a uma ancestralidade, a um território materno, ainda assim não pertence a lugar algum, nem ao território imposto pela migração, nem à própria nação materna expropriada de si mesma pelos retornos incessantes dos processos coloniais, hoje globalizantes.

Essa inscrição do corpo negro nesse conflito entre passado e presente é lido por bell hooks como a paixão da experiência, que ela define como “um modo de conhecer que muitas vezes se expressa por meio do corpo, o que ele conhece, o que foi profundamente inscrito nele pela experiência” (2017, p. 124). A experiência do entrelugar é vista por bell hooks como a presença de um corpo capaz de compreender a complexidade da interação temporal, por carregar o peso secular da experiência racial, de gênero, de classe e poder, relembrando os eixos elucidativos de Lélia Gonzalez (1988a; 1988b). O corpo, nesse sentido, inscreve uma experiência para além do próprio sujeito; é uma experiência enunciativa, social, discursiva, linguística e cultural, em que esse corpo é colocado como uma materialização capaz de visibilizar as complexidades reunidas na construção da figura da pessoa negra em sociedade.

Para bell hooks, dizer sobre e com esse corpo inscrito é um “ponto de vista privilegiado que não nasce da ‘autoridade da experiência’, mas sim da paixão da experiência, da paixão da lembrança” (2017, p. 123-124). Para ela, o corpo é um continente, relembrando as discussões de Homi K. Bhabha, que enxerga o sujeito

como tal, uma nação com toda a sua complexidade de estruturação e formação, um mundo em si que não cabe em classificações simplistas, como proclamavam as teorias raciais do século XVIII, por exemplo (Young, 2005).

Corpos em emancipação

Os corpos nas poesias em análise aqui são cenários para a repercussão de vozes coletivas que falam por intermédio da voz poética em ambos os textos, ao passo que a existência subjetiva dessas vozes também se impõe como uma individualidade, como uma reivindicação dentro do espaço da linguagem. Vejamos o poema *Entrada I*, de Beatriz Nascimento.

Quero.
Extraír qualquer síndrome
Qualquer aparência do que não sou
Qualquer vínculo com o passado
odiado que restou.
(Nascimento, 2015, p. 22).

A voz poética em *Entrada I* retoma duas vezes a fala pelo imperativo “quero”; existe uma reiterada provocação de afirmação frente ao que observamos ser uma força exterior que oprime os desejos dessa voz, o que ela mesma chama de síndrome, uma condição sintomática, genética, que afeta o corpo simbolizado. Percebemos que a afetação traduzida como condição clínica à qual a voz poética é submetida, ao mesmo tempo que se sobrepõe como uma ocorrência pré-determinada à existência desse ser, é repelida com insistência por essa voz.

A síndrome aqui é relacionada com o que é exposto como “passado odiado”, uma memória histórica que repercute simbolicamente e é traduzida quase como condição genética na existência da voz poética. As

associações a quadros clínicos e sintomáticos fortalecem, dessa forma, a leitura desse passado como uma disfunção causada por variadas causas, uma alteração que marca e, por isso, implica significativas mudanças em diversos aspectos da vida afetada. O passado é corporificado como uma disrupção que adoce a voz poética, daí a necessidade de extração, de repelir o que torna abjeto esse corpo.

Em outro momento, essa síndrome é virtualizada com mais exatidão quando ganha espaço dentro de uma fisicalidade. A síndrome interpela a aparência da voz poética. Existe uma relação direta entre as disfunções causadas pela doença do passado e a aparência imposta à voz. O desejo afirmado é de diluir a interferência e as implicações dessa doença preconizada pelo passado, removendo as suas materializações frente ao corpo. O passado, pela percepção da voz poética, impõe ao corpo sentidos genéricos, percebidos pela utilização do pronome indefinido “qualquer”, incompatíveis com o desejo de autoconsciência da voz.

A forma como o corpo é percebido pelo passado, pela síndrome, reproduz as facetas de um processo simbólico de violência, em que o corpo é objetificado e adocido por uma memória histórica que se evidencia efetivamente no corpo. A própria percepção frente a esse corpo é um encontro com os mecanismos da violência simbólica, e a autoconsciência sobre essa percepção cria um espaço de confronto entre o passado violento e o presente em contestação.

O corpo, para a voz poética, não significa o vínculo com o passado odioso, mas a percepção do outro sobre esse corpo, sim, e é isso que é interpelado pela mudança. Existe uma provocação em não somente ressignificar um passado histórico pela apropriação do corpo, mas também de abrir espaços de confronto entre a memória histórica e a presença do corpo dentro de um espaço da linguagem.

O corpo como habitação do entrelugar, passado/

presente, também se impõe nos versos iniciais de *Sou estrangeira*, da poetisa moçambicana Sónia Sultuane; não é só um espaço de significação, ele também é percebido e possuído pelo passado histórico, ao mesmo tempo em que é por ele deslocado.

Estrangeira nesta terra,
neste país,
nos lugares em mim,
nos olhares perdidos,
certezas dispersas.
(Sultuane, 2017, online).

O corpo, neste poema de Sónia Sultuane, é autoconsciente da sua expropriação territorial. É o outro tanto na terra quanto no país, tanto no espaço afetivo, materno, anunciado pela terra, como também enquanto um sujeito social, enxergado como parte da engrenagem social do país. Existe uma provocação sobre o vínculo entre este corpo e o território. Ele é destituído de lugar; aliás, o seu território é o não-lugar, a não-presença. A condição de estrangeiro estabelece o aspecto intrusivo da presença desse corpo que está colocado em um território do qual não é pertencente.

O lugar do estrangeiro evocado pela voz poética aqui é sinalizado também pela percepção, pela tomada da autoconsciência frente a esse corpo. A consciência sobre o não pertencimento afetivo e social com o território se dá pelo entendimento do não-lugar dentro das introspecções da voz poética. Existe um desencontro percebido, não na colocação do corpo como um unísono, mas nos “lugares” por ele habitado. O corpo é constituído do que a voz poética anuncia como os vários outros espaços, territórios, deslocamentos, que fortalecem a leitura da multidimensionalidade desse corpo estrangeiro que é construído a partir de muitos outros territórios discursivos, culturais e memorialísticos, em outras palavras, o corpo

negro é constituído perpetuamente em trânsito, em migração, como foi e ainda é com os povos africanos em diáspora.

As questões identitárias que permeiam as afirmações da voz poética são provocações frente à concepção tradicional de identidade, que alinha a construção identitária ao território geograficamente demarcado, o que as diásporas forçadas, desde o colonialismo europeu até os forçosos movimentos migratórios contemporâneos, colocaram em xeque (Anderson, 2008). A dispersão de certezas e de percepção sobre si mesma coloca a voz poética em conflito com a consciência da presença do corpo no lugar do não pertencimento.

Ao mesmo tempo, essa percepção também parte de como esse corpo é virtualizado pelo passado histórico e de como ele é observado socialmente. A incerteza de uma categorização racial fenotípica implica em conflitos identitários e existenciais à voz poética, provocados pelo entendimento da presença do corpo em um território estranho. O corpo racialmente implicado, dissonante do território em que é nascido, pela cor, pelos traços e pelas demais configurações físicas, culturais e religiosas, provoca a incerteza dos olhares que recaem sobre a materialidade que é o corpo e coloca em contestação as certezas tão raras das concepções de nação, pátria e território, ainda amplamente advogadas na contemporaneidade e essenciais para a constituição da ideia de Estado-nação. Vejamos a definição de nação dada por Benedict Anderson (2008):

Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição: uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo, soberana. [...] Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem

viva da comunhão entre eles (Anderson, 2008, p. 32).

Dessa maneira, a não identificação da voz poética com o território complexifica a questão racial e a própria ideia de nação. Mais uma vez, observamos o passado histórico em confronto com a percepção do corpo em um presente contestador, que identifica a dispersão da identificação racial como uma extensão da própria crise existencial da voz poética, que, por sua vez, afeta também as noções tradicionais de pertencimento individual e coletivo. Em outro momento, a voz poética reitera o conflito entre indivíduo e espaço ao se pôr estranha à própria ideia de nacionalidade.

Tomando mais uma vez os pressupostos de Benedict Anderson (2008), a instituição da nacionalidade, como uma colocação individual no mundo moderno, satisfaz apenas a invenção de uma comunidade em detrimento de outras. O individualismo enxergado na noção de nacionalidade é apenas uma ilusão, uma vez que existe um propósito de construção de um grupo homogêneo, burocrático e coletivo. Um corpo que se difere dos propósitos homogeneizantes de nação é um corpo apartado e alheio a ele. Isso explica a afirmação da voz poética como uma pária dentro do próprio território. A constituição desse corpo, nesse sentido, vai de encontro ao ideal de nação, ainda remanescente do período de expansão colonial.

sou alheia à nacionalidade,
sou estrangeira,
num corpo tatuado,
com formato de mapa universo,
leito de saudades,
multidão de pensamentos,
num mundo de sentimentos,
no cosmos que desconheço.
(Sultuane, 2017, online).

Nos versos seguintes, a voz poética diz: “sou

estrangeira/ num corpo tatuado”, e, nessa afirmação, ela evoca a corporificação das complexidades que compõem o corpo negro. A princípio, é interessante pensar a afirmação dessa voz poética como estrangeira: aquela que está em desencontro com sua terra natal, que foi ou está em deslocamento territorial. Mas, simbolicamente, pensando essa voz poética como uma pessoa negra, o estrangeirismo é uma condição imposta ao corpo negro, forçosamente sequestrado de seu país nos processos de escravização, e que, na contemporaneidade, é repellido por uma conjuntura social que nega a sua presença enquanto cidadão, seja na sua própria nação de origem, seja sob qualquer aspecto de migração. A condição de estrangeiro para a pessoa negra é uma negação de lugar de existência, mas quando a voz poética se afirma como tal, ela reivindica esse não lugar historicamente imposto como um lugar de existência.

Em um segundo momento, o corpo tatuado é associado à reafirmação da voz poética como estrangeira. Aqui, temos o corpo enunciado pelo próprio signo da escrita. O ser é enxergado e colocado categoricamente como um corpo, como uma fisicalidade, como um organismo. O corpo manifestado se integra, assim, às reivindicações de espaços culturais antes negados, na (re)construção de identidades que agora se incorporam aos elementos da diáspora forçada e ainda latente. O corpo negro, na literatura, “transforma-se em texto no discurso que enuncia e anuncia” (Deus, 2011, p. 2), e é nesse lugar de enunciação que o estrangeirismo é associado ao corpo tatuado, a essa materialidade complexa, que reúne sob a pele as cicatrizes que sinalizam a confluência de culturalidades e territórios, que constituem essa voz poética como esse um ser historicamente demarcado como diaspórico.

O corpo torna-se manifesto, seja por afirmação, seja por negação, mas esse corpo, historicamente demarcado,

discursivamente forjado por uma retórica colonialista e socialmente agredido, rejeitado pelos estigmas raciais, nos espaços da linguagem poética, significa a palavra para muito além dos sentidos usuais do signo, pois, nesse espaço de apreciação, os sentidos das palavras são transgredidos/amplificados. O peso da palavra na poesia também é histórico, racial e cultural.

O corpo tatuado é manifestado, dessa maneira, como um universo em si, plurissignificativo, revelando trânsito não só do corpo, mas também de uma historicidade que mobiliza a sua constituição como matéria simbolizada. O corpo, para além de universo, extenso e em expansão, também é mapa. Tanto a imagem do universo quanto a do mapa reforçam a leitura do deslocamento, a que essa voz está imersa como uma condição para a existência desse corpo, pois ele, o corpo, se integra e interage com múltiplos territórios, para além do sentido geográfico do termo. Aqui, a voz poética se volta para uma expansão da constituição da subjetividade, que é atravessada por espaços e tempos contrastantes, o entrelugar, o que torna o corpo um elemento de simbolização que transita entre a materialidade e a discursividade.

De fato, o corpo como elemento em expansão sintetiza a ideia do estrangeirismo afirmada pela voz poética. A colocação de sujeito em trânsito com múltiplos espaços culturais, históricos, espaciais e discursivos pressupõe a formação de uma voz que reflete aspectos de uma coletividade heterogênea. Nessa perspectiva, o indivíduo e sua coletividade se fundem em uma dinâmica de interação tão profunda que seus isolamentos em lugares opositivos não são plausíveis.

Para a voz poética, fruto da história social negra de diáspora forçada, a existência enquanto indivíduo não se aparta das projeções de uma memória coletiva, por

isso, então, que nos versos “leito de saudades/multidão de pensamentos/num mundo de sentimentos/no cosmos que desconheço”, nos deparamos com a dicotomia entre espaços coletivos e individuais. O leito, a multidão, o mundo e o cosmos se relacionam com os sentidos de integração a uma coletividade, uma reunião que satisfaz a construção de uma imagem sólida e homogênea; ao mesmo tempo, como complementação a esses sentidos, temos a inserção de observações afetivas da voz poética, contornando e multidimensionalizado o significado das coletividades virtualizadas. O leito é associado a uma terra materna, a uma nascente primeira que provoca o saudosismo na voz poética; já a multidão é enxergada pela heterogeneidade de sua constituição, colocada pela voz poética como pensante; o mundo é vislumbrado por uma percepção afetiva, enquanto o cosmo, que é um conceito totalizante do universo e, por sua vez, do todo explorado pela voz poética nesses versos, é um espaço desconhecido, o que nos leva novamente ao não lugar.

Ao mesmo tempo em que a voz poética acessa e compreende alguns espaços coletivos, ela não alcança uma integração completa desses espaços. É incompatível com a constituição dessa voz como um corpo em trânsito, expropriada e estranha em sua própria terra, condição imposta ao povo negro, alcançar espaços homogeneizantes de identificação. A memória que se quer acessada pela voz poética, na verdade, é a consciência da heterogeneidade da sua condição e essa memória não é conclusiva nem categoricamente classificável. No fim, a voz poética em *Sou estrangeira* busca a consciência sobre os complexos lugares habitados por sua existência enquanto sujeito simbólico. Algo também ambicionado pela voz de *Entrada I*, que em seus versos finais imagina e deseja uma reconfiguração de sua existência enquanto corpo simbólico. Se em *Sou*

estrangeira, temos uma voz poética reconhecendo a extensão complexa de seu corpo simbolizado, em *Entrada I*, a voz poética identifica essa extensão como um retorno a uma ancestralidade silenciada.

Quero.
Palma verde e nua
Herança que cultivei
Quero, resumir numa só
As fantasias com que sonhei.
(Nascimento, 2015, p. 22).

Em lugar de um passado opressivo e violento, a voz poética de *Entrada I* é imperativa ao afirmar a resignificação de seu passado histórico por meio da memória afetiva. A palma verde e nua, mencionada nos versos, nos leva a observar um aspecto nativista e embrionário de existência que também revela o ímpeto de resistência dessa voz ao se associar a uma planta que floresce em lugares de difícil sobrevivência. Existe, para além do desejo, a necessidade dessa voz poética de enxergar a própria história e o passado histórico, que também lhe é concernente, por uma outra ótica, mais afetiva e que visibiliza outros aspectos da sua existência que ultrapassem a ditada pelos processos de violência colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo simbolicamente constituído considera aspectos que atravessam a fisicalidade material, pois é antes de tudo uma construção social, historicamente inscrita, que repercute atravessamentos temporais e discursivos. Essas interações observadas pela construção da linguagem poética ganham contornos mais profundos, pois a forma como essas configurações fenomenológicas se instituem na linguagem literária presume a interconexão

entre esses conhecimentos e a palavra.

Os poemas *Sou estrangeira*, de Sônia Sultuane, e *Entrada I*, de Beatriz Nascimento, imaginam o corpo como extensão de discussões que tocam os movimentos diaspóricos a que povos de diferentes partes do continente africano foram submetidos forçosamente. O corpo negro inscrito em ambos os poemas ultrapassa os limites da retórica combativa e põe em visibilidade o corpo negro em trânsito, tomando consciência do passado histórico atribuído a ele e reivindicando um espaço discursivo para se (re)imaginar sob perspectivas afetivas, memorialísticas e ancestrais.

Se em *Sou estrangeira*, observamos a reflexão da existência do corpo negro pela compreensão do não-lugar a ele relegado, em *Entrada I*, deparamo-nos com uma voz poética que se alça como um ser afirmativo ao rechaçar o passado de violência histórica, sem se desfazer de seus impactos dentro de uma conjuntura social e cultural existente, ao mesmo tempo que se apropria do direito de imaginar para si um lugar de acolhimento, pertencimento.

A partir das disposições realizadas até aqui, percebe-se que em ambos os poemas é possível compreender as ressonâncias da voz coletiva que se faz presente na construção da subjetividade das vozes poéticas. Ressonâncias essas que partem tanto das percepções internalizadas pelo discurso colonial de violência sobre corpos negros, como também da manifestação das vozes racializadas e oprimidas pelas violências coloniais.

A presença do corpo imaginado e inscrito por essas vozes poéticas, em ambos os textos, manifesta a heterogeneidade de sua materialização, resultado dos movimentos diaspóricos, ao mesmo tempo em que sinaliza a expansão de sentidos possíveis e virtualizado pelo corpo negro. Dessa forma, o corpo em trânsito imaginado pela

voz poética tanto no poema de Sónia Sultuane quanto no poema de Beatriz Nascimento, metaforiza o corpo negro para além dos limites materiais a ele, pondo em questão as noções tradicionais de território, nacionalismo e corpo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. (Humanitas).

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTELO BRANCO, L. **O que é a escrita feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CORNEJO POLAR, A. **O condor voa: literatura e cultura latino-americanas**. Trad. I. V. de Carvalho. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. (Humanitas).

DEUS, Z. A. O corpo negro como marca identitária na diáspora africana. *In*: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. Tema: Diversidades e (Des)Igualdades. Disponível em:

https://fenomenologiadasolidariedade.files.wordpress.com/2013/11/130845884_arquivo_corpocomomarcaidentitariaartigoaversaofinal-zelia.pdf. Acesso em: 1 fev. 2025.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. R. da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRAZ, A. M. S. G.; MEDEIROS, A. S. A interpretação literária como ficção: a tensão dialética entre obras (o caso de Benedito Nunes). **Criação & Crítica**, São Paulo, n. 33, p. 23-45, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/198165>. Acesso em: 11 fev. 2025.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92, p. 69-82, 1988a.

GONZALEZ, L. Por un feminismo afrolatinoamericano. **Isis Internacional**: mujeres por un desarrollo alternativo, Santiago, v. 9, p. 133-141, jun. 1988b.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

NASCIMENTO, B. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, B. Entrada I. In: RATTI, A.; GOMES, B. (org.). **Todas (as) distâncias**: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015. p. 22.

NUNES, B. **Passagem para o poético**: filosofia e poesia em Heidegger. São Paulo: Ática, 1992.

PAVANI, C. F. Escrita e performance na poesia de autoria feminina contemporânea. **Letras**, Santa Maria, v. 29, n. 59, p. 103-114, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/37751>. Acesso em: 11 fev. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SULTUANE, S. Sou estrangeira. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://soniasultuane.com/fotografia/>. Acesso em: 7 mar. 2025.

YOUNG, R. J. C. **Desejo colonial**: hibridismo em teoria, cultura e raça. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ZUMTHOR, P. **Performance, recepção, leitura**. Trad. J. P. Ferreira; S. Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CAPÍTULO 5

TERRA-MULHERES E (ECOS)FEMINISMOS EM *TORTO* *ARADO*

KEZIA DA SILVA CALIXTO
WALACE RODRIGUES
MÁRCIO ARAÚJO DE MELO



TERRA-MULHERES E (ECOS)FEMINISMOS EM TORTO ARADO

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar como o romance **Torto arado** evoca um discurso ecofeminista a partir da relação das personagens Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira com seus territórios. Na referida narrativa literária, é possível observar as lutas das personagens-povos quilombolas pela reforma agrária. Estes representam os descendentes de negros escravizadas no Brasil que, após o processo de “abolição” em 1888, perceberam-se em um estado de neo-escravização. Posto que não tiveram acesso a emprego, moradia ou indenização após três séculos de exploração, continuaram tendo abusadas suas forças de trabalho. Neste contexto, notamos que as personagens Belonísia, Bibiana e Santa Rita Pescadeira são algumas das mulheres que possibilitam a libertação do povo de Água Negra, principalmente por causa de seus conhecimentos acerca da terra e do território em que vivem. O exame das personagens nos permitiu refletir sobre como os conhecimentos ancestrais femininos sobre a terra, principalmente aqueles advindos de mulheres negras da América Latina, são imprescindíveis para a construção de uma sociedade ecológica. Este estudo de natureza qualitativa teve como método de análise a pesquisa documental e se baseou em alguns nomes importantes dos estudos socioecológicos e feministas, como Lowy (2014), Mies e Shiva (2014), Roso e Espíndola (2021), Saito (2021), Servulo (2019) e Torres (2009). Esperamos que este estudo permita refletirmos sobre como as lutas femininas negras-quilombolas, na atual conjuntura capitalista brasileira, são um dos caminhos capazes de destituir a exploração do trabalho e da natureza.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Trabalho. Natureza.

EARTH-WOMEN AND (ECHOES)FEMINISMS IN TORTO ARADO

ABSTRACT: This article aims to analyze how the novel **Torto arado** evokes an eco-feminist discourse based on the relationship between the characters Belonísia, Bibiana and Santa Rita Pescadeira and their territories. In this literary narrative, it is possible to observe the struggles of the quilombola characters for land reform. They represent the black bodies descended from enslaved blacks in Brazil, who, after the process of “abolition” in 1888, found themselves in a state of neo-enslavement. Since they had no access to employment, housing or compensation after three centuries of exploitation, they continued to have their working forces abused. In this context, we note that the characters Bibiana, Belonísia and Santa Rita Pescadeira are some of the women who make liberation possible for the people of Água Negra, mainly because of their knowledge of the land and territory in which they live. Examining the characters allowed us to reflect on how women’s ancestral knowledge of the land, especially that of black women in Latin America, is essential for building an ecological society. This qualitative study used documentary research as its method of analysis and drew on some important names in socio-ecological and feminist studies, such as Lowy (2014), Mies & Shiva (2014), Roso & Espíndola (2021), Saito (2021), Servulo (2019) and Torres (2009). We hope that this study will allow us to reflect on how black-quilombola women’s struggles, in the current Brazilian capitalist conjuncture, are one of the paths capable of undoing the exploitation of labor and nature.

Keywords: Eco-feminism. Labor. Nature.

INTRODUÇÃO

Torto arado (2020) é um romance afro-brasileiro escrito por Itamar Vieira Júnior que conta a história do povo quilombola residente de Água Negra. Em suas linhas e páginas, a obra suscita a discussão de temáticas sociais importantes, como a marginalização dos corpos negros no Brasil, a importância da reforma agrária para a superação da condição de oprimido de comunidades negras, quilombolas e povos de terreiro, além do protagonismo negro-feminino, representado pelas figuras de Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira – narradoras da obra literária e objetos de estudo deste trabalho. Assim, a literatura afro-brasileira afirma a identidade e a resistência cultural negra, expressa sua cosmovisão de mundo e sua luta política, que estão interligadas ao meio ambiente.

Filhas do pai de santo e curandeiro Zeca Chapéu Grande, Bibiana e Belonísia crescem entre as brincadeiras no Jirê² e entre os chás, velas e incensos necessários para os processos de manifestações de espiritualidade das religiões de matriz africana. Cultivar a terra, plantar, cozinhar o que foi colhido, preparar as beberagens³ para os que aparecem doentes em sua casa – todas essas atividades laborais estão interligadas à natureza, o que denota a relação intrínseca de comunidades afro-brasileiras, como os quilombolas e os povos de terreiro, e o meio ambiente. Já a personagem Santa Rita Pescadeira é uma guia espiritual da umbanda apaixonada pela pesca e pela água. Ela sente-se como um rio, o que explicita, também, sua conexão com o ambiente natural.

As ligações dessas personagens femininas com a terra e o território⁴ são contrárias ao afastamento entre ser

2. Momentos de descontração e diversão durante o trabalho coletivo no campo.

3. Nome utilizado para se referir a medicamentos medicinais naturais, isto é, não manipulados em laboratórios.

4. Neste trabalho, entendemos *terra* como sendo todos os bens naturais de que nosso planeta dispõe e as maneiras com que as pessoas manipulam esses recursos naturais; e *território* como o lugar a que se pertence.

humano e natureza ocasionado pelo modo de produção capitalista. Podemos afirmar que tal afastamento é prejudicial, porque ao separar a humanidade do meio ambiente, o meio ambiente se torna uma “coisa” disponível para ser explorada em demasia pelo capitalismo, assim como o próprio ser humano (Krenak, 2020). Todavia, enquanto nas comunidades, sobretudo, urbanas, notamos a acentuação da quebra do metabolismo entre homem e natureza⁵; em comunidades ancestrais as pessoas e o ecossistema são entendidos como orgânicos e homogêneos, “tudo é natureza” (Krenak, 2020, p. 17).

Neste contexto, os moradores-trabalhadores de Água Negra e sua relação com a terra e o território nos auxilia a refletir na possibilidade de construirmos um modelo de sociedade que se afaste do modelo ecocida vigente, onde os recursos naturais são explorados em prol do lucro do capital e não manipulados de forma a manter a vida dos seres humanos e não-humanos⁶ no planeta Terra. A leitura de **Torto arado** propicia refletir que modos de organização social, econômica e política que respeita os Direitos da Natureza⁷ já existem no Brasil, como as dos povos quilombolas, indígenas, ribeirinhos e camponeses. Esses grupos oferecem respostas efetivas sobre como lidar com a crise climática na Era Capitaloceno⁸, por exemplo, a defesa da reforma agrária, que visa reorganizar a forma como as terras são distribuídas, utilizadas e geridas (Rodrigues; Silva, 2023).

Nas comunidades quilombolas, as mulheres

5. No pensamento marxista, o metabolismo entre homem e natureza é um conceito que explica a relação metabólica, de dependência, entre o ser humano e o meio ambiente.

6. Não humanos são todos os seres animais, vegetais, minerais etc. que fazem parte do ecossistema do planeta Terra.

7. Os Direitos da Natureza referem-se ao reconhecimento de que o meio ambiente como ser de direitos, por isso, deve ser cuidado, mantido e protegido.

8. O Capitaloceno é um conceito que sugere a substituição do termo geológico Antropoceno e argumenta que o modo de produção capitalista, e não a humanidade, é o causador da crise ecológica.

exercem papéis essenciais para o funcionamento coletivo, como o de transmitir conhecimentos tradicionais, medicinais e agroecológicos. A resistência e luta históricas dessas comunidades ancestrais pela preservação da natureza, das suas espiritualidades, faz com que as mulheres sejam mais respeitadas se comparadas às mulheres pertencentes aos espaços urbanos (Mies; Shiva, 2014). É importante ressaltar que embora corpos femininos possam gozar de maior reconhecimento e autonomia em algumas comunidades tradicionais, isso não significa que elas estão livres de todos os efeitos do ideal dominante patriarcal.

Em **Torto arado**, apesar de os moradores de Água Negra, tanto homens quanto mulheres, engajarem juntos na busca pelos seus direitos, as mulheres ainda são vítimas do machismo, como no caso da personagem Maria Cabocla, que sofre violência doméstica de seu marido. Deste modo, ao examinarmos os núcleos das personagens Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, notamos que sua participação na revolução da comunidade Água Negra não as isentou de sofrer com os efeitos do patriarcado no decorrer da diegese. Levando a refletir que as lutas socioecológicas devem se preocupar com as questões feministas, da mesma maneira que se ocupam das questões relativas ao trabalho e a natureza. Por esta razão, afirmamos a importância do ecofeminismo como vertente crítica e política. Esta é uma corrente do ecossocialismo que visa integrar a justiça de gênero e ambiental. O ecofeminismo, portanto, desafia a estrutura de poder patriarcal, que é uma das bases que sustenta o capitalismo, sistema que viola e explora os corpos femininos, igualmente faz com a natureza (Rey Torrijos, 2013).

A análise das personagens Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira permitiu evocar discursos

ecológicos-feministas. No caso das irmãs, essa perspectiva de leitura foi possível por elas serem mulheres quilombolas, umbandistas, agricultoras e sindicalistas, todas essas nuances de suas identidades se relacionam aos quesitos ambientais, trabalhistas e femininos. Santa Rita Pescadeira é um ser espiritual, e porque assim o é, é a própria natureza. A investigação nos levou a conclusão de que as lutas femininas quilombolas, assim como as lutas de mulheres indígenas, camponesas e ribeirinhas na América Latina são um dos caminhos capazes de destituir a exploração do trabalho e da natureza.

De forma a organizar as discussões, o artigo foi dividido em cinco partes, a contar com a introdução, considerações finais e as referências bibliográficas. O segundo capítulo, *Mulher, Terra e a questão ecológica*, trata de alguns conceitos essenciais para o ecofeminismo e o ecosocialismo, como a concepção de Metabolismo (Marx, 2004; 2007; 2014), Antropoceno (Krenak, 2020) e Capitaloceno (Moore, 2022). No capítulo seguinte, *(Ecos) feminismos em Torto arado: uma leitura de Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira*, avaliamos as personagens objeto deste trabalho, buscando compreender como a relação delas com a terra, como suas ações em prol da libertação do povo de Água Negra propicia refletirmos questões ecofeministas.

Finalmente, esperamos que esta pesquisa sirva para compreendermos que a literatura, no caso específico, a afro-brasileira, promove a construção do pensamento crítico dos leitores. Mais que somente criação para fruição estética, a palavra-arte auxilia a ponderar a sociedade a que pertencemos, que atualmente é marcada pela crise climática e trabalhista. Que possamos entender, também, a necessidade de olharmos e ansiarmos por outros modos de organização sociopolítica e econômica que se ocupem

com a preservação do planeta Terra e dos humanos e não-humanos que nela vivem.

Mulher, terra e a questão ecológica

Na década de 2020, temos sentido, mais que em outros momentos históricos, os efeitos da crise climática. No Brasil, o aumento da temperatura, a diminuição da qualidade do ar, as fortes chuvas que causam enchentes e alagamentos em muitos municípios são alguns dos acontecimentos observáveis do desequilíbrio ambiental. Dos anos 1980 à atualidade, ambientalistas denunciam as ecocrises. Torres (2009) afirma que os fenômenos climáticos ao redor do planeta Terra motivam cada vez mais uma reflexão profunda acerca do caos ambiental de nosso tempo. Dessa maneira, “*elabora-se uma conscientização não só da importância do tão aclamado equilíbrio ecológico, mas, sobretudo, da parcela de culpa do homem na contribuição predatória para o desequilíbrio*” (Torres, 2009, p 157, grifo nosso).

É imprescindível que ponderemos, questionemos e lutemos a favor da questão climática, e uma das formas assim fazermos é por intermédio do contato com a literatura e outras artes. Para Guattari (2024), a (re) construção individual e social da humanidade depende de uma (re)construção ética e estética. Isso significa dizer que é preciso superar os ideais exploratórios mercadológicos que estão imbricados em nossas visões de mundo, postos ali, em nossas mentes, pelo sistema capitalista. Além da superprodução mercadoria, o capital produz signos ideológicos por meio da mídia, da indústria cultural e da publicidade que nos impedem de perceber (ou perceber, mas sermos fatalistas), a urgência climática.

Todavia, mesmo diante do maquinário propagador

de ideais poderoso que é o capitalismo, Guattari (2024) defende que os escritores, através da palavra-arte, podem transformar o humano, fazendo-o perceber melhor a si mesmo e ao mundo em que vive. Essa percepção de si e do outro, segundo o autor, pode levar a uma conscientização ecológica, que nos levaria a uma mudança do paradigma social em vigor. A mudança de paradigma, isto é, a alteração do modelo social, econômico e político presente, fará ser concebível “encontrar uma nova possibilidade de relacionamento com o meio ambiente e com o meio social [...] e a um novo posicionamento entre humanos e não humanos” (Torres, 2009, p. 162), no qual todo ser que habita no planeta estará em equilíbrio e confluência.

Embora seja necessário buscarmos a estabilidade entre o homem e a natureza, culpabilizar a humanidade pelas alterações geológicas e pela crise climática pode ser tortuoso, como propõe a concepção de Antropoceno. Moore, por conseguinte, recomenda a noção de Capitaloceno, o qual entende “o capitalismo como uma maneira de organizar a natureza – como uma ecologia-mundo multiespécie, situada e capitalista” (2022, p. 10). Desta forma, quando se trata das alterações geológicas, ambientais, climáticas e sociais, bem como da quebra do metabolismo entre homem e natureza, a ecologia-mundo capitalista é que é o maior vetor de mudanças (Lowy, 2014; Saito, 2021; Servulo, 2019).

Tencionando asseverar essa afirmativa, discorrámos sobre o conceito de Metabolismo de Karl Marx, que é apresentado pelo sociólogo em obras tais como **A ideologia alemã** (2007), **Manuscritos econômicos filosóficos** (2004) e **O capital** (2014). Existe uma relação metabólica entre o ser humano e o meio ambiente, não há possibilidade de ter vida humana na Terra sem elementos como água, oxigênio, alimento, que são advindos do

interior da natureza, este vínculo inquebrável Marx nomina de metabolismo entre homem e natureza. A ecologia-mundo capitalista, contudo, ao priorizar a produção de mais-valia, ao fabricar mercadoria desenfreadamente, ao criar um exército de pessoas socioeconomicamente vulneráveis e explorar a sua mão de obra barata, modifica nossa relação a natureza. Passamos a enxergá-la como objeto à disposição capital, de igual maneira vemos o trabalho (Lowy, 2014; Saito, 2021; Servulo, 2019).

Neste contexto de classes, aqueles que pertencem à classe burguesa têm o privilégio de usufruir mais e melhor da natureza, além de que podem dominá-la de forma mais acentuada. Já as classes trabalhadoras são as que menos manipulam e exploram os elementos do meio ambiente, além de que são as mais afetadas pelas ecocrises e constituem o maior número de refugiados climáticos – estes fenômenos englobam o metabolismo social. O metabolismo da natureza, porém, refere-se à capacidade que o meio ambiente tem de seguir o seu curso, isso quer dizer que o minério do ferro, em ilustração, depois de passado determinado tempo entrará em oxidação, independente de nossas ações sobre ele (Lowy, 2014; Saito, 2021; Servulo, 2019).

Nos três casos, metabolismo entre homem e natureza, metabolismo social e metabolismo da natureza, o catalisador de alterações é o modo de produção capitalista e, não necessariamente, o ser humano. Os conceitos apresentados, Antropoceno, Capitaloceno e Metabolismo, são basilares para a luta ecossocialista e para a ecocrítica. Ao realizarmos leituras de textos literários pelo viés ecológico, “contribuímos em ações transformadoras que nos permitem fazer compreender a importância da literatura no papel de conscientizadora da necessidade de despoluição do ambiente, da sociedade e, também, da

subjetividade” (Torres, 2009, p. 172). Por meio da leitura, poderemos apreender melhor as dinâmicas de dominação na Era do Capitaloceno.

Doravante, a crítica ecofeminista pode nos auxiliar, assim como a leitura literária, no processo de compreensão e discussões socioecológicas. A vertente faz uma “síntese do ambientalismo atrelado ao feminismo e propõe que a luta pelos direitos da mulher não seja separada da luta pela reparação dos ecossistemas que sustentam a vida” (Torres, 2009, p. 164). De acordo com Mies e Shiva, a luta ambiental e a luta feminista possuem um ponto em comum, “essa concepção de liberdade e emancipação” (2014, p. 50, tradução nossa). Conforme Torres (2009), na história do ecofeminismo, três momentos se destacam:

- a) Ecofeminismo clássico: pondera-se que a dominação da natureza está para a dominação de corpos femininos, assim como a dominação de corpos femininos está para a dominação da natureza;
- b) Ecofeminismo produtivista: defende que a ligação que se tem entre mulheres e natureza não se explica por características biológicas femininas, mas pela construção histórico-social de gênero;
- c) Ecofeminismo espiritualista de Terceiro Mundo: afirma que a sociedade capitalista controla corpos femininos e o meio ambiente por intermédio de uma centralização de poder, possuem uma “postura crítica contra a dominação, a luta anti-sexista, a anti-racista, a anti-elitista e a anti-antropocêntrica”, contudo “confere ao princípio da cosmologia a tendência protetora das mulheres para com a natureza” (Torres, 2009, p. 164).

Na terceira tendência, o ecofeminismo espiritualista de Terceiro Mundo interliga as relações entre

mulher e ecossistema as manifestações de espiritualidade. Isso porque se alimenta de pensares e filosofias ancestrais, como as quilombolas e indígenas.

Segundo muitas comunidades tradicionais, como para o povo originário brasileiro Krenak, não existe separação alguma entre humanos e não-humanos. Ailton Krenak afirma que

fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, Terra, e passamos a pensar que ela é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (Krenak, 2020, p. 16-17).

A comunidade do referido sociólogo indígena pensa a natureza como algo uno. O rio Doce que banha seu território não é somente um corpo de água, é Watu, seu avô, mas também é o próprio povo e a divindade que os abençoa e protege. Essa maneira refletir o mundo impulsiona um profundo respeito e cuidado ao meio ambiente. As sociedades colonizadoras e imperialistas

espalham quase que o mesmo modelo de progresso que somos incentivados a entender como bem-estar no mundo todo. Os grandes centros, as grandes metrópoles do mundo são uma reprodução uns dos outros. Se você for para Tóquio, Berlim, Nova York, Lisboa ou São Paulo, verá o mesmo entusiasmo em fazer torres incríveis, elevadores espiroquetas, veículos espaciais [...] Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos peças bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes - a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente

que fica agarrada na terra (Krenak, 2020, p. 20-22).

Aqui Krenak usa termos como “sub-humanos” no sentido de que esses povos e saberes são invisibilizados, marginalizados. Neste cenário produtivista do capitalismo, são essas mesmas pessoas que mantêm, movidas, dentre outras coisas, por suas crenças e espiritualidades interligadas à terra, o equilíbrio ambiental. E as mulheres, em geral, são as que carregam e repassam os conhecimentos e culturas socioambientais. É preciso, por conseguinte, olhar para esses saberes à margem como sendo um dos meios propiciadores de discutir, planejar e criar uma mudança de paradigma social – um paradigma ecológico, um futuro ancestral (Krenak, 2022).

Mesmo nessas comunidades onde as pessoas já experienciam modos sociais e políticos ecológicos, mulheres ainda são vítimas do patriarcado. Corpos dissidentes, como os femininos, os pretos, os indígenas, LGBTQIAPN+, são vítimas de muitas formas de opressão. O ecofeminismo reconhece que as violências de gênero se amalgamam as violências de classe e ao racismo. À vista disso, é que o ecofeminismo, não importando qual perspectiva, entende que

relacionar a exploração da Natureza e a opressão das mulheres nas sociedades patriarcais, baseados, entre outros aspectos, no reconhecimento de que essas formas de dominação estão ligadas a inúmeras formas de exploração. A partir de então, o postulado principal do ecofeminismo passou a defender a ideia de que todas as questões de dominação estão interconectadas. Portanto, para compreender como acontece a opressão das mulheres e a destruição dos recursos naturais é preciso dirigir o olhar às relações entre os vários sistemas nos quais o poder está constituído (Torres, 2009, p. 165).

Assim sendo, a questão ecofeminista compreende

que todos os grupos marginalizados estão submetidos ao capitalismo patriarcal e suas muitas formas de dominação, de modo a não ser exequível desassociar a defesa pelas mulheres e outros grupos minoritários da defesa do meio ambiente. Empenhar-se pelo equilíbrio ecológico é, ademais, empenhar-se por mudanças sociais.

A solução da crise ambiental tanto quanto a da opressão feminina não devem ser tratadas isoladamente. O alcance do equilíbrio ecológico global, assim como a emancipação, não só das mulheres, mas de todos os seres humanos, dependem de uma “articulação ético-política”, que propiciará a mudança estrutural e organizacional da sociedade (Torres, 2009, 169).

Portanto, a superação da crise climática pode ser possível ao aliarmos as muitas lutas de classe às lutas promovidas por mulheres ancestrais, como as mulheres quilombolas, que se empenham há séculos pela preservação da coletividade, pela conservação da identidade negra, que em muito se interliga à natureza. A questão ecofeminista, nesse contexto, abala as estruturas hierárquicas de poder no capitalismo, o que propicia a propagação e perpetuação dos Direitos da Natureza, ao mesmo tempo que os Direitos da Classe Trabalhadora.

(ECOS)FEMINISMOS EM *TORTO ARADO*: uma leitura de bibiana, belonísia e santa rita pescadeira

A narrativa **Torto arado** inicia nos apresentando as irmãs Bibiana e Belonísia durante a infância, brincando em sua casa localizada na fazenda Água Negra. Certo dia, elas decidem abrir a mala de Donana, sua avó, atividade que era proibida – a mala ficava embaixo da cama, o que transmite para nós, leitores, a ideia de segredo. Dentre os itens que estavam dentro da mala, havia uma faca

prateada. As meninas, encantadas pelo lindo objeto, resolvem colocá-lo na boca, para sentir o seu gosto.

Na ânsia de experimentá-la, Belonísia, de súbito, puxa a faca da boca de Bibiana, o que a fere e, ao lambê-la, fere-se gravemente também. A descrição de Bibiana acerca desse momento merece nossa atenção, dado que conseguimos perceber como os elementos pessoa/natureza são intrínsecos: “havia um cheiro de batata queimada, mas tinha também o cheiro do metal, o cheiro do sangue que ensopava minha roupa e a de Belonísia” (Vieira Junior, 2020, p. 16). O cheiro do metal-faca se mistura ao cheiro do sangue, que igualmente exala um odor férreo. Deste modo, pode-se dizer que o ferro que as corta e o sangue que desce de seus ferimentos são semelhantes. O objeto ferro presente na faca e no sangue pode simbolizar a dureza, a frieza, e exprime como esse acontecimento traria consequências extremamente dolorosas para ambas.

Ao retornarem do hospital que ficava na cidade, Bibiana observa como

era diferente o mundo além de Água Negra! Como era diferente a cidade com suas casas grudadas umas às outras, dividindo paredões. As ruas calçadas com pedras. O chão das nossas casas e dos caminhos da fazenda era de terra. De barro, apenas, também servia para fazer a comida de nossas bonecas de sabugo, e de onde brotava quase tudo que comíamos. Onde enterrávamos os restos do parto e o umbigo dos nascidos. Onde enterrávamos os restos de nossos corpos. Para onde todos desceriam algum dia. Ninguém escaparia” (Vieira Junior, 2020, p. 20).

As casas grudadas do ambiente urbano expressam universalidade, como se naquele espaço todos tivessem vidas, alegrias e problemas iguais. Ao mesmo tempo, isso relembra as colocações de Krenak (2020, p. 39), sobre como a “máquina estatal atua para desfazer as formas

de organização das nossas sociedades, buscando uma integração entre as populações e o conjunto da sociedade brasileira”.

Bibiana afirma que as ruas são de pedras, sugerindo que os caminhos do ambiente urbano e suas possibilidades parecem ser mais seguras, entretanto, são muito duras. Isso é percebido quando Bibiana foge com seu marido, Severo, para a cidade. Embora ela tenha a oportunidade de estudar e trabalhar no período que passou inserida na cidade, quando retornam para a fazenda, o casal reconhece que a vida fora do espaço rural é igualmente difícil para pessoas pretas e pobres.

A personagem nos conta, ainda, que as ruas e as casas da fazenda são de terra/barro: além de expressar a conexão existente entre as pessoas e a terra, a fala transmite efemeridade, já que casa de barro não dura muito tempo, insinuando um não-pertencimento. Os moradores-trabalhadores de Água Negra não tinham a permissão de construir casas de tijolos na fazenda, relembrando como no Brasil a desigualdade social se expressa por meio da má distribuição de território e de renda. A esmagadora maioria da população, que trabalha e produz, não possui os meios de produção, como terra e o território.

A efemeridade, além de simbolizar um não-pertencimento, também traz a sua ideia dicionarizada de passageiro, vulnerável: os restos do umbigo dos nascidos e os corpos dos mortos são enterrados, lembrando-nos da brevidade da vida. Nascidos e mortos tem pedaços de seu corpo, ou seu corpo por inteiro, misturados à terra, fazendo metáfora, mais uma vez, a nossa ligação com ela, como se os nossos corpos fossem corpos-terra, corpos-territórios.

Bibiana conta em momentos posteriores da obra que ela e sua irmã, Belonísia, se tornaram inseparáveis

após o trágico incidente:

Quando retomamos as brincadeiras, havíamos esquecido as disputas, agora uma teria que falar pela outra. Uma seria a voz da outra. Deveria se aprimorar a sensibilidade que cercaria aquela convivência a partir de então. Ter a capacidade de ler com mais atenção os olhos e os gestos da irmã. Seríamos as iguais. A que emprestaria a voz teria que percorrer com a visão os sinais do corpo da que emudeceu. A que emudeceu teria que ter a capacidade de transmitir com gestos largos e também vibrações mínimas as expressões que gostaria de comunicar. Para que essa simbiose ocorresse e produzisse um efeito duradouro, as disputas ficaram, naturalmente e por um tempo, de lado. Ocupávamos o tempo com as apreensões do corpo da outra [...] Com o passar dos anos, esse gesto se tornou uma extensão das nossas expressões, até que nos tornamos uma à outra, sem perder a nossa essência [...] Foi assim que me tornei parte de Belonísia, da mesma forma que ela se tornou parte de mim. Foi assim que crescemos, aprendemos a roçar, observamos as rezas de nossos pais, cuidamos dos irmãos mais novos. Foi assim que vimos os anos passarem e nos sentimos quase siamesas ao dividir o mesmo órgão para produzir os sons que manifestavam o que precisávamos ser (Vieira Junior, 2020, p. 23-24).

No fragmento, observamos o uso de termos tais como “iguais”, “simbiose”, “uma à outra”, “parte de”, “siamesas”, que estão dentro de um mesmo campo semântico e refletem a intensidade da ligação entre as personagens. A correlação que se faz entre Bibiana, Belonísia e a terra é semelhante a que se faz entre as duas meninas. Isso se dá porque todos são a mesma coisa: natureza. É natureza a pessoa e o mundo em que se vive.

Quando mais velha, Bibiana se envolve sexual e romanticamente com Severo, seu primo. Ao falar de suas primeiras relações amorosas com o homem, a personagem diz que essas ocorreram na mata, nas margens do rio Santo Antônio. Neste sentido, a mata pode simbolizar o sentimento de liberdade e de paixão advindo do ato

sexual. O rio, água como é, caracteriza a vida. E seu nome – Santo Antônio – faz referência a divindade casamenteira. Logo, as relações sexuais ocorridas no interior da floresta simbolizam o casamento de Bibiana e Severo, que tem a natureza como testemunha. “Naquela terra mesmo, entranhada da secura da falta de chuva, deixamos nossos suores para que lhe servisse de alívio [...] Depois de tanto ouvirmos falar sobre crianças mortas, a natureza, misteriosa e violenta, nos impelia a conceber a vida” (Vieira Junior, 2020, p. 76).

Durante o sexo, é comum que os corpos envolvidos transpirem em razão do gasto de energia. No caso do referido casal, o suor dos seus corpos é que molha a terra, seca pelo período de estiagem. O fragmento analisado permite afirmar que essa terra que permite nossa vida, por vezes, também precisa das ações humanas para ser cuidada – a terra também é a gente. A terra, que produz o alimento e outras coisas necessárias para sustentar a vida humana e não-humana, agora se interliga às relações sexuais de Bibiana. A terra e o sexo são, deste modo, veículos que proporcionam a vida.

Bibiana engravida, e preocupada com as escassas oportunidades de ascensão social na fazenda Água Negra, foge com Severo para a cidade. Essa mudança de espaços quebra sua relação íntima com a terra e com sua irmã, Belonísia. Apesar disso, em uma espécie de revolução, Bibiana alcança espaços que até então não eram permitidos a corpos pretos – os espaços urbanos. Talvez seja por isso que a primeira parte do romance receba esse título, “Fio de Corte”, porque Bibiana se aparta, temporalmente, fisicamente e figurativamente de sua irmã e de seu território de origem. Todo corte, porém, se cura com tempo e, semelhantemente, Bibiana retorna à Água Negra depois de passado certo período, recuperando sua

relação com terra e com a irmã caçula.

É importante tomar nota que é por meio dessa separação que ela e Severo entram em contato com os sindicatos dos ambientes urbanos, que os auxiliam a assumirem sua identidade de povos quilombolas. Fazendo-nos refletir como espaços rurais e urbanos precisam se unir no sentido de lutarem juntos pela construção de uma sociedade mais justa e ecológica. Sua partida não é fácil, Bibiana se preocupa com seus pais, irmãos mais novos e, sobretudo, com Belonísia e sua surdez. Sua busca por ascensão social afetaria, principalmente, suas responsabilidades familiares, como o cuidar da casa e dos parentes – papéis esses que são majoritariamente colocados sobre o gênero feminino.

O corte da relação entre as irmãs, naturalmente, causa muitas ansiedades em Belonísia. A segunda parte de **Torto arado**, que recebe o mesmo título, *Torto arado*, tem como foco narrativo a personagem Belonísia. Ao lermos os seus pensamentos, conseguimos compreender tamanha angústia que seu estado de surdez a causou, pois acarretou no isolamento social da personagem. Belonísia pertencia a uma família negra, sem condições financeiras para arcar com o tratamento para recuperar a fala oral. Ao refletir sobre o incidente com faca, ela rememora

ter ouvido os médicos falarem que teria dificuldade para falar e me alimentar. Que teria que voltar sempre à cidade para ser acompanhada, fazer exercícios de fala. Mas não seria possível, não havia como deixar Agua Negra, morávamos distante, não haveria maneira de nos deslocarmos por tantas léguas com tanta frequência. No hospital da cidade mais próxima não havia médico que soubesse fazer o tratamento. Por isso me calei (Vieira Junior, 2020, p. 127).

Embora a maior razão para sua surdez ter sido o corte da língua, foi a situação de marginalização e

vulnerabilidade socioeconômica, a não possibilidade de continuar o tratamento de recuperação, que a silenciou.

Quando tenta emitir sons para formar palavras, Belonísia enfrenta ainda outras dificuldades:

Passado muito tempo, resolvi tentar falar, porque estava sozinha me embrenhando na mesma vereda que Donana costumava entrar. Ainda recordo da palavra que escolhi: arado [...] O som que deixou minha boca era uma aberração, uma desordem, como se no lugar do pedaço perdido da língua tivesse um ovo quente. Era um arado torto, deformado, que penetrava a terra de tal forma a deixá-la infértil, destruída, dilacerada (Vieira Junior, 2020, p. 127).

Uma vez que não consegue falar a palavra “arado” do modo que deseja, Belonísia se abala emocionalmente. A palavra “arado” (que significa mexer e revolver a terra) é a sua favorita de língua portuguesa porque é a atividade de lidar com a terra, plantar, colher, que traz maior regozijo para a vida da personagem. Por não conseguir se expressar oralmente e perceber-se em um estado de isolamento, Belonísia se sente como terra infértil, já que as palavras, como a terra, são expressão da e para a vida. Quando esse dom lhe é retirado, a mulher vê a si mesma como algo incompleto.

Neste sentido, torna-se ainda mais significativo a segunda parte do livro chamar-se *Torto arado* – os falantes de língua portuguesa brasileira geralmente organizam, sintaticamente, as suas frases do seguinte modo: Sujeito (arado) + Adjetivo (torto) e menos comumente Adjetivo (torto) + Sujeito (arado). Dessa forma, a ideia que Belonísia tem de si mesma, de que é um arado torto, de que é alguém falho e quebrado, é acentuada pela ordem frasal utilizada no título = torto + arado.

Ao atingir a maioridade, Belonísia conhece Tobias, por quem se enamora e passa a ter um relacionamento

amoroso. Após o casamento, eles passam a morar juntos na terra de Tobias, onde havia um casebre. O local era sujo, bagunçado e precário, ao ponto de Belonísia chegar a pensar: “graças a Deus por estar muda porque não saberia o que falar diante daquela pocilga” (Vieira Junior, 2020, p. 111). Antes de juntar-se a Tobias, Belonísia fora avisada da imundície da casa, mas continuou sendo incentivada a casar-se com o homem, pois aquele local “em breve se tornaria um lugar que poderia me trazer gosto. Nada que uma mulher não possa dar jeito” (Vieira Junior, 2022, p. 110). A personagem, mesmo possuindo conhecimentos profundos sobre medicamentos naturais, sobre agricultura, ainda era submetida aos papéis sociais de gênero – de que mulher é quem deve cuidar do lar. Confirmando, mais uma vez, que mesmo em comunidades onde já existem práticas agroecológicas, respeito e conexão com a terra e o território, o patriarcado e seus efeitos ainda atingem meninas e mulheres.

Tobias revela ser beerrão e briguento, está sempre quebrando os móveis da casa e dirigindo palavras hostis à Belonísia, que se torna vítima de violência verbal. Inserida nessa realidade hostil, a personagem passa a se dedicar, integralmente, a agricultura, trabalho que a deixava feliz.

Ele [Tobias] continuou com os insultos, mas deixei meu coração aquietar. Trabalhar a terra tinha desses sentimentos bons de amansar o peito, de serenar os pensamentos ruins que me cercavam. Pensava em tudo que estava distante, menos em Tobias descontrolado a poucos metros, na tapera que chamava de casa. Quando dei por mim já era noite, o sol se pôs, e o canteiro estava bonito, tinha crescido de trabalho. Voltei para casa para limpar a cozinha (Vieira Junior, 2020, p. 121).

Mesmo com a imposição social de gênero fazendo-a realizar trabalhos vistos como femininos, como limpar a

casa, Belonísia realiza com prazer trabalhos vistos como masculinos, o de arar a terra. No metabolismo social, as relações dos trabalhadores são afetadas pelas lógicas de exploração e dominação capitalistas e uma das bases de domínio capitalistas é o patriarcado, portanto, no caso de Belonísia, sua relação com a terra é afetada por uma lógica patriarcal-capitalista.

Os saberes ancestrais medicinais de Belonísia também são notados na narrativa. Em certo dia, Maria Cabocla, sua amiga, é violentada fisicamente por seu esposo. Temendo ser assassinada, foge para casa de Belonísia, onde é recebida com um chá de capim-santo, reconhecido por suas propriedades calmantes. O acolhimento que Maria recebe de Belonísia denota ainda outro ponto importante das lutas feministas - mulheres precisam apoiar outras mulheres.

Apesar de trespassada pelas violências de gênero, são os saberes de Belonísia acerca da terra e território e sua espiritualidade negra ancestral que culminam na libertação do povo de Água Negra. Após a morte de Zeca Chapéu Grande, seu pai, e de Severo, seu cunhado, uma nova família assume a fazenda onde moravam. O povo, insatisfeito, passa a lutar pelo direito de ter aquela terra, pois gerações e gerações de corpos pretos é que trabalharam nela. Mas apoiados pelas políticas estatais, que protegem a propriedade privada, os novos “donos” daquela terra, a família Peixoto, passa a expulsar os moradores-trabalhadores de Água Negra.

Belonísia, então, armada com a faca que um dia a amputou e silenciou, manifestada pela entidade Santa Rita Pescadeira e cheia de conhecimentos acerca da mata, prepara uma armadilha para Salomão Peixoto (o novo “dono” de Água Negra) e o assassina.

Belonísia era a fúria que havia cruzado o

tempo. Era filha da gente forte que atravessou um oceano, que foi separada de sua terra, que deixou para trás sonhos e forjou no deserto uma vida nova e iluminada. Gente atravessou tudo, suportando a crueldade que lhes foi imposta (Vieira Junior, 2020, p. 261).

Com ecos de fantástico, Belonísia figura as lutas e resistências de comunidades negras, quilombolas e de terreiro que foram escravizadas e marginalizadas por séculos, mas que seguem em busca de seus direitos. O ato de Belonísia, matar a Salomão, pode ser uma metáfora de como os ideais coloniais, extrativistas e latifundiários no Brasil precisam ser destituídos, para que realmente haja uma reforma agrária, que poderá culminar, enfim, no equilíbrio ecológico de nosso planeta, na preservação ambiental e na justiça social.

Santa Rita Pescadeira, encantada que faz de Belonísia seu novo corpo-cavalo, é quem conta a história do povo de Água Negra na terceira e última parte de **Torto arado**, intitulada *Rio de sangue*. Seu nome aparece desde os primeiros momentos da narrativa, durante as giras e outros eventos realizados no terreiro de Zeca Chapéu Grande. Dona Miúda, uma senhora de terceira idade que tinha como sustento principal a pescaria, manifesta a entidade antes de ela incorporar Belonísia nos momentos finais do romance. Inicialmente, as pessoas que frequentavam o terreiro de Zeca Chapéu Grande duvidam da existência de Santa Rita Pescadeira, dado que ninguém na região havia ouvido falar desta encantada. Entretanto, após a manifestação se repetir algumas vezes em Dona Miúda, os moradores-trabalhadores de Água Negra passam a depositar fé na entidade.

A encantada relata ao leitor que ela é uma entidade “muito mais antiga que os cem anos de Miúda. Antes dela, me abriguei em muitos corpos desde que a gente adentrou

matas e rios” (Vieira Junior, 2020, p. 203). A busca pela “pedra brilhante”, o diamante, naqueles territórios, fez com que as florestas e os rios fossem devastados – uma metáfora à perda da fauna e da flora pelo extrativismo capitalista. Com a deterioração da vida natural, a encantada diz que as pessoas “já não tinham porque pedir nada a Santa Rita Pescadeira”, por esta razão, “ninguém atinava a aprender as cantigas da encantada” (Vieira Junior, 2020, p. 205). A história de Santa Rita Pescadeira nos faz refletir que o afastamento de povos tradicionais de suas identidades e memórias interligadas à terra ocasiona um afastamento de si mesmos, de sua cultura ancestral. Faz-nos refletir, ainda, que o modo de produção do capital, além de ecocida, representado pela destruição da floresta onde morava a encantada, é também etnocida, representado pelo esquecimento da encantada.

Santa Rita Pescadeira afirma que Miúda, seu cavalo, a conseguiu trazer de volta ao mundo material pois ela era, como a encantada, apaixonada pelas águas, pelos rios. “Miúda roçava, mas sua paixão era pescar. Era acordar de madrugada e seguir sozinha para a beira do rio” (Vieira Junior, 2020, p. 205). Não há como desvencilhar a conexão de Miúda com o rio e com a espiritualidade. Santa Rita Pescadeira é espírito, mas também é o próprio meio ambiente. A entidade amava seu cavalo, devido sua tamanha ligação com a natureza. Ela descreve que Miúda não “usava sapatos porque seus pés eram [...] raízes” firmadas na terra. “Seus braços eram [...] nadadeiras” que se “me moviam na água” (Vieira Junior, 2020, p. 205). O momento de incorporação expressa a força da ligação entre o ser humano e a natureza, ou dito de outro modo, entre o material e o espiritual. Santa Rita Pescadeira é a representação do ecossistema vivo e ativo.

A encantada que é, ao mesmo tempo, espírito, meio-ambiente e ser humano, demonstra preocupação com o povo de Água Negra. Ela observa que os fazendeiros não permitiam que aquelas pessoas morassem,

verdadeiramente, naqueles territórios, submetendo-os a um estado de neo-escravização⁹. Ela afirma que “os *donos da terra* chamavam de *trabalhador e morador*” (Vieira Junior, 2020, p. 205, grifos nossos) a todo povo de Água Negra. Os termos grifados destacam as relações de poder existentes na agricultura capitalista brasileira, na qual grandes latifundiários exploram a mão de trabalho de pessoas comuns e as impedem de ter seus próprios territórios, perpetuando as divisões de classe e, desse modo, a pobreza.

Isto posto, quando incorpora Belonísia e lhe dá forças para “caçar” e matar a Salomão, Santa Rita Pescadeira possibilita que as pessoas de Água Negra tornem-se, algum dia, donas de uma terra que eram suas por direito. Não mais moradores-trabalhadores, esse entre-lugar agora tem chances de ser desmanchado.

No entanto, a encantada era uma entidade há muito esquecida pelo povo. Para ter contanto com a floresta, incorporou somente corpos femininos: o de Miúda e o de Belonísia. Na obra, Zeca Chapéu Grande envergonhava-se de ser corpo-cavalo para Santa Bárbara, nome católico do orixá Iansã, por esta ser uma entidade feminina e ele, um homem cis. Novamente, uma personagem feminina de **Torto arado**, mesmo diante de sua coragem e força, parece ser afetada pelos efeitos do patriarcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No romance **Torto arado**, de Itamar Vieira Junior, observamos a presença de discursos ecofeministas, especialmente ao abordar a relação das personagens femininas com a terra e o território. Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, embora possuam conhecimentos

9. Aqui entendemos neo-escravização como a continuidade da exploração da mão de obra barata negra, da continuidade de marginalização de corpos pretos, mesmo após a abolição da escravatura em 1888.

ancestrais, lutem social e politicamente e desempenhem papéis fundamentais na libertação do povo de Água Negra, não estão imunes aos efeitos do patriarcado.

Mesmo em comunidades tradicionais, como os quilombolas, que possuem uma relação profunda com a natureza, os corpos femininos continuam a ser atravessados por violências de gênero. Isso ocorre porque a lógica capitalista, uma ideologia global baseada na exploração, permeia tanto as ações individuais quanto públicas. Portanto, as discussões ambientais não devem se dissociar das questões de gênero, raça, sexualidade e classe, uma vez que todos esses aspectos são impactados pela lógica do capital. Ao questionarmos e combatemos essa ideologia de dominação e exploração, chegamos ao cerne do problema ecofeminista e ecossocial: o modelo de produção mercadológico, que explora as mulheres e a natureza.

A urgência de repensar e destituir o sistema econômico, político e social vigente se intensifica diante da emergência climática crescente. Pesquisadores como Krenak (2020) e Lowy (2014) apontam nossa geração como responsável por encontrar formas de evitar o colapso ambiental. Alinhar as questões ambientais às demandas da reforma agrária quilombola, por exemplo, pode ser um caminho para enfrentar as ecocrises, já que comunidades ancestrais, como os quilombolas, praticam modos de vida que respeitam e harmonizam com a Mãe-Terra.

Mulheres dessas comunidades tradicionais têm, há muito tempo, adquirido e aplicado conhecimentos sobre agroecologia em suas práticas diárias. Além disso, estão ativamente envolvidas em lutas sociais e ecológicas, como a busca pelos direitos dos negros, quilombolas e povos de terreiro. O discurso ecossocial dessas comunidades não coloca a humanidade como superior à natureza, mas

como parte intrínseca, dependente e interconectada dela. Isso se contrapõe à ecologia-mundo do Capitaloceno, que organiza o meio ambiente com base no ideal exploratório e na busca incessante por superprodução e lucro.

A narrativa de **Torto arado** traz à tona elementos da cultura e identidade afro-brasileira, como religiosidades e agroecologias, ao mesmo tempo em que promove discussões ecofeministas e ecossociais. A obra também reafirma a resistência cultural e de identidade negra. As questões abordadas nela nos convidam a refletir criticamente sobre problemas sociais como o patriarcado e a crise climática, destacando a capacidade da literatura e de outras artes em desenvolver uma consciência crítica essencial para a superação da opressão.

Assim, esperamos que este estudo, centrado nas personagens femininas de **Torto arado** nos ajude a ponderar como as lutas negro-quilombolas, especialmente as lideradas por mulheres, podem ser um caminho para dismantelar a exploração do trabalho e da natureza, indo à raiz do problema: a lógica dominadora e patriarcal do capital.

REFERÊNCIAS

GUATTARI, F. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 2024.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOWY, M. **O que é ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, K. **O capital**: extratos por Paul Lafargue. São

Paulo: Veneta: 2014.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo: teoria, crítica y perspectivas**. ed. ampl. Barcelona: Icaria, 2014.

MOORE, J. **Antropoceno ou capitaloceno?** Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

REY TORRIJOS, E. La visión ecofeminista: desarrollo, expansión y contribución al futuro del feminismo. **Feminismo/s**, San Vicente del Raspeig, p. 17-46, dez. 2013.

RODRIGUES, A.; SILVA, S. **Ecosocialismo brasileiro: avanços e desafios**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

ROSO, B.; ESPINDOLA, A. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável: um estudo de caso diante da perspectiva da sustentabilidade e da sociedade em rede. **Direito e justiça: reflexões sociojurídicas**, Santo Ângelo, v. 21, n. 40, p. 59-79, 2021. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/direitoejustica/article/view/398>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SAITO, K. **O ecosocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SERVULO, A. **Dialética da natureza em Karl Marx: a crítica ambiental do ecosocialismo**. Curitiba: CRV, 2019.

TORRES, M. O ecofeminismo: “um termo novo para um saber antigo”. **Terceira margem**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 20, p. 157-175, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11043/0>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VIEIRA JUNIOR, I. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2020.

CAPÍTULO 6

(DES)MEDIDA PROVISÓRIA: RACISMO ESTRUTURAL E OLHARES NEGROS EM CENA

ARIANE FERREIRA DE LIMA
GILBERTO FREIRE DE SANTANA



(DES)MEDIDA PROVISÓRIA: RACISMO ESTRUTURAL E OLHARES NEGROS EM CENA¹⁰

RESUMO: Este estudo aborda o filme **Medida Provisória** (2020), de Lázaro Ramos, como fonte de conhecimentos sobre o racismo estrutural e os olhares negros. O objetivo é demonstrar como a leitura do filme promove a conscientização antirracista, reconhecendo o cinema negro-brasileiro como lugar de experiência estética, reflexões críticas e práticas pedagógicas. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica fundamentada, principalmente, em Almeida (2018), Carrière (2015), Carvalho (2005; 2022), Cazden *et al.* (2021), Fanon (2021), hooks (2019), Napolitano (2018) e Ribeiro (2017). A metodologia enfatiza a interpretação do discurso narrativo e a leitura de fotogramas, elementos que compõem a análise do filme. Os resultados evidenciam que **Medida Provisória** (2020) promove a autorrecuperação política da negritude porque recria memórias do racismo colonial e enfatiza o *amor à negritude* como afeto político, corroborando com a conclusão de que o cinema negro é uma importante fonte de conscientização antirracista.

Palavras-chave: Cinema negro. Racismo estrutural. Olhar negro.

EXECUTIVE (DIS)ORDER: STRUCTURAL RACISM AND BLACK GAZE INTO PLAY

ABSTRACT: This study looks at the film **Executive Order** (2020), by Lázaro Ramos, as a source of knowledge about structural racism. This study is the result of research developed by the authors within the Institutional Program of Scientific Initiation (PIBIC), cycle of 2022 to 2023, at the Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), with funding from the Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

racism and black perspectives. The aim is to demonstrate how reading the film promotes anti-racist awareness, recognizing Black-Brazilian cinema as a place for aesthetic experience, critical reflection and pedagogical practices. In order to achieve this objective, we carried out a bibliographical survey, based mainly on Almeida (2018), Carrière (2015), Carvalho (2005; 2022), Cazden *et al.* (2021), Fanon (2021), hooks (2019), Napolitano (2018) and Ribeiro (2017). The methodology emphasizes the interpretation of the narrative discourse and the reading of frames, elements that make up the analysis of the film. The results show that **Executive Order** (2020) promotes the political self-recovery of blackness because it recreates memories of colonial racism and emphasizes *love for blackness* as a political affection, corroborating the conclusion that Black cinema is an important source of anti-racist awareness.

Keywords: Black cinema. Structural racism. Black gaze.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação socializa, com as novas gerações, os conhecimentos historicamente produzidos. Na sala de aula, o repertório cultural dos educandos e educadores é transpassado pelas alteridades, e os sistemas semióticos funcionam como pontes de significação que facilitam o diálogo com as diferenças. Nesse cenário, o cinema destaca-se pelo seu potencial humanizador, mobilizando afetos e proporcionando leituras alternativas de mundo.

O estudo do cinema negro integra-se às práticas pedagógicas antirracistas, uma vez que o cinema, enquanto expressão, transcende a barreira da escrita, ao incorporar emoções, valores, ideologias, conceitos e contradições em seu discurso. Assim, o cinema negro se configura como uma fonte relevante de conhecimento e reflexão

crítica. Em virtude disso, este estudo objetiva demonstrar como a leitura do filme **Medida Provisória** (2020) pode promover a conscientização antirracista. Especificamente, busca-se refletir sobre a dimensão pedagógica do cinema, discutir a representação do negro no cinema brasileiro e compreender o racismo estrutural e o lugar de falar.

A metodologia consiste na revisão de literatura relativa às questões de raça, racismo e representação do negro, fundamentando-se em obras de Almeida (2018), Bento (2022), Devulsky (2021), Fanon (2021), hooks (2019) e Ribeiro (2017); no cinema negro brasileiro de Autran (2011) e Carvalho (2005; 2022); na linguagem cinematográfica de Carrière (2015); na análise fílmica de Aumont e Marie (2010); no cinema e ensino de Napolitano (2018) e Reia-Baptista (1995); na educação antirracista de Pinheiro (2023) e na pedagogia dos multiletramentos de Cazden *et al.* (2021), entre outros autores. A leitura de **Medida Provisória** abarca aspectos temáticos, como as relações raciais, e elementos estruturais, como a narrativa e a imagem, sendo a análise fílmica respaldada por fotogramas (Aumont; Marie, 2010).

A análise evidencia que o filme **Medida Provisória** (2020) desempenha um papel importante na promoção da autorrecuperação política negra, ao retratar memórias traumáticas do tráfico negreiro e do processo de embranquecimento da população, destacando o *amor à negritude* como um afeto político significativo em uma sociedade marcada pelo ódio racial. Assim, a pesquisa contribui para a compreensão do cinema negro como ferramenta crítica e pedagógica na luta contra o racismo estrutural.

A dimensão pedagógica e multimodal do cinema

A tradição educacional, fundamentada na transmissão oral e escrita do conhecimento, consolidada pelas ideias positivistas do século XIX, posicionou o professor como o único transmissor do saber, enquanto o aluno assumia uma postura passiva. Com a globalização e a multiplicação de canais de comunicação a partir do século XX, passou a ser necessário repensar as práticas pedagógicas para abarcar ambientes de aprendizagem multiculturais, multilinguísticos e multissemióticos (Cazden *et al.*, 2021).

A pedagogia dos multiletramentos, proposta pelo Grupo de Nova Londres (GNL) em 1994, enfatiza o desenvolvimento de habilidades de leitura, interpretação e comunicação, reconhecendo a diversidade linguística e cultural. A abordagem da multimodalidade destaca que, além do verbal, modos como imagens, sons, gestos, formatação e espaço participam da produção e interpretação de sentidos. Cada modo possui potencialidades e limitações, sendo moldado socioculturalmente. Em vez de tratar os modos isoladamente, a multimodalidade os inter-relaciona e sublinha suas interações na significação dos textos.

Os filmes, por sua natureza multimodal, articulam imagens, sons e movimentos; e, dessa forma, possibilitam o desenvolvimento de competências relativas tanto à compreensão dos discursos audiovisuais, quanto à análise das formas narrativas e dos recursos expressivos que o cinema oferece (Napolitano, 2018). A dimensão pedagógica do audiovisual permite que qualquer filme seja educativo, desde que apropriado de forma didática (Reia-Baptista, 1995).

Na escola, o cinema é reconhecido como uma

fonte de conhecimento acerca da história cultural recente, atuando como um *currículo paralelo* que influencia tanto os processos de ensino-aprendizagem, quanto a formação dos valores, atitudes e ideologias dos educandos. Napolitano (2018) ressalta a peculiaridade do cinema ao integrar comunicação, cultura de massa, indústria do lazer e obra de arte coletiva, exigindo que o professor, como mediador, promova uma leitura crítica que vá além do entretenimento. Assim, o filme é utilizado como fonte de análise, na qual a discussão dos argumentos, roteiros, personagens e valores éticos e ideológicos presentes na narrativa fomenta o desenvolvimento do olhar crítico e do letramento cinematográfico dos alunos (Napolitano, 2018).

A linguagem cinematográfica é uma forma de nomear a dor, mas também fornece palavras e imagens para articular o prazer (hooks, 2019). Dessa forma, favorece o encontro do espectador com a negritude, a consciência negra e o antirracismo decolonial. O papel da escola envolve, então, a formulação e a adesão aos mecanismos de combate ao racismo (Pinheiro, 2023). Nesse sentido, tomamos o filme **Medida Provisória** (2020) como fonte de olhares e reflexões acerca das imagens do negro no cinema e na cultura brasileira.

Imagens do negro na cultura e no cinema brasileiro

O racismo é um elemento cultural. Para Fanon (2021), ele não representa a totalidade, mas é a faceta mais visível da estrutura sociocultural. Em regimes coloniais, o opressor busca desestabilizar o sistema de referências do oprimido por meio da objetivação, aprisionamento, simplificação e exotificação. “A constelação social, o conjunto cultural, são profundamente remodelados pela

existência do racismo” (Fanon, 2021, p. 16), repercutindo em todos os níveis de sociabilidade.

As representações cinematográficas do negro formam discursos significativos sobre raça, influenciando a percepção social e a construção coletiva de significados (Autran, 2011). hooks (2019) destaca que os filmes determinam, mais do que qualquer outra mídia, como a negritude e as pessoas negras são vistas pelos outros grupos, com base nas relações de sentido mantidas com as imagens. Segundo Carvalho (2005), o cinema brasileiro apresenta metáforas raciais evidentes nas três fases definidas por Orlando Senna: (1) o *Cinema Branco* (1898–1930), marcado pelo etnocentrismo europeu e pela ausência de representatividade negra; (2) o *Cinema Mulato*, surgido após a Revolução de 30, influenciado pela ideologia da democracia racial de Gilberto Freyre e caracterizado pela exotificação da mestiçagem; e (3) o *Cinema Negro/Povo*, representado pelo Cinema Novo, em que o negro simboliza uma população empobrecida e oprimida, denunciando a exploração de classe sem uma análise racial crítica.

O surgimento do cinema negro, conforme Carvalho (2022), foi impulsionado pelo ideário da africanidade e da negritude emergentes em 1970. Intelectuais negros criticaram o mito da democracia racial e ressaltaram a urgência de articular memória e cultura sob a perspectiva afro-brasileira, demandando autorias e representatividades negras no campo artístico. Em 1999, na cidade de São Paulo, foi articulado o *Dogma Feijoadada*, que estabeleceu sete paradigmas para o cinema negro brasileiro:

- 1) o filme tem de ser dirigido por um realizador negro; 2) o protagonista deve ser negro; 3) a temática do filme tem de estar relacionada com a cultura negra brasileira;

4) o filme tem de ter um cronograma exequível; 5) personagens estereotipados, negros ou não, estão proibidos; 6) o roteiro deverá privilegiar o negro comum brasileiro; 7) super-heróis ou bandidos deverão ser evitados (Carvalho, 2022, p. 16).

O cinema negro, ao reivindicar o direito à autodefinição e à autorrepresentação, enfatiza o lugar de fala no desenvolvimento das questões identitárias e na construção da imagem do negro (Autran, 2011; Ribeiro, 2017). Em resposta ao domínio branco, esse cinema desenvolve um olhar opositor, que propõe uma perspectiva questionadora, crítica e transformadora acerca da realidade (hooks, 2019).

Vozes negras em *medida provisória*

O filme **Medida Provisória** (2020) é o primeiro longa-metragem de ficção dirigido por Lázaro Ramos. O roteiro baseia-se na peça teatral **Namíbia, não!** (2011), de Aldri Assunção. Ele estreou em 2020, no 42º Festival Internacional de Cinema de Moscou, no qual foi eleito *Melhor Filme do Ano*; entretanto, seu lançamento comercial ocorreu apenas em 2021 (Medida [...], [2021]).

Medida Provisória apresenta um Brasil distópico, em que o governo deporta cidadãos negros para o continente africano. Essa política afeta uma família composta pelo casal Antônio (Alfred Enoch), advogado, e Capitu (Taís Araújo), médica, além do primo André (Seu Jorge), jornalista autônomo que vive com o casal. Antônio e André ficam presos em um apartamento, sem água, comida ou comunicação, enquanto Capitu se refugia em um *afrobunker* (semelhante aos quilombos), reconectando-se com sua ancestralidade e com a luta antirracista. O filme encena os conflitos raciais e socioculturais que estruturam o Brasil, mesclando humor, drama e *thriller*.

Na primeira etapa da análise, este estudo objetiva compreender o racismo estrutural representado no filme; na segunda, analisa o olhar negro do personagem André (Seu Jorge).

O racismo estrutural como norma

O conceito de raça é interpretado como histórico, relacional e, sobretudo, político. Segundo Almeida (2018), raça carece de significado fora do contexto socioantropológico, pois legitima a desigualdade social, a segregação racial e, até mesmo, o genocídio de grupos racializados. A raça é definida de duas maneiras: como característica biológica, quando a identidade é determinada pela aparência física/estética, e como característica étnico-cultural, quando está ligada à origem geográfica, religião, língua, cultura etc. (Almeida, 2018). Assim, o racismo constitui “[...] *uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem*” (Almeida, 2018, p. 25).

Em **Medida Provisória** (2020), as pessoas negras recebem as denominações *melaninas acentuadas* ou *melaninadas*. Contudo, essa nomenclatura contrasta com o funcionamento efetivo da identificação racial, baseada no fenótipo, ou seja, na estética, em vez da genética (genótipo) (Pinheiro, 2023). Dessa forma, o filme determina que cidadãos com aparência de ascendência africana, “mesmo que de longe”, sejam deportados, evidenciando um importante desdobramento do racismo: o colorismo. Nas palavras de Devulsky (2021, local. 24), o colorismo é:

Um sistema sofisticado de hierarquização racial e de atribuição de qualidades e fragilidades que, no Brasil, é oriundo da

implantação do projeto colonial português quando da invasão do território. Um sistema de valoração que avalia atributos subjetivos e objetivos, materiais e imateriais, segundo um critério fundamentalmente eurocêntrico. Seja em torno do fenótipo, seja com relação à carga cultural expressa pelo sujeito, a categorização do quanto um indivíduo é negro só ocorre após a leitura de que ele não é branco.

O branco funciona como “a regra e a régua” a partir da qual o Outro é racialmente definido (Devulsky, 2021, local. 25). No Brasil, o projeto de embranquecimento – que exclui os não brancos – objetiva privar a população negra do potencial da negritude e da “[...] *consciência negra*, que constituem a reação intelectual e política contra as condições [...] impostas pelo racismo”, permitindo a humanização do sujeito (Almeida, 2018, p. 60).

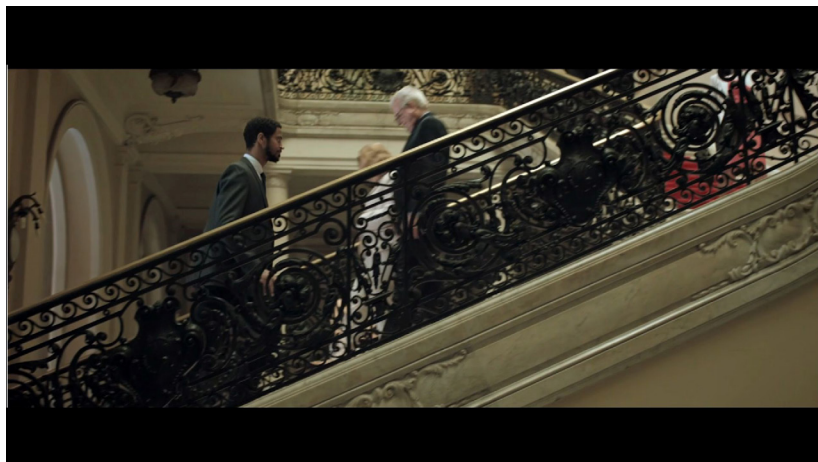
O filme também evidencia a estratificação social e a segregação racial como consequências da discriminação direta e indireta contra a população negra. A estratificação social é “[...] um fenômeno *intergeracional*, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado” (Almeida, 2018, p. 26), enquanto a segregação restringe o acesso a determinadas localidades e espaços sociais. Esses fenômenos aparecem na primeira sequência da narrativa, que utiliza escadarias como símbolo da estrutura social.

Na *Figura 1*, tem-se um plano médio com ângulo aberto que revela parte de um cenário, marcado pelo requinte da arquitetura e marcas de tempos idos na balaustrada da escada e nos traçados esculpidos. Nela se vê a presença negra de Antônio (Alfred Enoch), subindo a escada como quem chega e adentra em um espaço que secularmente foi negado aos seus. Remonta, assim, à afirmação de Emerica no seu documentário

AmarElo - É Tudo pra Ontem (2020), em que o rapper defende a reivindicação de espaços socioculturais que foram injustamente negados aos negros, como o Teatro Municipal de São Paulo, palco do filme.

Observa-se um contraste entre a juventude negra, representada por Antônio, que conquista o acesso a esses espaços, e o casal de idosos brancos, representantes daqueles que detêm os espaços de trânsito sociocultural.

Figura 1 - A subida das escadas coloniais



Fonte: Medida Provisória (2020, 1min 56s).

A escada simboliza a transição entre estados, representando o progresso e a superação de obstáculos (Chevalier; Gheerbrant, 2015). O movimento ascendente de Antônio indica o enegrecimento de espaços historicamente brancos, almejado pela luta antirracista.

O fotograma seguinte, *Figura 2*, exibe a escadaria em outra perspectiva. Os degraus brancos são cobertos por um tapete vermelho, enquanto o piso na base da

escadaria remete ao tabuleiro de xadrez, símbolo do “mundo manifestado” (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 966). A oposição entre o branco e o preto presente no cenário remete ao binômio branco/negro estruturante das relações étnico-raciais em uma sociedade racista. Os degraus brancos indicam que o processo de ascensão social implica a adoção da ética e estética da branquitude, isto é, o embranquecimento (Almeida, 2018).

Figura 2 - A mudança de trajetórias pela representatividade

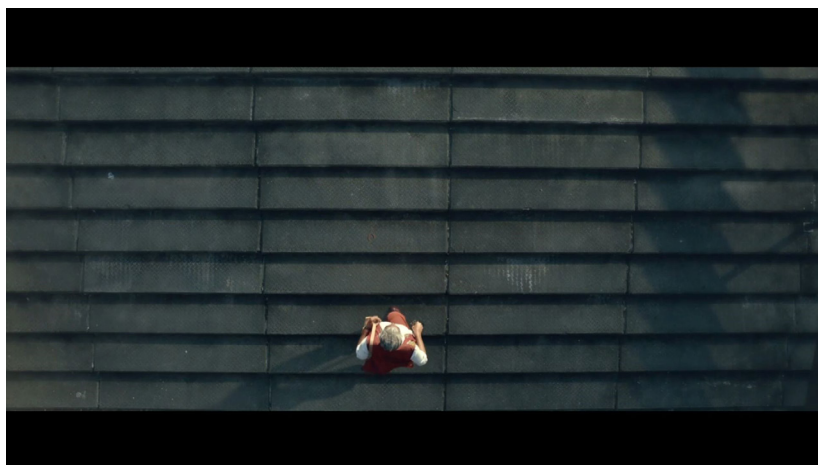


Fonte: Medida Provisória (2020, 2min 4s).

Os únicos indivíduos negros identificados na escadaria são Antônio e o zelador, enquanto os demais são homens brancos de terno e gravata. Antônio, advogado de classe média, acessa esse espaço; o zelador, embora no mesmo ambiente, ocupa uma posição subalternizada de classe que restringe seu acesso simbólico. Almeida (2018, p. 43) afirma que “[...] o pertencimento de classe explicitado na capacidade de consumo e na circulação

social” trata-se de fator preponderante na classificação racial. Esse aspecto aparece no segundo fotograma, que exibe um plano americano com a câmera posicionada acima do nível dos olhos do personagem, capturando o zelador de um ângulo superior (*plongée*) e transmitindo a impressão de inferioridade. Apesar disso, o movimento ascendente de Antônio altera a trajetória descendente do zelador, que o segue, demonstrando a importância da representatividade negra, comprometida com projeto antirracista, nos espaços socioculturais e institucionais

Figura 3 - A escada como símbolo da luta negra



Fonte: Medida Provisória (2020, 3min 20s).

Na *Figura 3*, Dona Elenita (Diva Guimarães) sobe as escadas do Banco Central, filmada de uma posição elevada que a encara de cima. A subida torna-se uma metáfora da busca do movimento negro por reparação social e igualdade racial. O idoso representa a memória viva de uma comunidade (Chevalier; Gheerbrant, 2015), remetendo tanto ao colonialismo escravocrata europeu, quanto à resistência negra e à herança africana. Dona

Elenita sobe os degraus construídos pela negritude, porém as portas do Banco Central não se abrem para ela. Embora a luta antirracista tenha conquistado a indenização pelo período escravocrata para Dona Elenita, primeira *melaninada* contemplada, tal direito lhe é negado e retirado com facilidade por aqueles que fazem as leis e as instituições, conforme os interesses da branquitude.

O episódio com Dona Elenita é narrado como um *flashback* que contextualiza o repúdio de Antônio ao cancelamento da indenização na sessão jurídica, assim como a atuação antirracista do personagem como advogado.

Figura 4 - A escada como metáfora do racismo estrutural na primeira sequência narrativa



Fonte: Medida Provisória (2020, 6min 51s).

O quarto fotograma (*Figura 4*), em plano americano, mostra Antônio descendo as escadas do tribunal após a sessão. A imagem, capturada através da balaustrada de ferro, gera a impressão de que ele está preso, enquanto o movimento descendente enfatiza o retrocesso político e

social decorrente do cancelamento da indenização. Esse plano demonstra que “a representatividade é sempre institucional e não estrutural [...]”, pois Antônio não detém “[...] o poder necessário para alterar as estruturas políticas e econômicas que se servem do racismo e do sexismo para reproduzir as desigualdades” (Almeida, 2018, p. 86, 87). A balaustrada simboliza a estrutura de poder colonial e as restrições impostas às vidas negras, prevendo também o confinamento de Antônio nas cenas seguintes.

A luta por reparação pelo período escravocrata tem raízes históricas profundas. Em 1883, Luiz Gama calculou que o Brasil devia mais de um trilhão de reais em salários não pagos aos africanos escravizados (Bento, 2022). O Estado jamais compensou a população negra, tendo indenizado apenas os escravocratas brancos, conforme a Lei do Ventre Livre de 1871 (Bento, 2022). O filme revela como a supremacia branca gera privilégios para seu grupo, em detrimento das populações racializadas, especialmente a negra, e demonstra que a legalidade modela as identidades raciais, definindo padrões e normas que orientam a ação individual nas instituições sociais (Almeida, 2018). Segundo Almeida (2018, p. 38),

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

Medida Provisória (2020) ilustra as relações estruturais do racismo ao expor as limitações e entraves das reformas alcançadas pela luta antirracista. O cancelamento da indenização dos *melaninados* indica que “as ferramentas do opressor nunca derrotarão a Casa-

Grande” (Lorde, 2019, p. 139-140). Tais ferramentas, ao impedir mudanças autênticas nas mãos do oprimido, tornam-se armas poderosas nas mãos do opressor, como comprova a aprovação da Medida Provisória nº 1888 no filme, em satírica referência à abolição da escravatura, celebrada em 13 de maio de 1888.

O filme explora as funções do racismo associadas ao poder do Estado. Almeida (2018) afirma que o racismo divide as pessoas com base em classificações raciais, determinando quem merece viver ou morrer; além disso, estabelece uma relação positiva com a morte do Outro, que inclui a exposição ao risco de morte, morte política, expulsão e rejeição. Dessa forma, o filme apresenta as diversas facetas do *fazer morrer*.

O necropoder manifesta-se tanto na deportação violenta dos *melaninados*, que estabelece a sua morte política, quanto nos espaços onde a norma jurídica da Medida não alcança. Nas periferias, a população é exterminada por bombardeios; no centro, Antônio (Alfred Enoch) e André (Seu Jorge) são privados dos recursos básicos para a sobrevivência, pois, segundo o Ministro da Devolução, Lobato (Cláudio Gabriel), é mais barato matá-los do que extraditá-los para a África (Medida [...], 2020).

As personagens Izildinha (Renata Sorrah) e Isabel (Adriana Esteves) exemplificam como a morte do Outro, entendido como abjeto, é considerada garantia de segurança, desenvolvimento saudável e “[...] fortalecimento do grupo ao qual se pertence” (Foucault, 2010 *apud* Almeida, 2018, p. 89). O racismo expresso por essas personagens ecoa as reflexões de Fanon (2021, p. 24):

Numa cultura com racismo, o racista é, pois, normal. A adequação das relações econômicas e da ideologia é, nele, perfeita. Certamente que a ideia que fazemos do homem nunca está totalmente dependente das relações econômicas, isto é, não o

esqueçamos, das relações que existem histórica e geograficamente entre os homens e os grupos. Membros, cada vez mais numerosos, que pertencem a sociedades racistas tomam posição. Põem a sua vida ao serviço de um mundo em que o racismo seria impossível. Mas este recuo, esta abstração, este compromisso solene, não estão ao alcance de todos. Não se pode exigir impunemente que um homem seja contra os "preconceitos do seu grupo".

Assim, Izildinha e Isabel alinham-se às relações econômicas e ideológicas estruturalmente racistas representadas no filme. Elas satirizam a necessidade do branco periférico de reafirmar sua branquitude, eliminando seu principal contraste, o negro, enquanto os tímidos protestos antirracistas organizados pela população branca revelam a cumplicidade da branquitude com a opressão racial.

O enredo revela a barbárie do processo de embranquecimento como estratégia de extermínio da população e da cultura negras, que estruturou a modernidade brasileira (Devulsky, 2021). O filme reencena memórias traumáticas do tráfico negreiro e as medidas de branqueamento para denunciar a continuidade do colonialismo na contemporaneidade. As violências exibidas evidenciam a peculiaridade do terror colonial: a colônia torna-se "[...] a imagem da desordem e da loucura. Não somente porque [...] [l]he] falte algo parecido com o Estado, mas, sobretudo, porque [...] [l]he] falte a *razão* materializada na imagem do homem europeu" (Almeida, 2018, p. 93).

Medida Provisória (2020) não oferece maiores contextualizações ou justificativas para o terrorismo branco. Embora isso tenha gerado críticas à narrativa, com a abolição da escravatura, a deportação de escravizados à África foi considerada uma alternativa para a construção de uma identidade nacional embranquecida,

porém se verificou impossível deportar todos os negros (Oliveira, 2017). Dessa maneira, a suspensão da descrença do espectador ocorre porque “não existem graus de racismo” (Fanon, 2021, p. 36): linchamentos, campos de concentração e outras violências circulam na memória, nas relações psicoafetivas e nas estruturas sociais, tornando desnecessária a justificativa dos desdobramentos do racismo no filme.

Portanto, o filme convoca o público a questionar a persistência das estruturas coloniais no Brasil e a refletir sobre como o racismo se manifesta em um sistema que seleciona vidas dignas de proteção e descarta outras. A emergência dos *afrobunkers*, em resposta ao caos social, reconstrói “o conceito de quilombo como território de memória, de resistência, de fortalecimento cultural” (Bento, 2022, p. 40). Assim, **Medida Provisória** (2020) não se restringe ao exame do passado ou às projeções futuras, mas viabiliza críticas contundentes ao presente. Lázaro Ramos destaca a urgência de construir um horizonte antirracista, conforme inspira a última cena do filme, em que a população negra marcha pelas ruas do Rio de Janeiro, determinada a *fazer viver* sua cor e sua cultura, mesmo em tempos de morte.

Lugar de fala, lugar de perspectiva

O conceito de lugar de fala refere-se ao campo social de produção do discurso, considerando que os espaços que ocupamos influenciam as experiências e perspectivas dos indivíduos (Ribeiro, 2017). A teoria do ponto de vista feminista e do lugar de fala, apresentada por Ribeiro (2017), refuta a pretensa universalidade epistemológica centrada no homem branco e rompe com o regime de autorização discursiva do opressor, enfocando

como o lugar social ocupado por determinados grupos molda suas experiências.

Ribeiro (2017, p. 64) afirma que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. [...] Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência”. Assim, as narrativas do Outro funcionam como contradiscursos que trazem à existência outras configurações de mundo e apontam as mudanças necessárias para construir uma realidade que celebre a diferença racial.

Intelectuais e artistas negros empenham-se em desmantelar os modelos hegemônicos, subvertendo paradigmas e rompendo o controle historicamente exercido pela branquitude sobre o mundo das imagens. Nesse processo, o cinema emerge como espaço de agência, pois a produção e o consumo de filmes influenciam significativamente as leituras sobre a negritude (hooks, 2019).

Fanon (2021) destaca que a autoridade colonial impõe ao oprimido novas maneiras de olhar e estabelece um juízo pejorativo sobre sua cultura original. Nesse contexto, hooks (2019) indica que o olhar permanece, globalmente, um lugar de resistência para o povo negro colonizado. Os sujeitos subordinados nas relações de poder aprendem, pela experiência, a desenvolver um olhar crítico e opositor. Essa perspectiva tem raízes históricas no período escravocrata, quando os negros eram desumanizados pelo controle do olhar e eram punidos por simplesmente olhar os brancos, pois sua capacidade de observação os afirmava como sujeitos. Esse controle negava suas subjetividades e reforçava a necessidade do olhar como forma de resistência. Assim, ao reivindicar e cultivar *consciência*, politiza-se as relações de olhar.

Considerando essa dinâmica, analisa-se o ponto de vista do personagem André (Seu Jorge) em **Medida Provisória** (2020). Conforme Aumont e Marie (2010), o ponto de vista em filmes narrativos define-se como o local de observação, geralmente atribuído a um personagem ou à instância narrativa, e a análise concentra-se na *mostra*, em oposição à narração. Os fotogramas selecionados correspondem às últimas cenas de André, quando ele se pinta de branco para entrar furtivamente no apartamento vizinho em busca de água. Ele aproveita para se lavar, mas é flagrado por Izildinha (Renata Sorrah), que colabora para sua captura e posterior assassinato pela polícia.

Figura 5 - A máscara branca da autonegação



Fonte: Medida Provisória (2020, 1h 12min 40s).

A *Figura 5* mostra André em um primeiro plano, onde sua figura, enquadrada dos ombros para cima, ocupa quase todo o cenário e transmite intimidade. Seu rosto reflete-se no espelho com leve distorção na borda. Ele pinta o rosto de branco, enquanto encara seu reflexo com os olhos cheios de lágrimas, de modo que o restante

da imagem permanece escuro. Essa composição sugere que a visão de si mesmo se dá através de uma imagem distorcida.

O rosto simboliza o “eu íntimo parcialmente desnudado, infinitamente mais revelador do que o resto do corpo” (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 790). O espelho, em vez de corrigir a imagem, participa de sua desfiguração. Ao aplicar o creme, André vivencia um doloroso processo de negação do eu imposto pela branquitude. O branco, frequentemente considerado uma não-cor ou uma não-raça, simboliza um mundo onde todas as cores se desvanecem, silenciando a alma (Almeida, 2018; Chevalier; Gheerbrant, 2015). Nesse caso, o silêncio equivale à destruição do eu, e a escuridão que envolve André representa seu isolamento e alienação, evidenciando a intensidade de suas emoções.

hooks (2019) afirma que a cultura supremacista branca exige a autonegação dos sujeitos. Indivíduos de ascendência africana sofrem um processo insidioso de renúncia à sua negritude, herança histórica e cultural, em favor da adoção dos valores e padrões estéticos da branquitude, processo que frequentemente se apresenta como necessário para sobreviver em um sistema que favorece a normatividade branca. Nas palavras da autora,

Esse desejo contraditório de possuir a realidade do Outro, ainda que seja uma realidade que fere e nega, é uma expressão do desejo de entender o mistério, conhecer intimamente através da imitação, como se esse conhecimento, usado como uma máscara, um amuleto, pudesse afastar o mal, o terror (Hooks, 2019, p. 296).

O fotograma ilustra esse processo: André disfarça sua negritude para acessar a água, símbolo de vida que lhe é negada, criando a falsa impressão de proteção contra o terror da branquitude. Contudo, a negação de sua identidade resulta em profundo sofrimento. Desde o início do filme, André expressa, com orgulho, sua identidade racial e a carga cultural afro-brasileira, cultivando o *amor à*

negritude defendido por hooks (2019).

Na *Figura 6*, André lava a brancura que desfigura sua negritude, simbolizando a libertação do eu. A água opõe-se à autonegação mortificadora do embranquecimento e desfaz as suas ilusões, revelando que há vida e alegria na negritude. Isso demonstra a potência do amor à negritude como posicionamento político que exige a rejeição das ideologias racistas e a desconstrução da categoria *branquitude*, caminho para a autorreconhecimento identitário (hooks, 2019).

Figura 6 - Lavando a máscara branca



Fonte: Medida Provisória (2020, 1h 17min 50s).

O *amor à negritude* é visto como ameaçador e suspeito, pois a supremacia branca depende da desvalorização da cultura negra e da construção de um sujeito colonial controlável (Almeida, 2018; hooks, 2019). Nesse contexto, “[...] ódio e medo estão entre os primeiros sinais que a ‘negritude’ evoca [...]” (hooks, 2019, p. 47), enquanto a *branquitude* se apresenta como benevolente, digna de amor e confiança, na imaginação pública.

Contudo, para os negros, a branquitude equivale a terror, conforme observa **Medida Provisória** (2020).

O mito da democracia racial convenceu grande parte da população de que o principal problema do Brasil é o patrimonialismo oriundo da colonização portuguesa, e não o racismo e a desigualdade social (Araújo, 2018). Esse apagamento “[...] dispersa a representação da branquitude na imaginação negra como aterrorizante” (hooks, 2019, p. 312), facilitando a assimilação e o esquecimento. Por isso, hooks (2019) afirma que contar histórias negras possibilita a autorrecuperação política.

A morte de André denuncia a violência policial e o racismo estrutural. O filme afirma: “em uma cultura de morte, viver é desobediência civil” (Medida [...], 2020). Em uma cultura de ódio à negritude, amar a negritude é um afeto político que transforma a forma de ser e ver dos sujeitos, valorizando histórias, culturas e identidades negras, e criando condições para resistir à dominação e à morte que ceifa vidas negras. Assim, a branquitude visa destruir não apenas o corpo de André, mas o potencial transformador dos afetos políticos que ele mobiliza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cinema se nutre de memórias, conscientes e inconscientes, representando uma fonte de conhecimento que ressoa com maior ou menor intensidade nas pessoas (Carrière, 2015). Nesse intrincado labirinto de imagens, que compartilhamos como seres humanos, os artistas negros expressam sua voz, sua história e sua identidade, elementos que, em algum momento, serão reencontrados e recordados por todos (Carrière, 2015; hooks, 2019).

O filme **Medida Provisória** (2020) recria cinematograficamente as dolorosas memórias do tráfico

de escravizados e do projeto de branqueamento que visava à erradicação da população e cultura negras. Promove, assim, a autorrecuperação política da comunidade negra. O caos encenado no enredo escancara as fissuras raciais profundamente enraizadas no Brasil. Lázaro Ramos projeta um futuro distópico que reflete o passado e sintetiza o presente, evidenciando as complexas interações entre discriminação, desigualdade, segregação racial e necropolítica.

A análise revela que o filme também oferece uma plataforma visual para explorar as potências do lugar de fala e dos olhares negros, integrando reflexões estéticas, teóricas e críticas sobre o mundo. O cinema negro se move no sentido de transformar as imagens, subverter símbolos, criar alternativas e mudar perspectivas, abrindo portas para representações transgressoras e para a mudança de paradigmas, essenciais na construção de um futuro social equânime (hooks, 2019). Esses resultados permitem afirmar a relevância do cinema negro como fonte de conhecimento e reflexão crítica, integrada às abordagens pedagógicas antirracistas.

Esta pesquisa avança no estudo do tema ao demonstrar que o cinema negro é um espaço de resistência e autorrecuperação política, capaz de subverter narrativas hegemônicas e transformar representações culturais. Além disso, a análise fílmica de **Medida Provisória**, desenvolvida nesta pesquisa, torna-se também fonte para o trabalho pedagógico. Assim, embora tenhamos privilegiado a análise da imagem, ressaltamos o caráter pedagógico do cinema negro como fonte de conhecimentos para o exercício multimodal e antirracista em sala de aula, bem como a importância da multimodalidade na produção de sentidos e interpretações cinematográficas. Em síntese, **Medida Provisória** (2020) consolida-se como

um relevante instrumento de crítica e transformação, reafirmando a relevância do cinema negro na promoção da autorrecuperação política e na construção de horizontes pedagógicos antirracistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Feminismos plurais).

ARAÚJO, J. Z. O tenso enegrecimento do cinema brasileiro nos últimos 30 anos. **Cinémas d'Amérique latine**, Toulouse, n. 26, p. 92-101, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cinelatino/4185>. Acesso em: 11 fev. 2023.

AUMONT, J.; MARIE, M. **A análise do filme**. 2. ed. Trad. M. Felix. Lisboa: Texto & Grafia, 2010.

AUTRAN, A. **Imagens do negro na cultura brasileira: considerações em torno do cinema, teatro, literatura e televisão**. São Carlos: EdUFSCar, 2011. (UAB-UFSCar).

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARRIÈRE, J-C. **A linguagem secreta do cinema**. Trad. F. Albagli; B. Albagli. ed. esp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CARVALHO, N. Introdução. Esboço para uma história do negro no cinema brasileiro. *In*: DÊ, J. **Dogma Feijoadá: o Cinema Negro brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do

Estado de São Paulo; Cultura - Fundação Padre Anchieta, 2005. p. 17-102.

CARVALHO, N. Introdução. *In*: CARVALHO, N. (org.). **Cinema negro brasileiro**. Campinas: Papyrus, 2022. p. 9-26.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 27. ed. Trad. V. C. e Silva; R. S. Barbosa; A. Melim; L. Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

CAZDEN, C.; COPE, B.; FAIRCLOUGH, N.; GEE, J.; KALANTZIS, M.; KRESS, G.; LUKE, A.; LUKE, C.; MICHAELS, S.; NAKATA, M. **Uma pedagogia dos multiletramentos**: desenhando futuros sociais. [Org. A. E. Ribeiro; H. T. Corrêa; Trad. A. A. Pinto; A. P. S. Faria; A. Kubo; M. Martins; M. F. Silva; M. Montandon; N. S. C. Gomes; R. A. G. Rocha]. Trad. A. A. Pinto. Belo Horizonte: LED, 2021.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Feminismos plurais). Livro eletrônico. Disponível em: <https://www.everand.com/book/501920833>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FANON, F. **Racismo e cultura**. Brasil: Terra Sem Amos, 2021. (Textos essenciais).

HOOKS, b. **Olhares negros**: raça e representação. Trad. S. Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

LORDE, A. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. *In*: LORDE, A. **Irmã outsider**. Trad. S. Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 137-142.

MEDIDA Provisória. Direção de Lázaro Ramos. Brasil: Elo Company; H20 Films, 2020. 1 DVD (94 min.).

MEDIDA Provisória: Apresentação. **Lázaro Ramos**, [2021]. Notícias. Disponível em: https://lazaroramos.com.br/sinopse_medida_provisoria/. Acesso em: 15 jun. 2024.

NAPOLITANO, M. **Como usar o cinema na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2018. (Como usar).

OLIVEIRA, A. M. B. **Religiões afro-brasileiras e o racismo**: contribuição para a categorização do racismo religioso. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/31472>. Acesso em: 13 fev. 2025.

PINHEIRO, B. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

REIA-BAPTISTA, V. Pedagogia da comunicação, cinema e ensino: dimensões pedagógicas do cinema. **Educación y Medio da Comunicación en el contexto iberoamericano**, Huelva, p. 2-5, 1995.

RIBEIRO, D. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos plurais).

CAPÍTULO 7

TESSITURAS NEGRAS: UMA CRONOLOGIA INVISIBILIZADA

ERONILDE DOS SANTOS CUNHA
DEIVANIRA VASCONCELOS SOARES



TESSITURAS NEGRAS: UMA CRONOLOGIA INVISIBILIZADA

RESUMO: Este artigo tem como objetivo evidenciar nomes que foram invisibilizados na história da nossa literatura, apagados, quase em sua totalidade, da cultura nacional. Sendo assim, apresenta a importante contribuição literária de escritoras/es negras/os como Maria Firmina dos Reis e Abdias do Nascimento, que produziram prosas e poesias que apresentam a sociedade brasileira sob uma outra perspectiva, uma vez que deram voz e vida à protagonistas negras/os e a poéticas críticas da sociedade, sendo elas e eles mesmos, enquanto autoras/es negras/os, protagonistas, também, em uma realidade de exclusão. Para tanto, usamos as contribuições teórico-críticas de Moema Parente Augel (2018), Eduardo de Assis Duarte (2018) e Djamila Ribeiro (2017; 2018).

Palavras-chave: Tessituras negras. Literatura negro-brasileira. Escritoras/es negras/os.

BLACK WEAVES: AN INVISIBILIZED CHRONOLOGY

ABSTRACT: This article aims to remember names that have been made invisible in the history of our literature, erased, almost entirely, from national culture. Thus, it presents the important literary contribution of black writers such as Maria Firmina dos Reis and Abdias do Nascimento, who produced narratives and poetry that present Brazilian society from another perspective as they gave voice and life to black protagonists and to poetic criticisms of society, being themselves, as black authors, protagonists, too, in a reality of exclusion. For that, we used the critical theoretical contributions of Moema Parente Augel (2018), Eduardo de Assis Duarte (2018) and Djamila Ribeiro (2017; 2018).

Keywords: Black weaves. Black-Brazilian literature. Black writers.

INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre as possibilidades de múltiplos olhares, a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, no discurso **O perigo de uma única história** (2019), proferido na Conferência Anual - Ted Global de 2009, alerta para os perigos da construção e massificação de uma única história, de um povo e de um lugar. Ela afirma que para se criar/produzir uma história com uma única perspectiva basta mostrar “[...] um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará” (Adichie, 2019, p. 11). Sustenta, ainda, que “é impossível falar sobre única história sem falar sobre poder” (Adichie, 2019, p. 12). Neste sentido, Adichie é incisiva ao declarar que poder

é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com “em segundo lugar”. Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente (Adichie, 2019, p. 12).

Estas histórias não deveriam ser usadas para expropriar e/ou retirar a dignidade de um povo, pelo contrário, deveria haver um equilíbrio entre as diversas faces da história, pois a forma como a história da população negra foi/é contada pelo opressor, sendo exaltado apenas um lado e suprimido/distorcido os demais olhares, vozes e diferentes perspectivas, continua interferindo na vida, nas relações sociais, de poder, na produção e publicação literária de escritoras e escritores negras/os.

A partir dessa reflexão, apresentamos este antigo que se propõe a lembrar e relembrar que não há, no Brasil, uma única literatura e que o povo negro não tem, também, a única história como escravizado. Ao contrário disso, temos um povo que historicamente resistiu e criou, apesar de todas as problemáticas sociais com que viveram. Sendo assim, fazemos um passeio cronológico elencando nomes a nossa literatura negra que escreveram entre meados do século XIX até a primeira metade do século XX.

Nomes de uma outra nossa literatura

Enquanto a inquisição
interroga
a minha existência,
e nega o negrume
do meu corpo-letra,
na semântica
da minha escrita,
prossigo.
(Evariisto, 2017, p. 105).

Ao buscar inovação na estética, a produção da literatura negra contrapõe-se a uma estrutura político-social e literária que privilegia o *status quo* de um cânone produzido por uma branquitude¹¹. Esse grupo de identidade branca, hierarquicamente positivado e beneficiado dentro de uma estrutura social, predominantemente racista, concebe como direito o que na realidade configura-se como privilégios.

Na literatura negra, a história dessa outra população, do povo negro, é tecida em uma perspectiva positivada, deixando de ser analisada como mero objeto de estudo de quem a olha “de fora para dentro”. Ela toma caminhos outros, indo de encontro a uma história e

11. O termo *branquitude* foi empregado, neste trabalho, levando em consideração a dicotomia racial existente e sustentada pelo racismo estrutural brasileiro: o lugar ocupado pelo ser branco, as interferências como guardiões de privilégios, além das marcas de diferenciação entre a naturalização da humanização dos “brancos” em oposição aos “não brancos”; no caso em estudo, aos negros e negras.

uma literatura que tornam visíveis e põem, no centro da cena, mulheres e homens negras/os, de forma não mais coisificada, mas arregimentada por uma carga cultural e de humanização, principalmente ao serem projetadas/os através de uma ótica de quem produz literatura “de dentro para fora”, isto é, de quem tem conhecimento e legitimidade.

Através da arte literária, realçamos as diversidades culturais, étnico-raciais e vivências de promoção e empoderamento negro. Nesse processo de disputa de reconhecimento e de poder, tencionamos recriar diferentes contextos de enunciação ao evidenciar marcas de discussões para além do racismo, das complexas estruturas sociais vigentes, dos efeitos e das consequências desse sistema social e político prenhe por um “ranço” ideológico colonialista. Esse “ranço”, além de forjar, projeta imagens estereotipadas e distorcidas dos corpos negros, alimentando diferentes mecanismos de controle e invisibilização de suas produções e, conseqüentemente, de suas publicações literárias.

A sustentação de modelos, de vertente europeia, que busca continuar no controle e domínio das classes subalternizadas é amparada por mecanismos ideológicos, políticos e sociais de emudecimento e coisificação das/os negras/os, que para cá foram trazidos e escravizados durante longos anos do tráfico negreiro. Tais mecanismos continuam sendo sustentados por leis e políticas públicas de caráter opressor e racista. No entanto, sempre esbarraram na resistência negra, principalmente a partir do fortalecimento dos movimentos sociais organizados, que tornaram/tornam essa luta mais acirrada e de caráter coletivo.

O racismo institucional representa mais uma manobra do Estado em manter a elite dominante no poder,

à custa do oprimido. Em relação a isso, uma das táticas utilizadas pelo governo foi cercear o direito da população negra de frequentar escolas públicas. Na primeira metade do século XIX, foi transformado em lei o impedimento do acesso da/o negra/o ao conhecimento formal, proibindo-a de ter acesso à educação escolar. Assim, foram excluídas/os do direito à escolarização negras/os submetidas/os ao cativeiro. Essas manobras do que é política, na história, perdura, em certa medida, até os dias atuais, quando ainda vemos os estratos da população negro-brasileira à margem de políticas públicas voltadas ao atendimento de suas necessidades essenciais e de condições dignas de vida.

No Artigo 179 da Constituição Brasileira de 1824¹², a instrução primária pública e gratuita torna-se obrigação do Estado e direito de todos os cidadãos, excluindo, no entanto, as/os negras/os escravizadas/os, os/as quais, de acordo com as leis vigentes, não eram consideradas/os cidadãs/os. Nesse período, as/os poucas/os negras/os que dominavam a língua portuguesa, em especial a escrita, eram, em sua maioria, autodidatas e/ou burlavam as leis e estudavam, clandestinamente, em espaços desvinculados de instituições do poder público. Enquanto as leis contra essa população endureciam, os grupos e organizações de movimentos negros se fortaleciam, e novas ações de enfrentamento eram traçadas para romper com a estrutura etnocêntrica. A população negra sempre criou sua arte, sua escrita, sua música, seu teatro, apesar da negação institucional do direito de fazê-lo.

Ao abordar a relevância do conhecimento da língua (oral e escrita) e domínio da literatura como prática

12. A Primeira Constituição Política do Império do Brasil esteve em vigor até 1889, com a Declaração da República, tendo sido outorgada pelo Imperador do Brasil D. Pedro I. Ela surgiu com o intento de “legitimar o novo império e de formalizar um equilíbrio entre as várias classes sociais que disputavam o poder político após o fim do regime português [...]” (Cysne, [201-]).

de enfrentamento contra a situação de subalternidade, apontamos a carta escrita, em 1770, por Esperança Garcia, uma mulher negra, escravizada, letrada e consciente da nocividade do sistema escravocrata reinante naquele período. Em relato sobre a/o negra/o na literatura, o poeta e ensaísta Elio Ferreira de Souza (2018, p. 3) afirma que Esperança Garcia produziu um dos primeiros registros escritos de autoria do próprio escravo, até agora encontrados, na história do Brasil.

Esse registro escrito realça a necessidade de aquisição e domínio da língua do colonizador, como estratégia de enfrentamento e resistência. Garcia contraria os padrões vigentes, por ser letrada, mulher, negra e estar na condição de escravizada. Escreveu e enviou uma petição ao Governador da Província do Piauí, denunciando os maus tratos, sofridos por ela e sua família, e acusando o administrador das fazendas de gado da Coroa Portuguesa (Souza, 2018, p. 3). A carta, assim, é:

uma fotografia real da experiência humana de homens e mulheres negras que desceram aos infernos da escravidão. O relato chega ao nosso conhecimento a partir da experiência e do olhar de uma mulher negra que, mesmo na condição de cativa, utiliza-se da escrita para se defender da violência do sistema escravagista (Souza, 2018, p. 4).

Percorrendo o cenário da literatura brasileira, é possível detectar profundas lacunas no que se refere aos registros “oficiais” da presença e participação, em produções intelectuais e científicas, creditadas a negras e negros. O que há por trás disso? Que interesses estão envolvidos? E que consequências culturais, ideológicas, políticas, estéticas e estruturais esse apagamento histórico acarreta para a população negra e não negra? Essas questões estão intimamente ligadas à condição de produção e representação negra.

Durante longo período dessa história, diversas/os autoras/es negras/os conseguiram “furar o cerco” e se embrenhar no universo literário predominantemente branco e elitista. Nesse sentido, é possível observar que muito há de ser feito para que haja um efetivo descortinar da produção e da presença negra na literatura brasileira.

Mas, o que acarreta o anonimato desses escritores e escritoras? Algumas das causas dessa invisibilização foram as marcas vertiginosas do preconceito racial arraigado na sociedade brasileira, o que foi decisivo para a preservação dos conhecimentos e riquezas culturais negra. A população afro-brasileira foi submetida a condições de vida degradantes ao ser jogada em “quartos de despejos”¹³, ou seja, em favelas e periferias, sendo continuamente emudecida, violentada, exterminada. Essa situação causa diversas consequências negativas, dentre elas: o número reduzido de negras e negros que ocupam espaços de poder, nas academias, em altos cargos de chefia, dentre outros.

Isso é decorrente, segundo a pesquisadora e feminista negra Djamila Ribeiro, de um sistema colonialista que tem o poder de legitimar determinadas identidades e deslegitimar outras. Nesse sistema político, “as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros” (Ribeiro, 2017, p. 33). A ausência do Estado, no que tange ao atendimento das necessidades fundamentais da população negra, continua sendo uma chaga aberta na história brasileira.

Conforme a estudiosa, é necessário desnaturalizar “o lugar de submissão que foi construído para nós” (Ribeiro, 2018, p. 59), pois esse cenário caótico em que a

13. Referência ao livro da escritora negra Carolina Maria de Jesus, **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (Ática, 2007, 9. ed.).

população negra foi circunvalada, aliado ao descaso por parte do Estado, que continua excluindo-a do direito pleno à educação gratuita, de qualidade e de uma vida digna, tem dificultado a mobilidade social, dentre outras garantias básicas para o pleno exercício da cidadania, tais como: direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. A negação desses direitos vem perpetuando as desigualdades e o racismo e, por conseguinte, favorecendo o fortalecimento de mecanismos de marginalização da população negra e afrodescendente, num país majoritariamente negro.

Uma consequência, no universo literário brasileiro, dessa supressão de direitos é o embargo aos escritores/as negros/as e ao processo de publicação e difusão da literatura negro-brasileira nos mercados editoriais e no cenário literário nacional. Apesar de alguns escritores e críticos literários ainda questionarem a existência de uma literatura negra, no artigo *Por um conceito de literatura afro-brasileira*, o pesquisador Eduardo de Assis Duarte¹⁴, confirma não só a existência dessa literatura, mas de sua diversidade e multiplicidade, de modo que,

a cada dia a pesquisa nos aponta para o vigor dessa escrita: ela tanto é contemporânea, quanto se estende a Domingos Caldas Barbosa, em pleno século XVIII; tanto é realizada nos grandes centros, com dezenas de poetas e ficcionistas, quanto se espria pelas literaturas regionais (Duarte, 2010, p. 113).

Duarte não só afirma a existência da literatura negra e brasileira, indo além, ao apontar para seu vigor

14. Conforme o próprio Duarte (2019), o pesquisador é doutor em Letras. Dentre outros trabalhos, contribui na difusão e pesquisa da Literatura Afro-brasileira, por ser integrante do Programa de Pós-graduação em Letras - Estudos Literários, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade (NEIA/UFMG). Coordena o Grupo Interinstitucional de Pesquisa "Afrodescendências na Literatura Brasileira", o Portal literafro (<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>), além de ser organizador do volume *Literatura afro-brasileira: abordagens na sala de aula* (Pallas, 2014), dos volumes didáticos *Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI* (Pallas, 2014) e da coleção *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (UFMG, 2011, 4 volumes).

e diversidade. Partindo dessa perspectiva, faremos um breve passeio literário tendo como recorte a produção de escritoras e escritores negros do século XIX até a contemporaneidade, período em que se abre um leque mais amplo, em qualidade e quantidade da literatura.

Enfatizar a relevância de escritoras/es negras/os, a exemplo de: Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Machado de Assis, Lino Guedes, Abdias do Nascimento, Cruz e Sousa, Lima Barreto, dentre outras/os por serem as/os precursoras/es da literatura negra brasileira, no século XIX e meados do século XX.

Maria Firmina dos Reis

Nessa breve abordagem sobre a literatura negro-brasileira, tratamos da consistência literária e marcante presença social da maranhense Maria Firmina dos Reis, pioneira não só na criação da primeira escola mista para meninas e meninos no Brasil, mas na produção e publicação de uma literatura feminina e negra permeada por elementos da afro-brasilidade e com forte discurso antirracista.

Maria Firmina dos Reis marcou o espaço literário maranhense, no início do século XIX. Por muito tempo, sua produção foi barrada, talvez por viver em uma província afastada dos centros de maior efervescência política e dos polos de maior discussão artística e literária do período; talvez por ser mulher e negra; talvez por sua obra tratar, sem muitos rodeios, da escravidão, dando voz ao escravizado e escravizada, numa sociedade em que a predominância do público leitor e consumidor das obras literárias era branco, masculino e, em grande maioria, escravocratas e proprietários de escravos. Possivelmente, a historiografia literária tenha ignorado a literatura de Maria Firmina dos Reis pela junção de todos esses fatores,

afinal, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavra, mas de poder existir” (Ribeiro, 2017, p. 66).

Eduardo de Assis Duarte, na crítica *Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira* (2018), indaga sobre esse quase apagamento da obra da escritora, afirmando que:

Somente a partir da edição fac-similar preparada por Horácio de Almeida e vinda a público em 1975, *Ursula* passou ao conhecimento dos estudiosos. Neste ano, sai também a biografia *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, de Nascimento Moraes Filho, e Josué Montello, conterrâneo da autora, dedica-lhe artigo no *Jornal do Brasil*, posteriormente publicado em espanhol na *Revista de Literatura Brasileira* (DUARTE, 2018, p. 1).

Mesmo diante de um prolongado ostracismo e da tentativa de apagamento de quase um século, a literatura de Maria Firmina vem ganhando reconhecimento e notoriedade. Para driblar entraves que dificultaram a publicação de suas obras, ela se utilizou de estratégias para lançar seu primeiro romance, chegando a omitir seu nome em uma de suas mais relevantes produções literárias, o romance *Úrsula*, de 1859, no qual a escritora utilizou o pseudônimo *Uma maranhense*.

Duarte (2018, p. 1) admite que “a ausência do nome, aliada à indicação da autoria feminina e, ainda, a procedência da distante província nordestina, juntam-se [...] ao tratamento absolutamente inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro”. Essa omissão da identidade feminina, na literatura negro-brasileira, é marca de uma sociedade predominantemente machista, que se põe na defensiva, posto que resiste em aceitar que a história seja contada por outros sujeitos sociais, através de diferentes olhares, em perspectivas outras.

De acordo com a dissertação do pesquisador Rafael Balseiro Zin, as publicações de Maria Firmina dos Reis

Chamam a atenção de leitores e repercutem nos meios intelectuais, o que nos leva a crer que a autora já era reconhecida, admirada e apreciada por seus escritos e pela ousadia de pensar e realizar coisas, considerando o contexto, não muito comuns a uma mulher afrodescendente e que vivia distante dos perímetros da Corte: a publicação de um romance inaugural em formato de livro; três publicações de uma mesma obra em periódicos distintos; além da veiculação de diversos outros textos, em curto espaço de tempo e em diferentes canais (Zin, 2016, p. 25).

Foi decisivo para Maria Firmina dos Reis, pelo meio social e período em que vivia, ter conquistado deferência e certa estabilidade como professora concursada do estado do Maranhão. Pois, mesmo vivendo em um dos estados mais escravocratas do país, publicou, em 1859, o romance **Úrsula**, tornando-se a primeira escritora brasileira a publicar um romance. **Úrsula** ficou registrado nos anais da literatura nacional como o primeiro romance antiescravagista, no qual a autora pôde registrar seu posicionamento por meio da construção humanizada de suas personagens negras e na condição de escravizadas, restituindo-lhes a voz.

Ao publicar *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis desconstrói igualmente uma história literária etnocêntrica e masculina até mesmo em suas ramificações afro-descendentes. *Úrsula* não é apenas o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, fato que, inclusive, poucos historiadores admitem. E também o primeiro romance da literatura afro-brasileira, entendida esta como produção de autoria afro-descendente, que tematiza o assunto negro a partir de uma perspectiva interna e comprometida politicamente em recuperar e narrar a condição do ser negro (Duarte, 2018, p. 6).

Mas, mesmo diante de uma obra significativa, a literatura de Maria Firmina foi invisibilizada por mais de cem anos. Não só sua escrita/voz, mas sua contribuição, como mulher e escritora, passou por um longo período de ostracismo, sendo praticamente esquecida. É irrefutável a pujança da produção literária da escritora negra, que, em pleno século XIX, ousou questionar a sórdida face de uma sociedade escravagista e as sequelas deixadas na população negra. Na mesma direção em que Esperança Garcia relata, em sua carta-denúncia, as atrocidades sofridas por ela e seus pares, Maria Firmina utiliza-se da ficção para tornar público essa história de exclusão e violência.

Luiz Gama

Ainda no século XIX, uma figura contemporânea à Maria Firmina dos Reis, o baiano Luiz Gama, poeta e negro, vendido como escravo ainda menino, tornou-se um influente abolicionista. Luiz Gama foi um escritor de relevância no processo de afirmação de uma literatura negra, no Brasil. Teve uma articulada atuação profissional em diversos jornais, e tornou-se um ferrenho defensor de negras e negros escravizados, tendo uma atuação marcante como poeta e advogado autodidata. Dedicou a vida em defesa de seus pares e na luta contra a escravidão.

O pesquisador Silvio Roberto dos Santos Oliveira descreve, em sua tese de doutorado, **Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama** (2004), que o escritor foi “militar, funcionário público, rábula e poeta. Ao que tudo indica, e segundo o relato do próprio Gama, teria libertado até o fim da vida mais de 500 escravos. O seu desempenho como jornalista, advogado, abolicionista e poeta confirmam a imagem de um intelectual polêmico” (p. 20).

Gama foi autor de inúmeras publicações, dentre

elas artigos com ideais abolicionistas, e participou de conferências em defesa da população negra escravizada. Apesar de toda a produção publicada em jornais da época, Luiz Gama conseguiu, em vida, publicar somente um livro, **Primeiras trovas burlescas de Getulino**, no ano de 1859, em São Paulo. A obra teve, em 1861, a segunda edição corrigida e ampliada, passando de 22 poemas, da primeira edição, para 39 na seguinte.

O escritor e ativista tinha postura de rebeldia contra as injustiças, por vezes satírico, sua literatura é marcada por ideais libertários. Seus textos têm caráter político que ironizavam, sobretudo, a nobreza escravocrata da época. Segundo Oliveira, Luiz Gama foi

Considerado por alguns analistas o precursor da poesia afro-brasileira (por exemplo, Zilá Bernd); por outros, o precursor do abolicionismo no Brasil (por exemplo, Sud Mennucci); por pelo menos um crítico, a “emergência do povo na literatura romântica” (José Paulo Paes). E hoje há quem discorde da particularização do poeta em qualquer parâmetro redutor, pois Luiz Gama expressaria influências diversas (Lígia Ferreira Fonseca) (Oliveira, 2004, p. 24).

Diante de uma trajetória de embates contra uma sociedade escravagista, Luiz Gama tem seu nome grafado na história de insubmissão negra. Na listagem de uma estirpe de negros que compõem a resistência coletiva e de um “modelo de ‘negro herói que recusa’, [...] nos moldes dos heróis da cultura ocidental, serviu também à recuperação do orgulho identitário e à refundação dos mitos” (Oliveira, 2004, p. 154). Luiz Gama não se enquadrava no padrão do negro que “aceitava”, que se resignava como a simbólica figura do “pai João”, que baixava a cabeça e se conformava diante da iniquidade. Ele tinha consciência da força de sua escrita e de seu lugar de fala.

Uma fala que a filósofa Djamila Ribeiro salienta existir,

Mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que, muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas justamente por lutarem contra a violência do silêncio imposto. O grupo que sempre esteve no poder, numa inversão lógica e falsa simétrica causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes. Entretanto, mesmo com essas rachaduras, torna-se essencial o prosseguimento do debate estrutural, uma vez que uma coisa não anula a outra, definitivamente (Ribeiro, 2017, p. 89).

Luiz Gama enquadra-se justamente nesse coral de vozes, conhecidas e anônimas, que continuam causando rachaduras nessa estrutura apodrecida, que trata vidas negras como se fossem mercadorias.

Machado de Assis

No final do século XIX, a escrita de Machado de Assis¹⁵ meticulosamente apropriou-se da “ironia” como elemento de insubmissão, apesar de não trazer um posicionamento direto no tocante ao combate ao racismo e não se configurar como literatura engajada, de reflexão específica da condição do negro na sociedade da época. Sua construção narrativa é permeada por personagens masculinos e brancos, fracos e/ou sem caráter, ou seja, uma literatura povoada por anti-heróis como, por exemplo, Brás Cubas, Quincas Borba e Bentinho. Desse modo, Machado de Assis escreve e conquista público leitor da época (branco) para seus romances, conseguindo driblar a

15. Machado de Assis, Cruz e Souza e Lima Barreto têm um espaço reduzido nessa escrita porque, felizmente, são reconhecidos e estudados no meio acadêmico. Os escritores tematizam a diversidade social, escrevem, primordialmente, e publicam numa sociedade contra suas próprias existências. A vida e a obra deles foram e são provas da resistência e existência negra na sociedade e na arte.

sociedade brasileira escravagista de 1880, pois, através de sua engenhosa escrita, tece críticas ao comportamento dos homens pertencentes a uma elite colonial, representados por seus personagens, em um período anterior à abolição da escravatura.

Cruz e Sousa

Cruz e Sousa, o poeta simbolista, transitou em uma sociedade de privilégios do homem branco, por ter sido criado e educado pelo seu ex-senhor, e sofreu as dores de ser um negro retinto como seus pais escravizados, posteriormente alforriado. Por mais que em sua obra poética pouco tenha tematizado a abolição ou a condição do negro na sociedade, como o fez no poema *O emparedado*, teve uma atuação engajada em palestras, manifestações e jornais.

Lima Barreto

Lima Barreto, por sua vez, tematizou a sociedade com suas hipocrisias e relações de interesse. Foi um crítico da Primeira República brasileira e atuou fortemente, contestando que aristocráticos e militares alcançassem privilégios impensáveis para a grande maioria da população brasileira. Ele tornou sua literatura em folhetins de crítica e denúncia da sociedade.

Lino Guedes

O início do século XX é marcado pela produção de Lino de Pinto Guedes, jornalista, poeta, contista, cronista, ensaísta e romancista. Ele se tornou um exemplo de ativista negro-brasileiro, que se utilizou da arte literária para

combater o racismo e manifestar seu olhar e concepção acerca da história social do povo negro. Suas produções refletem um legítimo representante da etnia, pela vivência, envolvimento social e pertencimento étnico.

Na obra **Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI** (2014), E. A. Duarte discorre sobre Lino Guedes, apresentando-o como *precursor da literatura afro-brasileira contemporânea*, dada a importância de sua produção, em livros e jornais, além de seu engajamento social nos movimentos negros. De acordo com Duarte, Lino Guedes se destacou como poeta,

Com vários livros publicados, sobretudo da década de 1930, época de forte atuação do movimento negro, tanto através da chamada imprensa negra, quanto por meio da Frente Negra Brasileira, entidade transformada em partido político. Em 1924, publicou com recursos próprios o estudo crítico *Luiz Gama e sua individualidade literária*, o que atesta sua preocupação em conhecer, divulgar e se inscrever numa tradição literária de autoria negra. [...] Entre os autores afro-brasileiros de seu tempo, é seguramente o que mais trouxe a público seus escritos. Mesmo com ressalvas é apontado pelos críticos como o primeiro poeta negro de século XX a assumir publicamente sua condição e a inscrever em seus textos um sujeito de enunciação negro (Duarte, 2014, p. 78).

Lino Guedes, mesmo diante de uma sociedade conservadora, com ranços de um carcomido sistema escravocrata e de precárias condições de produção e publicação, confrontou a estrutura social vigente, deixando relevante fortuna literária não só para a população negra, mas para o acervo literário nacional, para o país. A exemplo de inúmeros ativistas e escritores negros e negras desse período, Lino Guedes foi, de forma individual e coletiva, protagonista de sua história, sem negligenciar a importância de seus precursores, tampouco deixar de firmar parcerias com outros/as negros e negras,

seus contemporâneos.

Guedes contribuiu com a criação, em São Paulo, no ano de 1931, da Frente Negra Brasileira (FNB), movimento organizado e idealizado com o intuito de lutar pelos direitos da população negra, principalmente nas esferas sociais e políticas. A FNB se tornou um dos mais importantes movimentos negros pós-abolição, espalhando-se por vários estados brasileiros e tendo, como uma das principais bandeiras de luta, a educação, concebida como mecanismo de afirmação dos direitos à cidadania do povo negro e do fortalecimento da luta contra o racismo. A FNB tornou-se partido político; no entanto, devido a inúmeros fatores, inclusive repressão política, em 1937, no governo Getúlio Vargas, foi extinta, persistindo o legado e a resistência negra.

No artigo *Rastros do Cisne Preto: Lino Guedes, um escritor negro pelos jornais (1913-1969)*, Mário Augusto Medeiros da Silva¹⁶ relata que Lino Pinto Guedes

É um autor negro militante que entre os anos 1920 e 1950 publicou livros autoeditados em gráficas e tipografias, trazendo ao público uma poesia em que os negros, no passado e no presente, e seus modos de vida são os personagens centrais, e narrando uma história coletiva desse grupo. Guedes foi também um dos fundadores de um jornal voltado para os “homens de cor” no interior de São Paulo, O Getulino. E após 40 anos da Abolição da escravatura já era revisor em periódicos importantes da capital, mas também mencionado em notas de jornais como poeta preto, poeta da raça negra (Silva, 2017, p. 600).

Esse escritor e militante incansável cavou espaços e, através da imposição de sua literatura, fez sua voz reverberar, marcando, desse modo, sua própria

16. Conforme o próprio autor, é mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Departamento de Sociologia da mesma instituição, tendo seu artigo recebido apoio da Fundação Biblioteca Nacional através do Edital de Apoio a Pesquisadores Negros (Silva, 2017, p. 597).

trajetória. O “Cisne Preto” se torna, pela relevância de seu trabalho literário e de militância, um dos precursores da “Negritude” no Brasil. No poema *Dedicatória*, do livro **Negro Preto cor da noite**, de 1937, o eu-poético volta-se diretamente ao público negro:

Oh, negrada distorcida!
que não quer não outra vida
Melhor que esta de chalaça;

Pra você, negrada boa,
que chamam de gente à-toa,
alinharei tudo isto.

O que aqui está escrito
Não conseguirá saber
porque ninguém sabe ler...
Isto muito desconsola,
Oh, getulina pachola,
que transforma o velho Piques
na estranha zona dos “chies”

dos truco-fechas, dos bambas
e dos sarados nos sambas.
Para você, oh negrada,
Carro de preso não é nada,
Nem assusta a Resistência!
Zé-povinho sem tenência;
toma, gente do barulho,

este livrinho — um entulho
à sua malemolência,
o qual falará da dor
desta infeliz gente negra,
gente daqui da pontinha,
desgraçada gente minha,
a gente do meu amor!
(Guedes, 1937 *apud* Miranda, 2014)¹⁷.

Nesse poema de Lino Guedes, é possível detectar contundentes marcas de autoria negra, presentes na literatura brasileira do início do século XX. No trecho “Pra você, negrada boa”, a voz poética se dirige abertamente ao público preto¹⁸. Guedes, propositalmente, utiliza uma escrita próxima da linguagem coloquial, impregnada por

17. Retirado do blogue do maranhense Prof. Dr. Antonio Lisboa Carvalho de Miranda, membro da Associação Nacional de Escritores e colaborador de revistas e suplementos literários (Miranda, 2014.).

18. Neste trabalho, os vocábulos *negro* e *preto* são utilizados como sinônimos, relacionados ao pertencimento étnico.

certa pitada de ironia, ao enfatizar a forma pejorativa como os/as negros/as eram tratados/as, “gente à-toa”.

Afinal, quem deve ser considerado “à-toa”? Quem é explorado à exaustão? Ou o explorador que enriquece às custas da mão de obra escravizada? Pode-se, também, perceber o tom de melancolia nesta voz, pela constatação do tratamento que reitera a invisibilização da população negra, a quem ele, na última estrofe, chama de “gente minha”, de “gente do meu amor!”. A essa gente foi negado o direito ao reconhecimento da construção de bens materiais e imateriais e à reparação necessária pela usurpação de sua história e grande parte de seu legado intelectual.

Abdias do Nascimento

Contemporâneo de Lino Guedes e militante político e social de movimentos negros organizados, como a já citada FNB, Abdias do Nascimento, por meio da criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, no Rio de Janeiro, contribuiu significativamente para marcar a presença e atuação negra no teatro e na dramaturgia nacional. Esse teatro negro foi impregnado pela chama de um novo combustível, que serviu para retroalimentar a estética da dramaturgia e encenação brasileira, a partir de suas especificidades e valores estéticos, sociais, históricos e culturais.

O TEN foi criado em meados de 1940, por um grupo de intelectuais negros liderados por Abdias Nascimento, tendo por finalidade básica, além da proposta de fazer um teatro de/para negras/os, através de sua inserção no cenário teatral, também consolidar a luta por respeito, reconhecimento e valorização da história e cultura africana e afro-brasileira. O TEN se articulou, estrategicamente, para demarcar posicionamento e fortalecer sua atuação política. Nesse sentido, fundaram um jornal,

Com o título de *Quilombo*, organizaram a Conferência Nacional do Negro (1949), idealizaram e levaram a efeito o I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, para fazer face aos diversos congressos afro-brasileiros dirigidos por intelectuais brancos que, talvez até bem intencionadamente, se julgavam não direito de falar e pensar em nome dos afro-brasileiros. No Rio de Janeiro, o TEN organizou, em 1955, uma Semana de Estudos Negros, no mesmo ano um Concurso de Belas Artes sob o tema do Cristo Negro, que causou enorme polêmica e inquietude nos meios intelectuais e religiosos locais. Em 1964 e em 1968, o TEN ofereceu cursos de Introdução ao Teatro Negro e as Artes Negras, com centenas de participantes (Augel, 2000, p. 298).

Ainda de acordo com Moema Parente Augel (2000), Abdias do Nascimento acreditava que, para a proposta do TEN surtir efeito, as/os afro-brasileiras/os fortalecidas/os identitariamente deveriam inserir-se nos diversos contextos, sociais e culturais, através de um processo de formação significativa. Isso só seria possível por meio da educação. Desse modo, a partir das aulas de teatro e alfabetização promovidas pelo TEN, buscava-se educar as/os negras/os para que assumissem o protagonismo de sua história e fossem reconstrutores de um processo de conscientização individual e coletiva.

Quanto aos entraves no campo literário, mesmo diante de inúmeras contribuições, dentre elas as citadas, muito há de ser construído, principalmente devido a questões inquietantes alusivas à literatura negra no tocante a quem produz essa literatura. Em que condições? Que tipo de literatura foi e está sendo produzida e consumida? A quem interessa essa literatura? De quem são as vozes que protagonizam essas narrativas? Quem ocupa o centro da cena? Esses e outros pontos inquietam e causam incômodo, particularmente quando aludem à literatura negro-feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa escrita nos obriga a lembrar que esses protagonistas da literatura e atuantes da cultura brasileira permanecem, quase em sua maioria, esquecidos nos materiais didáticos voltados para a Educação Básica. À exemplo disso, a história da literatura ainda não inclui, em sua cronologia, Maria Firmina dos Reis quando aborda o tema do Romantismo no Brasil. Outra marca dessa pouca intimidade com as contribuições dos negros e negras brasileiros/as com a nossa cultura é a designação do último capítulo do livro didático, quando aparece, para apontar nomes e personalidades que produziram e continuam escrevendo e construindo a arte nacional. Somado a isso, temos uma parca formação de professoras/es, o que dificulta o desenvolvimento de um trabalho consistente em suas aulas, que considere a literatura, a cultura, a história, a ciência ou mesmo pessoas negras como protagonistas em ações positivas no país.

Diante disso, a luta por respeito, espaço e reconhecimento continuam, pois, apesar da falácia de “democracia racial”, a exclusão ainda é gritante não só no reconhecimento de escritoras/es e artistas negras/os. Os números em sites governamentais e de movimentos sociais organizados, documentos oficiais e relatos de pesquisadores/as e produtores de literatura negra indicam que a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento da população negra prossegue oprimindo, marginalizando e exterminando o/a negro/a brasileiro. Porém, mesmo em meio a tantos pesares, que vão desde políticas governamentais fundadas no negacionismo histórico do povo preto aos “pequenos” racismos diários, as vozes negras têm sido cada vez mais ouvidas, lidas, ecoadas e os fazeres/construções do povo negro têm sido

vistos (re)conhecidos). A luta e a resistência por meio de Movimentos Negros de todo o Brasil fortalecem as colisões diárias individuais e coletivas contra as estruturas racistas e excludentes.

Esse movimento de lutas garante inúmeros avanços que visam possibilitar vida digna ao povo negro. Dentre as inúmeras conquistas decorrentes desses levantes, vale destacar leis recentes que envolvem a educação e são de grande relevância, pois, apontam, para além de professores capacitados, para uma formação decolonial e consciente de crianças, jovens e adultos, para uma injeção de orgulho racial e de autorreconhecimento identitário.

Cabe destacar a implantação e implementação de políticas de ações afirmativas, de políticas de reparação histórica e social e do sistema de cotas para negras e negros nas universidades. Além disso, cita-se a Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB, Lei nº 9.394/1996), inserindo, obrigatoriamente, no currículo escolar (Educação Básica), o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como a Lei nº 11.645/2008, que inclui a obrigatoriedade de se trabalhar a História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena na rede nacional de ensino.

Tais conquistas influenciam, positivamente, na construção de um país democrático no conhecimento, individual e coletivo, de pertencimento de uma ancestralidade negra, do reconhecimento da importância da/o negra/o na construção e formação da nação brasileira e no processo de reconstrução de vidas negras, pois a população nego-brasileira sempre esteve a abrir fendas na história, no sentido de construir conhecimentos necessários para se arregimentar contra a exploração imposta pelos opressores. “Em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por

exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais” (Davis, 2016, p. 34).

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AUGEL, M. P. A fala identitária: teatro afro-brasileiro hoje. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 291-323, 2000. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21002>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CYSNE, D. Constituição de 1824. **InfoEscola**: Navegando e Aprendendo. [201-]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1824/>. Acesso em: 9 nov. 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad. H. R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, E. A. **Literatura afro-brasileira**: 100 autores do século XVIII ao XXI. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

DUARTE, E. A. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. **literafro**, Belo Horizonte, 16 jan. 2018 [7 p.]. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/29-critica-de-autores-feminios/317-maria-firmina-dos-reis-e-os-primordios-da-ficcao-afro-brasileira-critica>. Acesso em: 15 dez. 2018.

DUARTE, E. A. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Terceira margem**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 23, p. 113-138, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10953>. Acesso em: 30 nov. 2018.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

MIRANDA, A. Poesia dos Brasis: Lino Guedes. **Antonio Miranda**. [S. l.], set. 2014. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/sao_paulo/lino_guedes.html. Acesso em: 6 abr. 2018.

NASCIMENTO, A. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. Salvador: EDUFBA, 2002.

OLIVEIRA, S. R. S. **Gamacopéia**: ficções sobre o poeta Luiz Gama. 2004. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/312757>. Acesso em: 3 ago. 2018.

RIBEIRO, D. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais, 1).

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, M. A. M. Rastros do Cisne Preto: Lino Guedes, um escritor negro pelos jornais (1913-1969). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 597-622, set./dez. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/69143>. Acesso em: 20 out. 2018.

SOUZA, E. F. A carta da escrava ‘Esperança Garcia’ de Nazaré do Piauí: uma narrativa de testemunho precursora da literatura afro-brasileira. **literafro**, Belo Horizonte, 9 fev. 2018 [20 p.]. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/127-elio-ferreira-de-souza-a-carta-da-escrava-esperanca-garcia-de-nazare-do-piaui>. Acesso em: 23 nov. 2018.

ZIN, R. B. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19479>. Acesso em: 14 out. 2018.

CAPÍTULO 8

RESSIGNIFICAÇÕES DOS ESCRAVIZADOS
EM NARRATIVAS HÍBRIDAS
DE HISTÓRIA E FICÇÃO INFANTIS: A
*PRINCESA ZACIMBA DE
CABINDA* (2022), DE RENATA SPINASSÉ –
UMA HEROÍNA
AFRICANA NO BRASIL

ROSÂNGELA MARGARETE SCOPEL DA SILVA
GILMEI FRANCISCO FLECK



RESSIGNIFICAÇÕES DOS ESCRAVIZADOS EM NARRATIVAS HÍBRIDAS DE HISTÓRIA E FICÇÃO INFANTIS: *A PRINCESA ZACIMBA DE CABINDA* (2022), DE RENATA SPINASSÉ - UMA HEROÍNA AFRICANA NO BRASIL

RESUMO: No presente capítulo, propomos uma abordagem às ressignificações dos escravizados presentes na narrativa híbrida de história e ficção infantil *A princesa Zacimba de Cabinda* (2022), de Renata Spinassé. Tal proposta se justifica devido às reminiscências do processo da escravização do povo negro no Brasil, sendo que o contexto escolar, em muitos casos, está no epicentro desses efeitos, que se manifestam por meio do racismo e das discriminações. O objetivo desta escrita é demonstrar como a obra literária impulsiona viáveis discussões sobre os impactos do racismo e as discriminações por meio de uma prática leitora decolonial junto aos educandos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Para atingir essa finalidade, valemo-nos dos pressupostos de Alonso (2014), Colaço (2012), Costa (2010), Mignolo (2007) e Palermo (2013) sobre a decolonialidade. Com relação às narrativas híbridas de História e ficção e a formação do leitor literário decolonial, contamos com a base teórica de Fleck (2017; 2023; 2024), Santos (2023) e Souza (2024), com educação libertadora de Freire (2019a; 2019b), com os elementos narrativos de Genette (1995), entre outros. Nosso estudo, de natureza bibliográfica e interpretativista, traz à luz contribuições importantes à construção de nossa sociedade, ao demonstrar que a formação do leitor literário decolonial oferece um meio eficaz de reforçar as identidades negras no Brasil e as ações antirracistas.

Palavras-chave: Narrativas híbridas de História e ficção. Formação do leitor literário decolonial. Ressignificação dos escravizados. Zacimba Gaba.

**RESIGNIFICATIONS OF SLAVES IN HYBRID
NARRATIVES OF HISTORY AND CHILDREN'S
FICTION: A *PRINCESA ZACIMBA DE CABINDA* [THE
PRINCESS ZACIMBA FROM CABINDA] (2022) BY
RENATA SPINASSÉ – AN AFRICAN HEROINE IN
BRAZIL**

ABSTRACT: In this chapter, we propose an approach to the remeaning of enslaved figures as presented in the hybrid narrative of History and children's fiction *A princesa Zacimba de Cabinda* [The Princess Zacimba from Cabinda] (2022) by Renata Spinassé. This proposal is substantiated by the enduring legacies of the enslavement of Afro-Brazilians, particularly given that the school environment frequently serves as the epicentre of these reverberating effects, which manifest through racism and discrimination. The purpose of this study is to demonstrate how the literary work galvanizes meaningful discussions on the impacts of racism and discrimination via decolonial reading practices with early elementary school students. To achieve this objective, we draw upon the theoretical frameworks of decoloniality as articulated by Alonso (2014), Colaço (2012), Costa (2010), Mignolo (2007), and Palermo (2013). Concerning the hybrid narratives of History and fiction and the cultivation of a decolonial literary reader, we further rely on the theoretical contributions of Fleck (2017; 2023; 2024), Santos (2023), and Souza (2024), as well as on Freire's (2019a; 2019b) emancipatory pedagogy and Genette's (1995) narrative elements, among others. Our bibliographic and interpretative study illuminates significant contributions to the construction of our society by demonstrating that fostering a decolonial literary reader constitutes an effective mean of reinforcing Afro-Brazilian identities and advancing anti-racist initiatives.

Keywords: Hybrid narratives of History and fiction. Formation of the decolonial literary reader. Remeaning of the enslaved people. Zacimba Gaba.

INTRODUÇÃO

A barbárie da escravização – que durou, oficialmente, mais de 300 anos no Brasil – está no centro da formação histórica e social do povo brasileiro. As penas aos escravizados, entre e outros, eram os açoites públicos como forma de controle, punição, intimidação e reforço da autoridade dos senhores, colonizadores brancos europeus. Contudo, tivemos sujeitos resilientes que, corajosamente, optaram por atos de preservação de sua identidade, empreendendo fugas e a formação de quilombos.

As reminiscências da época colonial e imperial pelas quais se estendeu a escravização no Brasil, mesmo após a abolição, estão presentes na nossa sociedade hodierna, em sua forma de colonialidade, seja pelo racismo¹⁹ ou as várias formas de discriminação com a população negra do país, seja pela importância da resistência e da luta pela liberdade. Tais questões são essenciais para compreender as dinâmicas sociais e culturais que moldam a estratificação de nossa sociedade. Esse ponto pode ser ampliado por meio da seguinte reflexão: “Quem fará dentre os contemporâneos essa história com imparcialidade, justeza e penetração, sem deixar entrar nela a paixão política, o preço sectário, a fascinação ou sujeição pessoal? Ninguém, decerto, o que quer dizer que haverá no futuro diversas histórias” (Nabuco, 1997 [1897-9], p. 246).

Embora o tema da escravização seja estudado sob

19. Silvio Almeida (2019), na obra **Racismo estrutural**, aborda três principais manifestações do racismo: a) Racismo Individualista: essa concepção parte das atitudes e dos comportamentos individuais de pessoas que expressam preconceitos; b) Racismo Institucional: nesta perspectiva, o racismo é compreendido como um produto das instituições sociais e políticas que criam e mantêm privilégios ou favorecem brancos ou outros grupos étnicos específicos; e c) Racismo Estrutural: nessa abordagem, o racismo está enraizado nas estruturas sociais e econômicas da sociedade. O racismo é orgânico no modo de socialização e da economia, perpetuando-se nas relações cotidianas e nas políticas institucionais.

diversos matizes, o nosso volta-se à decolonialidade²⁰ –, com vistas às experiências dos subalternos, sobretudo, aquelas dos escravizados resilientes. Para esse fim, partimos dos estudos de Mignolo (2007), sobre a colonialidade; Burke (1992) e Sharpe (1992), com a “história vista de baixo”; de Fleck (2017; 2023), Santos (2023) e Souza (2024), com a sistematização das narrativas híbridas de História e ficção infantis e juvenis brasileiras; de Freire (2019a; 2019b), com a leitura como instrumento de libertação; de Fleck (2023; 2024), sobre a formação do leitor literário decolonial e de Genette (1995), com os elementos da narrativa. Assim, esperamos contribuir para as ressignificações do passado, em especial, do povo negro escravizado inserido nas estratificadas comunidades latino-americanas.

Desse modo, o nosso corpus de estudo materializa-se na narrativa híbrida infantil **A princesa Zacimba de Cabinda** (2022), de Renata Spinassé. Essa obra traz em sua diegese as experiências da personagem de extração histórica²¹ Zacimba Gaba. Por causa do projeto colonialista – que nos impôs o apagamento das heroínas da resistência contra a escravização – sua trajetória foi, como a de várias outras africanas resilientes, esquecida ou menosprezada pela História Tradicional. No intuito de ressignificar esse passado, na instância do ensino de leitura literária

20. Para os propósitos deste texto, adotamos o conceito de decolonialidade como fundamental para a atual resistência negra contra os processos violentos de colonização e colonialidade, especialmente no contexto pós-independência das nações africanas e latino-americanas (Mignolo, 2007). Isso porque tal conceito emerge da necessidade de se pensar o processo colonizador não como algo estático e finalizado com a emancipação dos países, mas que adota outras formas de subjugação, tais como a consolidação de estereótipos e a própria colonização do pensamento, que hierarquiza relações sociais, fragmenta identidades e legitima violências e arbitrariedades de um poder hegemônico constituído. Sendo assim, entendemos decolonialidade, aqui, segundo as palavras de Colaço (2012, p. 8), como um movimento “que reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada.” Utilizamos o conceito para delinear as constantes resistências, em um processo de tomadas contínuas de posição, de modo a desnaturalizar processos colonizadores ainda tão presentes nas relações sociais dos países invadidos e das culturas que insistem em preservar sua identidade.

21. É uma personagem apresentada em obras de ficção híbrida cuja figuração é inspirada em uma pessoa que atuou em algum evento histórico (Fleck, 2017). Esse recurso adiciona uma camada que conecta os elementos da História e da ficção, permitindo que os leitores se envolvem com a diegese da narrativa com mais afinidade, já que essa trata, essencialmente, de fatos e pessoas que existiram em seu passado.

decolonial – e como meio de apoio à formação continuada de colegas professores do Ensino Fundamental, Médio e Superior é que organizamos as nossas reflexões, a fim de auxiliar à implementação de práticas leitoras literárias decoloniais no contexto escolar.

Para alcançar esse objetivo, dividimos o presente capítulo em partes, que se complementam e formam um todo. Na *Introdução*, apresentamos a nossa intenção de estudo, as principais referências bibliográficas a serem usadas e a relevância do corpus escolhido; na segunda seção, denominada *As narrativas híbridas de História e ficção infantis e juvenis: algumas considerações*, enfocamos como essas são formas de revisitar elementos do passado, ressignificando-os e estabelecendo uma maneira de constituição de decolonialidade.

Na terceira seção, intitulada *A formação do leitor literário decolonial: alguns aspectos*, fomentamos a mediação do professor nas práticas de leitura; na última seção, *Zacimba Gaba: ressignificações dos escravizados na Literatura Infantil Brasileira*, apresentamos os elementos narrativos da obra **A princesa Zacimba de Cabinda** (2022), de Renata Spinassé. Por meio de fragmentos da própria diegese, evidenciamos aspectos relevantes dos elementos da narrativa: o narrador, a personagem, o espaço, a atmosfera/ambiente e o tempo, e encerramos o nosso capítulo com as *Considerações finais*, em que destacamos os pontos mais relevantes discutidos ao longo do capítulo. À continuação, abordamos os primeiros pontos dessas reflexões.

As narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis: algumas considerações

Santos (2023) e Souza (2024) têm se dedicado a

estudar as narrativas híbridas de História e ficção infantis e juvenis brasileiras. O primeiro, em sua tese **Uma trajetória das narrativas híbridas de História e ficção infantil e juvenil: as ressignificações do passado como vias de descolonização na formação leitora** (2023)²², apresenta a sistematização da trajetória diacrônica das escritas híbridas de História e ficção infantis e juvenis no Brasil. A segunda estabelece, na recém-defendida tese **A literatura infantil brasileira na trajetória das escritas híbrida de História e ficção para jovens leitores: ressignificações do passado na formação leitora decolonial do Ensino Fundamental – anos iniciais** (2024)²³, um percurso específico da Literatura Infantil nessa trajetória e os impasses à formação de uma sociedade leitora no Brasil.

Ambos os pesquisadores constataram que as narrativas híbridas se constituem em um material potencial à formação leitora literária decolonial e à formação continuada dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Superior – mediadores das práticas de leitura no contexto educacional. Além disso, nelas há reflexões sobre a formação de nossa sociedade, mostradas a partir da perspectiva de personagens antes silenciadas pela historiografia tradicional e, assim, tais obras buscam ressignificar o passado histórico em uma visada decolonial.

As narrativas híbridas de História e ficção infantis

22. A tese de Wilson Pruzak dos Santos, defendida no contexto da Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Cascavel, Paraná), no ano de 2023, integra as ações do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. O estudo encontra-se disponível nas referências deste trabalho. Recomendamos a leitura dessa tese para ampliar os conhecimentos sobre a escrita híbrida para jovens leitores em formação no Brasil e sua relevância à formação de um leitor literário decolonial já no espaço do Ensino Fundamental.

23. A tese da professora Matilde Costa Fernandes de Souza (2024), juntamente com a tese de Pedro (2024): **Outros olhares sobre a colonização do Brasil: ressignificações do passado na literatura híbrida juvenil em diálogo com o livro didático de ensino de história** são as primeiras da série de teses da célula de estudos da Literatura Infantil e Juvenil do Grupo de Pesquisa “Ressignificação do passado na América...” a desenvolver propostas de práticas de leitura literária decolonial segundo a Metodologia de Ensino de Literatura por meio das Oficinas Literárias Temáticas

e juvenis possuem características similares àquelas do romance histórico contemporâneo de mediação – a modalidade mais recente de romance histórico que, conforme Fleck (2017), combina elementos tradicionais e desconstrucionistas em sua estrutura. Nelas, não encontramos o intento da desconstrução das personagens de extração histórica ou dos episódios relatados pela historiografia hegemônica, como é comum nos romances históricos críticos/desconstrucionistas, vindos da década de 1940, na América Latina. Segundo Fleck (2017), elas apresentam as seguintes características:

Uma releitura crítica verossímil do passado [...] para conferir um tom de autenticidade aos eventos históricos renarrativizados no romance [...]. 2 - Uma narrativa linear do evento histórico recriado. [...]. 3 - Foco narrativo geralmente centralizado e ex-cêntrico [...] que comparte dos propósitos da nova história, de evidenciar perspectivas “vistas de baixo” [...]. 4 - Emprego de uma linguagem amena, fluida, coloquial. [...] As frases são, geralmente, curtas e elaboradas de preferência na ordem direta, e com um vocabulário mais voltado ao domínio comum que ao erudito. [...]. 5 - Emprego de estratégias escriturais bakhtinianas. 6 - Presença de recursos metaficcionais (Fleck, 2017, p. 109-111).

É necessário ampliarmos a compreensão sobre Literatura híbrida de História e ficção. Para esse propósito, citamos Santos (2023, p. 88), que nos esclarece que ela “está centrada nas tessituras literárias que mesclam elementos oriundos da História – personagens de extração histórica, que são ficcionalizadas; acontecimentos do passado – que são recuperados como elementos temporais ou espaciais

(Fleck; Zucki; Santos, 2025). A prática planejada por Souza (2024) está voltada para as primeiras relações entre os povos originários do Brasil e os colonizadores portugueses na época inicial da colonização do Brasil; e a de Pedro (2024) volta-se à colonização, com enfoque ao ciclo do ouro e seus desdobramentos. Ambas as teses comparam os conteúdos históricos das práticas de leitura com o tratamento didático e discursivo dado a eles nos manuais didáticos de ensino de História e revelam como a Literatura pode ser um meio potencial de ampliar os horizontes de expectativas e de conhecimentos dos alunos leitores em formação. Tais teses recém-defendidas, em breve, estarão disponíveis no mesmo repositório que abriga a tese de Santos (2023).

dos relatos”.

Além disso, Santos (2023) adiciona que é por meio da intertextualidade que as fontes e os documentos históricos estão incorporados aos relatos ficcionais ou mesmo a outros materiais da historiografia; porém, eles se integram com as propostas e com os recursos inerentes à ficção. O pesquisador acrescenta a isso o fato de que a ficção é o preponderante nos relatos híbridos, os quais incrementam a imaginação e, por meio da linguagem conotativa, preenchem os espaços deixados pela historiografia tradicional. Tal critério também embasa a seleção da narrativa **A princesa Zacimba de Cabinda** (2022), de Renata Spinassé, pois ela pode ser pertinente, no contexto do Ensino Fundamental – Anos Iniciais para apresentar aos leitores em formação elemental as experiências de uma escravizada que não se rendeu às atrocidades dessa época.

Consideramos que a arte literária pode ser usada para revisitar aspectos do passado histórico de nosso território, para desmistificar fatos e elementos da História Tradicional que, ainda hoje, são vistos por meio das reminiscências do colonialismo e das vivências da colonialidade, que insistem na preservação de muitas situações oriundas do passado histórico nas atuais sociedades latino-americanas. Palermo expressa que “o projeto decolonial, por outro lado, é promovido com a força da retórica e com a busca de práticas orientadas para a valorização da vida e o respeito à biodiversidade e à pluriversalidade” (2013, p. 245, tradução nossa²⁴). A promoção de uma formação leitora literária decolonial no contexto escolar é umas dessas ações capazes de ressignificar o passado da escravização no Brasil e dar outros tons aos nossos “heróis”.

24. “el proyecto decolonial, en cambio, se impulsa con la fuerza de una retórica y con la búsqueda de unas prácticas que se orientan a la valoración de la vida y del respeto a la biodiversidad y la pluriversalidad”.

A leitura sistematizada e ordenada das escritas híbridas de História e ficção infantis e juvenis são, pois, valiosas ferramentas à disposição dessas ações decoloniais, tanto no que se refere à formação continuada dos docentes quanto ao próprio processo de iniciação à formação leitora literária decolonial dos estudantes. Conforme aponta Santos (2023), elas abarcam temáticas que se estendem pelos três momentos históricos de nosso passado: O Brasil Colônia (1500-1822), o Brasil Império (1822-1889) e o Brasil República (1889 aos nossos dias).

É importante evidenciar que nessas narrativas há a adoção da perspectiva das pessoas comuns. Assim, ocorre nesses relatos uma mistura de tendências que podem ser, por um lado, acríicas e, por outro, críticas, pois as expressões tradicionais acríicas não deixam transparecer um caminho à decolonialidade, já que se alinham ao discurso historiografia tradicional, ao contrário das escritas críticas que evidenciam vivências outras. Nelas, há muitos elementos que conduzem ao pensamento decolonial, como é o caso do relato **A princesa Zacimba de Cabinda** (2022), de Renata Spinassé. Ela ressignifica a História a partir de visões periféricas, ou seja, “ênfatiza a importância das experiências e perspectivas das classes populares, contrariando a tendência tradicional de se focar exclusivamente nas elites” (Burke, 1992, p. 40). Nesse sentido,

[...] a história vista de abaixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas comuns, mesmo quando estão envolvidos aspectos explicitamente políticos de sua experiência, não dissociada das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social (Sharpe, 1992, p. 53-54).

De acordo com o exposto, voltamo-nos, agora, à

perspectiva emancipatória de leitura exposta por Freire (2019b), pois, na medida em que repensamos os conteúdos ensinados/estudados a partir de uma reflexão crítica social, à qual está ligada à ideia de que ninguém melhor que os subalternizados para entender a sociedade em que vivem – espaço no qual se busca invisibilizar/apagar ou se apropriar da História, da cultura e da ancestralidade dos escravizados, sustentado e privilegiando a hegemonia da História e da cultura eurocêntrica. Desse modo, “a prática crítica docente, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (Freire, 2019a, p. 39).

Em essência, tal abordagem, também decolonial, à leitura possibilita a criação de novas narrativas e de estruturas que refletem a diversidade e a riqueza cultural dos povos historicamente subjugados. Essas ações coletivas e reflexivas são fundamentais para que as sociedades antes colonizadas alcancem uma convivência verdadeiramente inclusiva e justa, rompendo com o legado opressor do passado histórico e que, dessa maneira, iniciem a geração de um futuro mais equitativo para todos.

Nesse sentido, é necessário que se dê o “giro decolonial”, ação que consiste na busca da valorização de “[...] formas de vida-outras (economias-outras, teorias políticas-outras); a limpeza da colonialidade do ser e do saber; o distanciamento da retórica da modernidade e de seu imaginário imperial articulado na retórica da democracia” (Mignolo, 2007, p. 29-30, tradução nossa²⁵). Essa é uma das formas de se despertar para a decolonialidade. Propor leituras de cunho ressignificador e decolonial ao jovem em formação é uma forma de alertá-lo para essa decolonialidade necessária em nossa sociedade. Desse

25. “[...] formas de vida-outras (economias-outras, teorias políticas-outras); la limpieza de la colonialidad del ser y del saber; el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial articulado en la retórica de la democracia”.

modo damos passos “rumo à decolonialidade em busca da desterritorialização das mentes, das identidades e do imaginário e sua subsequente reterritorialização – pelos projetos decoloniais” (Fleck, 2023, p. 25). Passemos, pois, à próxima seção.

A formação do leitor literário decolonial: alguns aspectos

As práticas de leitura em sala de aula devem promover experiências enriquecedoras e formativas aos educandos por meio da mediação do docente. Nesse processo, segundo Freire (2019b), o educador valoriza o educando como sujeito histórico que participa ativamente na construção do saber. Essa abordagem cria uma relação de mão dupla entre o educador e o educando, onde ambos aprendem e ensinam. A educação libertadora não pode se limitar a uma prática de palavras, mas na busca de uma didática transformadora concreta, em um compromisso com a mudança de uma realidade injusta e opressora. Essa abordagem de Freire (2019a; 2019b) conjuga-se àquela de Fleck (2023; 2024) que prevê a formação de um leitor literário decolonial nas escolas públicas brasileiras. Na última concepção, Fleck (2023, p. 23-24) considera que

[...] não se forma um leitor decolonial, um sujeito ciente de seu passado colonialista por meio de estratégias de silenciamento, de ocultação e de romantização de nosso passado, como ocorre nos discursos canônicos, oficializados. O leitor decolonial precisa se defrontar com a essência do colonialismo, sem ser “poupado” da realidade, sem ser ludibriado por enunciados científicos, literários ou didáticos que tratam os sujeitos leitores como incapazes de processar os significados, as causas e as consequências desse período histórico para a contemporaneidade.

O leitor literário decolonial, de acordo com Fleck

(2023), ao ser confrontado com a realidade do colonialismo que implementou a escravização em nosso território reconhece os massacres, as explorações e as opressões, e compreende como esses eventos moldaram as dinâmicas sociais e culturais da contemporaneidade. Protegê-los da verdade, tratando-os como incapazes de compreender esses fatos, não só os priva do conhecimento de seu passado, mas, também, perpetua o colonialismo. Em seguida, esse enfoque proposto por Fleck (2023) direciona-se às ações decoloniais: “atos que possam desterritorializar essas mentes colonizadas dos estudantes, que, muitas vezes, nem são cientes desse processo sofrido pelas inúmeras vias de influência existentes na sociedade – como, por exemplo, de que racismo é crime [...]” (Fleck, 2023, p. 28).

Para que este enfoque decolonial de leitura se implemente no espaço da sala de aula outra ação é recomendada por Fleck (2023, p. 44): a ampliação do corpus de leitura, pela oportunidade de abordar “textos de diferentes gêneros, organizados de forma temática, em uma proposta que dialogue com seus aspectos identitários”. O destaque dessa ampliação de corpus, referida por Fleck (2023) recai sobre as narrativas híbridas de História e ficção infantil e juvenis, pois “nesse contexto, práticas decoloniais de formação leitora são, sem nenhuma dúvida, ações que podem, efetivamente, contribuir à descolonização das mentes, das identidades e do imaginário latino-americano” (Fleck, 2023, p. 21-22). Exemplificamos esse tipo de prática de leitura na nossa seguinte seção.

Zacimba gaba: ressignificações dos escravizados na literatura infantil brasileira

A obra *A princesa Zacimba de Cabinda* (2022),

de Renata Spinassé²⁶, traz, em sua diegese a trajetória de Zacimba Gaba – identificada no próprio título –, uma princesa guerreira da região de Cabinda²⁷, na Angola, desde sua captura e escravização, até sua resistência, enfocando a liderança de seu povo no Brasil. Trata-se de uma narrativa híbrida de História e ficção, que

[...] do mesmo modo como defendem Mata-Induráin (1995) e Fernández Prieto (2003) em relação ao romance histórico – aquelas tessituras nas quais os autores, de forma consciente, voltam-se a um período específico de nosso passado, nele buscam as personagens, o tempo, os espaços ou os acontecimentos da diegese, apontados anteriormente nos documentos oficiais, para os reler por meio da literatura. Tais aspectos – tempo, espaço, personagens e fatos – constantes da documentação histórica são recriados, então, pelas vias da ficção (Santos, 2023, p. 33).

Na diegese, a personagem Zacimba Gaba, quando criança, vivia no reino de Cabinda, onde sua família a preparava para ser uma líder. Segundo o narrador, ela gostava de celebrar a cultura africana com cantos e danças com seu povo. No entanto, essa harmonia foi interrompida pelos ataques de sequestradores. Assim, o narrador expressa: “Os habitantes de Cabinda eram fortes e determinados. Infelizmente, os mercadores de

26. Sugerimos, como ampliação deste estudo, outra narrativa híbrida de História e ficção infantil **Zacimba Gaba: a princesa guerreira – a história que não te contaram** (2014), de Noélia Miranda, que, em sua diegese, destaca os resgates dos povos negros que estavam em embarcações sob o comando de traficantes nos rios que banham Minas Gerais e Bahia por meio da liderança de Zacimba Gaba: “Ainda em alto-mar, em pequenas canoas, o grupo conseguia se aproximar das grandes embarcações e durante a noite atacava os grandes navios e libertava o povo. A estratégia era arriscada, mas aquela princesa, que parecia frágil, armava emboscadas nas embocaduras dos rios Mucuri, Cricaré e Foz do Itaúna e com seus parceiros e parceiras da luta e resistência venceram muitas noites de batalha” (Miranda, 2014, p. 22).

27. O número exato de africanos trazidos de Cabinda durante o tráfico negreiro é difícil de determinar com precisão, pois muitos registros históricos foram destruídos ou não foram mantidos. No entanto, sabe-se que Cabinda, uma região ao norte de Angola, foi um porto importante de embarque durante o comércio transatlântico. Estimativas sugerem que uma porcentagem significativa dos escravizados africanos que vieram para as Américas foi embarcada de portos angolanos, incluindo Cabinda. No total, entre 3,3 milhões e 8 milhões de africanos foram trazidos ao Brasil ao longo de três séculos. Segundo Chalhoub, (2012, p. 22), “mesmo depois de 1831, em que começou a vigorar a lei da proibição do tráfico de escravizados, cerca 750 mil africanos foram trazidos ilegalmente da Costa da África”.

escravizados viam nesses atributos uma maneira de ganhar muito dinheiro. Eles capturavam africanos e os vendiam mundo afora, como se fossem máquinas de trabalho” (Spinassé, 2022, p. 4). Conforme relata o narrador, algum tempo depois, capturaram a princesa Zacimba que, “junto a muitos de seus súditos, foi acorrentada e levada ao porão de um enorme navio” (Spinassé, 2022, p. 4).

Envoltos de tristeza e de escuridão no porão do navio negreiro, perderam a noção do tempo. Ao chegarem ao Brasil, “os negros capturados eram vendidos a fazendeiros que escravizavam, maltratavam e enricavam às custas do seu trabalho” (Spinassé, 2022, p. 9). Aqui, ela foi escravizada na fazenda do senhor de engenho José Trancoso²⁸, também personagem de extração histórica reconfigurada na ficção. Acontece que a mudança geográfica não tirou o seu posto de princesa e logo José Trancoso descobriu o ponto fraco da princesa Zacimba Gaba ao notar a reverência e o tratamento especial dado a ela pelos outros escravizados. “Enfurecido e irritado, José mandou que trouxessem Zacimba até à casa-grande, como chamavam a casa principal da fazenda. Ele queria que ela revelasse sua identidade” (Spinassé, 2022, p. 13).

Zacimba foi interrogada, torturada e separada dos demais escravizados para que confessasse sua condição de princesa em sua terra natal, informação que Trancoso usou para exercer controle e manipulação sobre ela. Esse conhecimento se tornou uma ferramenta de ameaça a Zacimba e sua tribo para manter seu domínio. “Acolhendo o recado do seu coração, e sabendo que as forças da

28. Segundo Garcez (2018) em **A princesa de Angola escravizada no Brasil que lutou por seu povo: A história de Zacimba Gaba**, Trancoso a “arrematou” com outros negros escravizados da nação de Cabinda (dizimada pelos portugueses), em Angola, no Porto da Aldeia de São Matheus (sítio histórico), na Capitania do Espírito Santo, e posteriormente, à Fazenda José Trancoso, no Espírito Santo. Uma sesmaria de terras que ultrapassava o rio Mucuri, há umas seis léguas para o norte – aproximadamente 30 km.

natureza estavam ao seu favor, a Princesa Zacimba Gaba começou a planejar a sua libertação” (Spinassé, 2022, p. 16). Por meio de outras escravizadas que trabalhavam na casa-grande, Zacimba enviou um recado aos negros da senzala para que preparassem “o pó de ‘amansá sinhô”²⁹, nome dado do tal preparado, chegava ao prato de José pitada a pitada, em doses bem pequenas e constantes. O plano era enfraquecer o homem com o veneno” (Spinassé, 2022, p. 18). Isso o levou a morte. Zacimba, dessa maneira, consegue envenenar Trancoso e com sua morte, lidera uma fuga em massa e bem-sucedida. Isso possibilitou a ela e a outros escravizados formarem o seu próprio quilombo³⁰.

Ela, a partir de então, planejava as táticas de resgate/libertação contra as embarcações escravagistas que se aproximavam do litoral brasileiro, libertando os negros traficados. “Corajosa e persistente, a poderosa Princesa Zacimba Gaba foi uma grande heroína, guiando batalhas pela libertação da população negra traficada no continente africano, e lutando pela destruição dos navios negreiros” (Spinassé, 2022, p. 23). Conforme relata o narrador, em uma noite, Zacimba foi atacada e caiu no oceano. “Dizem que ele, por compaixão e respeito, devolveu seu corpo à sua terra natal, onde se fundiu à exuberante natureza da costa africana” (Spinassé, 2022, p. 24).

O narrador desse relato híbrido apresenta a

29. Esclarecemos que “uma arma muito utilizada entre os escravos brasileiros como retruco contra senhores violentos era o envenenamento. Era comum o uso de um veneno proveniente da cabeça de uma cobra conhecida como preguiçosa, possivelmente, uma jararaca, no Vale do Cricaré, que é mortal em pequenas doses constantes. O veneno era conhecido como ‘pó de amassar sinhô” (Tannes, 2023, p. 31).

30. Segundo Rufino (2021), em **A oralidade como resistência: quilombos e memórias afro-brasileiras**, a história de Zacimba tem origem nos quilombos, mais especificamente em Sapê do Norte, uma comunidade quilombola, localizada em São Mateus, no Espírito Santo. Na cultura dos povos quilombolas, a oralidade é a principal forma de preservar e de transmitir a memória. A professora Patrícia Rufino, doutora em Educação e especialista em estudos afro-brasileiros, explica que a fala era uma forma de comunicação que “libertava”, uma vez que os colonizadores não entendiam a língua dos escravizados.

diegese que traz ao leitor as vivências da personagem Zacimba Gaba em nível extradiegético. Para isso relata o seu sequestro em Cabinda, Angola, a viagem transatlântica, o leilão na capitania do Espírito Santo, Brasil, as violências vistas e sofridas, o envenenamento de José Trancoso, a fuga bem-sucedida, a formação de quilombo e os resgates de outros negros de embarcações. Neste contexto, o leitor acessa essas informações através da perspectiva extradiegética do narrador, que não faz parte da trama, nem é uma personagem dos relatos, mas conhece as experiências das personagens. Segundo Genette (1995), trata-se de um narrador heterodiegético, que não participa do relato, com uma voz enunciativa extradiegética, cujo ato narrativo é externo aos acontecimentos narrados, assemelhando-se ao clássico narrador dos relatos históricos.

A personagem de extração histórica Zacimba Gaba é a protagonista em torno da qual o relato ficcional se desenvolve, sendo descrita pelo narrador como “uma valente princesa” (Spinassé, 2002, p. 2), “inteligente, ousada e esperta” (Spinassé, 2022, p. 3), “firme e decidida” (Spinassé, 2022, p. 13), de “voz potente” (Spinassé, 2022, p. 14), “corajosa e persistente” (Spinassé, 2022, p. 22). Assim, as características conferidas à protagonista pelo narrador não apenas ressaltam sua singularidade e força, mas, também, enfatizam sua liderança e determinação, consolidando-a como uma figura inesquecível e inspiradora na narrativa ficcional. Isso leva aos jovens leitores em formação a uma possibilidade de identificação com uma personagem negra heroificada, cuja configuração destoa daquela da História Tradicional dispensada aos escravizados, pois

[...] quando o discurso histórico tradicional refere-se a um nativo ou a um escravizado no contexto da América, esse sujeito é sempre retratado sob a configuração do bárbaro que impedia a implementação do “progresso” e da “civildade” no espaço colonizado [...].

Qual foi o fim de todos eles? Nada difícil de responder: foram “derrotados” pelas forças “civilizatórias”, “modernizantes” e “evangelizadoras” e levados à morte (Fleck, 2023, p. 25).

O espaço geográfico do relato híbrido é demarcado em quatro momentos. O primeiro, que relata a infância de Zacimba Gaba morando em Cabinda, na Angola, lugar em que a protagonista “podia correr livremente pela natureza nas comunidades africanas” (Spinassé, 2022, p. 11); o segundo, é o porão do navio negreiro, onde “junto a muitos de seus súditos, foi acorrentada e levada ao porão de um enorme navio” (Spinassé, 2022, p. 5); a Fazenda de José Trancoso, no Espírito Santo, espaço no qual “os negros foram levados à senzala, onde seria a sua morada” (Spinassé, 2022, p. 10); no quilombo, que era a “sua nova morada. Nela, organizava os ataques surpresa às embarcações que se aproximavam” (Spinassé, 2022, p. 21).

O ambiente da narrativa se adapta aos diferentes espaços geográficos em que a protagonista atua. Durante a infância, em Cabinda, ela era livre e feliz, junto à sua família e seu povo como observamos no seguinte fragmento da narrativa: “Zacimba aprendia com sua família tudo que uma nobre líder precisava saber, e junto ao seu povo, gostava de cantar e dançar” (Spinassé, 2022, p. 3). Isso indica uma infância feliz. Já, quando maior, na fazenda de José Trancoso, no Espírito Santo, vive e testemunha a escravização: “Zacimba por várias vezes tentou fugir. Mas sempre era capturada e castigada com violência pelos chamados ‘capitães do mato’, que serviam fielmente ao dono da fazenda” (Spinassé, 2022, p. 11). Ali ela via “[...] castigar duramente os outros negros. Cada chicotada que eles levavam fazia o coração de Zacimba doer forte” (Spinassé 2022, p. 13). Aqui, a atmosfera é sombria e

carregada de tensão e sofrimento. As tentativas de fuga de Zacimba, seguidas de capturas e castigos violentos, intensificam essa atmosfera dolorosa e angustiante. A imagem dos chicotes e a dor emocional que ela sente pelos outros escravizados reforça a intensidade do sofrimento e a brutalidade desse contexto. O quilombo era lugar de morada e de planejar estratégias de resgate de outros negros das embarcações e abrigá-los. Era o lugar da ação libertadora, pois

[...] na proa de uma canoa esguia, ela flutuava mar adentro junto a seus companheiros, avançando na noite em direção aos navios e libertando os cativos. Os negros, agora livres, eram acolhidos em quilombos, locais organizados para abrigar os que conseguiram fugir da escravidão (Spinassé, 2022, p. 22).

Dessa forma, configura-se a representação simbólica do quilombo: a coragem e a determinação dos traficados de não se submeter passivamente ao cativo, mas de lutar ativamente pela liberdade e pela dignidade, tanto para si mesmos quanto para outros escravizados. Zacimba é, pois, um ícone de liderança e de resiliência comunitária; e da resistência africana e afro-brasileira, materializando a resistência, a solidariedade e a libertação.

Durante a leitura do relato ficcional, o leitor observa que as ações ocorreram no passado. A narrativa está sempre focada em ações passadas, o que Genette chama de narração ulterior, que é a postura clássica da narrativa no passado, normalmente a mais frequente (Genette, 1995). Isso se justifica por se tratar de um relato de experiências de uma personagem histórica, sempre em ordem cronológica, facilitando a fluidez narrativa dos eventos e a própria compreensão da leitura. Na sequência, refletimos sobre os pontos principais abordados durante este capítulo, ressaltando as contribuições e as implicações

das discussões e análises realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após termos apresentado algumas considerações sobre as narrativas híbridas de História e ficção infantis e juvenis e sobre o enfoque ao leitor literário decolonial, que foram seguidas pelas reflexões extraídas com o estudo da obra **A princesa Zacimba de Cabinda** (2022), de Renata Spinassé, evidenciamos que este capítulo aponta possíveis caminhos à decolonialidade com questões pertinentes à escravização de pessoas africanas. A colonização do passado e a colonialidade do presente são algumas das raízes profundas do racismo no Brasil. A obra de Spinassé (2022) é valiosa para ressignificar o passado dos escravizados ao trazer, em sua diegese, o protagonismo de Zacimba Gaba e sua luta pela liberdade. Esse potencial narrativo está também relacionado à mediação do professor do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que é o mais experiente leitor e orientador de práticas de leitura em sala de aula, podendo dar ao ato de leitura os encaminhamentos decoloniais necessários à formação crítica.

A ressignificação do passado dos escravizados neste capítulo esteve em sintonia com o que argumenta Emília Viotti da Costa (2010), em **A abolição**, para quem a fuga do escravizado é um protesto. Segundo a autora, sem os heróis anônimos da nossa História, a abolição jamais teria acontecido. Essa situacionalidade, para quem as condições de vida em que se encontraram muitos escravizados, “representou o direito de ser livre para escolher entre a miséria e a opressão em que viveu (e ainda vive) [sic] os trabalhadores brasileiros” (Costa, 2010, p. 131), porque não foi seguida de projetos de inclusão,

respeito, consideração e reparação.

Apontamos, aqui, que a escravização “dividiu águas na história [...] e reverbera ainda nas formas contemporâneas da desigualdade” (Alonso, 2014, p. 109), assim os resultados de nossas reflexões demonstram as potencialidades e as possibilidades das narrativas híbridas de História e ficção infantis e juvenis para a ampliação de conhecimentos sobre esse fato e sobre como os escravizados foram galgando obstáculos no seu espaço enquanto ser social. Assim, por meio dessas narrativas híbridas é possível estimular uma visão inclusiva e valorativa a respeito do povo negro, social e culturalmente, promovendo a descolonização das mentes, das identidades e do imaginário dos jovens leitores em formação: ação decolonial que urge ser implementada nas escolas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos plurais).

ALONSO, A. O abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 100, p. 95-110, nov. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/CrVbxyNKtm7vCZWxXgRz6qg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BURKE, P. **A história vista de baixo: a contribuição da história cultural**. São Paulo: Uni, 1992.

CHALHOUB, S. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COLAÇO, T. L. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

COSTA, E. V. **A abolição**. 9. ed., São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

FLECK, G. F. **A formação do leitor literário decolonial: vias à descolonização das mentes, das identidades e do imaginário na América Latina**, 2024. (Texto no prelo).

FLECK, G. F. Leituras de narrativas híbridas de História e ficção: a formação do leitor literário decolonial no Ensino Fundamental – vias à descolonização. *In*: FLECK, G. F.; CORBARI, C. C. (org.). **Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras: leituras**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 13-61.

FLECK, G. F. **O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção**. Curitiba: CRV, 2017.

FLECK, G. F.; ZUCKI, R.; SANTOS, V. P. (org.). **A formação do leitor literário decolonial: vias à descolonização das mentes, das identidades e do imaginário na América Latina**. 2025. [Texto no prelo].

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.

GARCEZ, M. F. **A princesa de Angola escravizada no Brasil que lutou por seu povo: a história de Zacimba Gaba**. São Paulo: Observatório do Terceiro Setor, 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/a-princesa-de-angola-escravizada-no-brasil-que-lutou-por-seu-povo/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

GENETTE, G. **Discursos da narrativa**. Trad. F. C. Martins. Lisboa: Vega, 1995. (Coleção Vega Universidade; Seção Práticas de Leitura).

MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura – un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una universidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIRANDA, N. **Zacimba Gaba: a princesa guerreira – a história que não te contaram**. Ilustrações Gió. Vitória: Nsoromma, 2014.

NABUCO, J. **Um estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época**. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 [1897-9].

PALERMO, Z. Desobediência epistémica y opción decolonial. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, v. 5, n. 9, p. 237-254, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3517>. Acesso em: 18 jan. 2025.

PEDRO, F. S. C. **Outros olhares sobre a colonização do Brasil: ressignificações do passado na literatura híbrida juvenil brasileira em diálogo com o livro didático de ensino de história**. 2024. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel; Universidade de Vigo, Vigo, 2024.

RUFINO, A. P. **A oralidade como resistência: quilombos e memórias afro-brasileiras**. São Paulo: Quilombola, 2021.

SANTOS, V. P. **Uma trajetória das narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil no Brasil: as ressignificações do passado como vias de descolonização na formação leitora**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2023. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6855>. Acesso em: 31 ago. 2023.

SHARPE, J. A história vista de baixo. *In*: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. M. Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 39-62.

SOUZA, M. C. F. **A Literatura Infantil Brasileira na trajetória das escritas híbridas de história e ficção: ressignificações do passado na formação leitora decolonial do Ensino Fundamental – anos iniciais**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2024.

SPINASSÉ, R. **A princesa Zacimba de Cabinda**. Ilustrações L. Britto. Vitória: Pueralê, 2022.

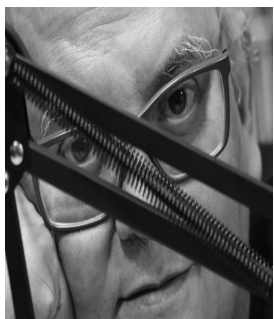
TANNES, T. D. S. **A sala de aula virou baile funk: barulhando a escola e combatendo o racismo**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2023. Disponível em: https://sigconteudo.ufsb.edu.br/arquivos/202323008123c0907986d584e0f858ff/DISSERTAO_Thawan_Dias__A_sala_de_aula_virou_baile_funk_UFSB.pdf. Acesso em: 21 jan. 2025.

OS AUTORES



Rute Maria Chaves Pires (organizadora)

Professora de Literatura Portuguesa, Literatura Afro-brasileira e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL) da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Doutoranda em Letras (Teoria Literária) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestre em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desenvolve pesquisa nas áreas de Ensino da Cultura e Literatura Afro-Brasileira, Literaturas dos Países Africanos de Língua Portuguesa e Literaturas Regionais. Pesquisadora do Grupo de Estudos Literários e Imagéticos (GELITI), atuando nas linhas de pesquisa: Estudos Literários em Diálogo com Outros Saberes e Ensino e Cinema. Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares em Literatura, Linguística e Humanidades (LEHUT), atuando na linha de pesquisa Literatura e Educação. Coordenadora do grupo de pesquisa “Sabura di nos terra”. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6271289340031747>.



Gilberto Freire de Santana (organizador)

É professor da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Coordenador e professor permanente do curso de Mestrado em Letras da UEMASUL. Docente permanente do curso de Mestrado em Letras da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutorado em Letras, Teoria Literária, pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ, 2011). Graduação em Comunicação Social – Jornalismo, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB, 1981). Coordenador do grupo de pesquisa Grupo de Estudos Literários e Imagéticos (GELITI), atuando na linha de pesquisa Estudos Literários em Diálogos com Outros Saberes e Ensino e Cinema. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6150134001200551>.



César Alessandro Sagrillo Figueiredo
(organizador)

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós-Doutor em Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Líder do Grupo de Pesquisa em Literatura, Política e Ensino (GELIPE). Desenvolve pesquisas sobre Guerrilha do Araguaia, Justiça de Transição, Literatura de Testemunho. Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT), da UFNT, e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PGEPE), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2127722292747646>.



Ana Crélia Dias Penha

Bolsista Produtividade CNPq - nível 2. Possui Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1994), Especialização em Literatura Infantil e Juvenil (1999), Mestrado (2003) e Doutorado (2008) em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professora da UFRJ. Tem experiência na

área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Infantil, Literatura Brasileira, Literatura e Ensino e Formação do Leitor Literário. É líder do grupo de pesquisa Literatura e Educação Literária e integra o Grupo de Trabalho (GT) Literatura e Ensino, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). É membro votante da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil desde 2018. Compôs a Diretoria da ANPOLL, biênio 2021-2023. Atualmente, está em estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob supervisão da Professora Regina Zilberman. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3509210486494683>.



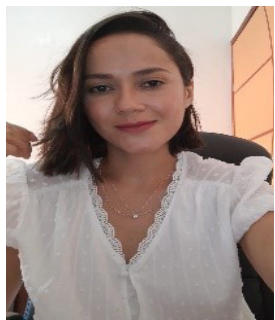
Ariane Ferreira de Lima

Graduanda do curso de Letras, Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) e Iniciação à Docência (PIBID). Integrante do Grupo de Estudos Literários e Imagéticos (GELITI), também da UEMASUL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5051589179824352>.



Brenda Lima Rodrigues Vieira

Graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3730613069103435>.



Deivanira Vasconcelos Soares

Doutora em Letras - Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em Letras, com área de concentração em Teoria da Literatura (2019), pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), campus de São Luís. Especialista em Metodologia do Ensino Superior (2016) pelo Instituto Nordeste de Educação Superior e Pós-Graduação (INESPO). Especialista em Literatura e Ensino (2023) e Graduada em Letras/Literatura (2015) pela UEMA. Pesquisadora do Grupo de Estudos Literários e Imagéticos (GELITI) da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), atuando nas seguintes linhas de pesquisa: Estudos Literários em Diálogos com Outros Saberes; Cinema e Ensino. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gêneros e Feminismos Maria Firmina dos Reis, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora da Educação Básica atuando em estruturação de Bibliotecas Escolares, projeto de incentivo à leitura e ensino de literatura. Professora do curso de Letras da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4060041874116947>.



Edna Sousa Cruz

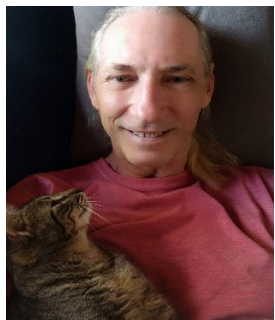
Graduada em Letras Português/ Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestra e Doutora em Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFNT). Docente da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) no Curso Letras, Licenciatura em Língua Inglesa, e no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLE) da UEMASUL. Desenvolve pesquisas nas áreas da Língua e Literaturas de Língua Inglesa,

com especial interesse pela Literatura Africana de expressão em Língua Inglesa, sobretudo a nigeriana, e pela Literatura Afro-Brasileira. Pesquisadora do Grupo de Estudos Literários e Imagéticos (GELITI), atuando na linha de pesquisa Estudos Literários em Diálogos com Outros Saberes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7094155196123489>.



Eronilde dos Santos Cunha

Mestra em Letras, com área de concentração em Teoria da Literatura (2021), pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), campus de São Luís. Com Licenciatura em Letras Português/Literatura (2000) e História (2012), ambas pela UEMA, e Graduação em Teatro pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (2013). Curso de Especialização em Perspectivas Críticas da Literatura Contemporânea (UEMA, 2005). Pesquisadora do Grupo de Estudos Literários e Imagéticos (GELITI), da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão Maria Firmina dos Reis (UFMA). Vice-presidente da Associação Artística de Imperatriz-MA (ASSARTI, 2024/2026) e Ativista do Movimento Negro de Imperatriz - Centro de Cultura Negra “Negro Cosme” (CCNNC). Professora da Educação Básica - Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC/MA). Coordenadora Geral da Coordenação da Educação da Igualdade Racial de Imperatriz (CEIRI/UREI). Agente de governança da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Atriz. Agente Cultural. Palhaça (Laranjinha). Contadora de Histórias. Autora e produtora dos projetos de Cinema Negro “Curta Imagem Negra” (PROCINE) e do projeto Festival Afro de Teatro e Dança. Experiência nas áreas de Literatura Negro-Brasileira, Literatura Infantil, Formação para Professoras/es e Teatro. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9582443281404211>.



Gilmei Francisco Fleck

Pós-Doutor em Literatura Comparada e Tradução pela Universidade de Vigo (UVigo/Espanha, 2014-2015) e em Tradução e Decolonialidade pela Universidade Federal de Feira de Santana (UEFS) e UVigo (2025-2026). Mestre e Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Assis/SP. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), de Cascavel-PR, nas áreas da Literatura e Cultura Hispânicas, na Graduação em Letras, e nas áreas de Literatura Infantil/Juvenil, Literatura Comparada e Tradução, na Pós-Graduação em Letras (PROFLETRAS e Mestrado e Doutorado Acadêmicos). Líder do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. Bolsista produtividade da Fundação Araucária-PR. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1060297750923928>.



João Paulo Costa Alves

Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Especialista em Literatura Brasileira e Linguística Aplicada. Coordenador do Departamento de Elaboração, Correção e Revisão de Provas de Concurso Público e Processo Seletivo do Instituto de Desenvolvimento Social Ágata. Integrante dos grupos de pesquisa Grupo de Estudo em Literatura, Política e Ensino (GELIPE) e Laboratório de Estudo e Resistência, Resistência, Teoria do Testemunho e Ensino de Literatura (LAERTE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7641885730938386>.



Kezia da Silva Calixto

Doutoranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Mestra em Letras pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Especialista em Literatura Brasileira pela Faculdade Focus. Graduada em Letras Português também pela UEMASUL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0526538161337435>.



Márcio Araújo de Melo

Professor Associado da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Possui Graduação em Letras/Português pela Universidade Federal de Goiás (UFG, 1993), Mestrado em Estudos Literários também pela UFG (1996) e Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2006). Exerce o cargo de professor do curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins/Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFT/UFNT) desde 2009, com as disciplinas Literatura Brasileira e Literatura Africana dos países de língua oficial português. Exerceu o cargo de coordenador do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) Rede Nacional/UFNT (2012-2014) e o cargo de coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT) da UFNT (2015-2021). Exerce, desde 2022, o cargo de diretor da Pró-Reitoria de Pós-Graduação na mesma universidade. É socio-fundador do Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Norte (GELLNORTE) e do Grupo de Trabalho (GT) Literatura e Ensino da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). É líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Literária: Literatura, Leitura e Ensino (GEPELLE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8573022714268801>.



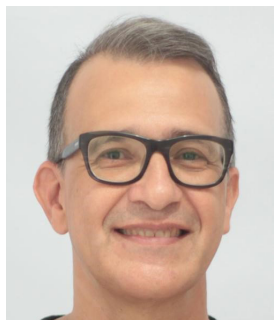
Mariana Soares dos Santos

Possui Graduação em Letras: Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL, 2018). É Especialista em Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação: Ensino de Língua Portuguesa, pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF, 2018). É Mestre em Letras pela UEMASUL (2023) na linha de pesquisa Literatura, Diálogos e Saberes. Desenvolve pesquisa nas áreas de Literatura, Literatura Regional, Literatura Imperatrizense, Letramento e Ensino. Atualmente é também doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), na área de Literatura e Ensino com foco na Formação de Professores e Literaturas Brasileiras. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0532994143544702>.



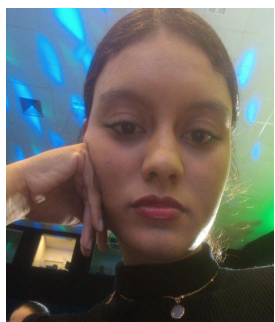
Rosângela Margarete Scopel da Silva

Doutoranda em Literatura Comparada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Mestre em Letras pelo Mestrado Profissional (PROFLETRAS), Área de Concentração: Linguagens e Letramentos pela Unioeste. Integrante do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. Desenvolve pesquisas sobre narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras. Docente do Quadro Próprio do Magistério (QPM) da Rede Pública do estado do Paraná, de 1999 a 2023. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7315663440135701>.



Wallace Rodrigues

Pós-Doutorado pelo Instituto Politécnico de Lisboa (LIACOM/ESCS/IPL, 2024-2025) e pela Universidade de Brasília (POSLIT/UnB, 2018-2019). Doutor em Humanidades, Mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios, e Mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Licenciado em Educação Artística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com complementação pedagógica em Letras/Português e em Pedagogia. Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLit) da UFNT. Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins (GESTO), da UFNT - CAPES/CNPq. Membro do Grupo de Trabalho Estudos Linguísticos na Amazônia Brasileira (GT-ELIAB), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Linguística e Literatura (ANPOLL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5195497710570480>.



Yoná Milhomem de Oliveira

É Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLE), da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Bolsista de Iniciação Científica premiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), em 2024, com a pesquisa "A escritora afro-feminina maranhense: Maria Firmina dos Reis e sua contribuição para a literatura brasileira". Lattes: <http://lattes.cnpq.br/175408444629289>.

